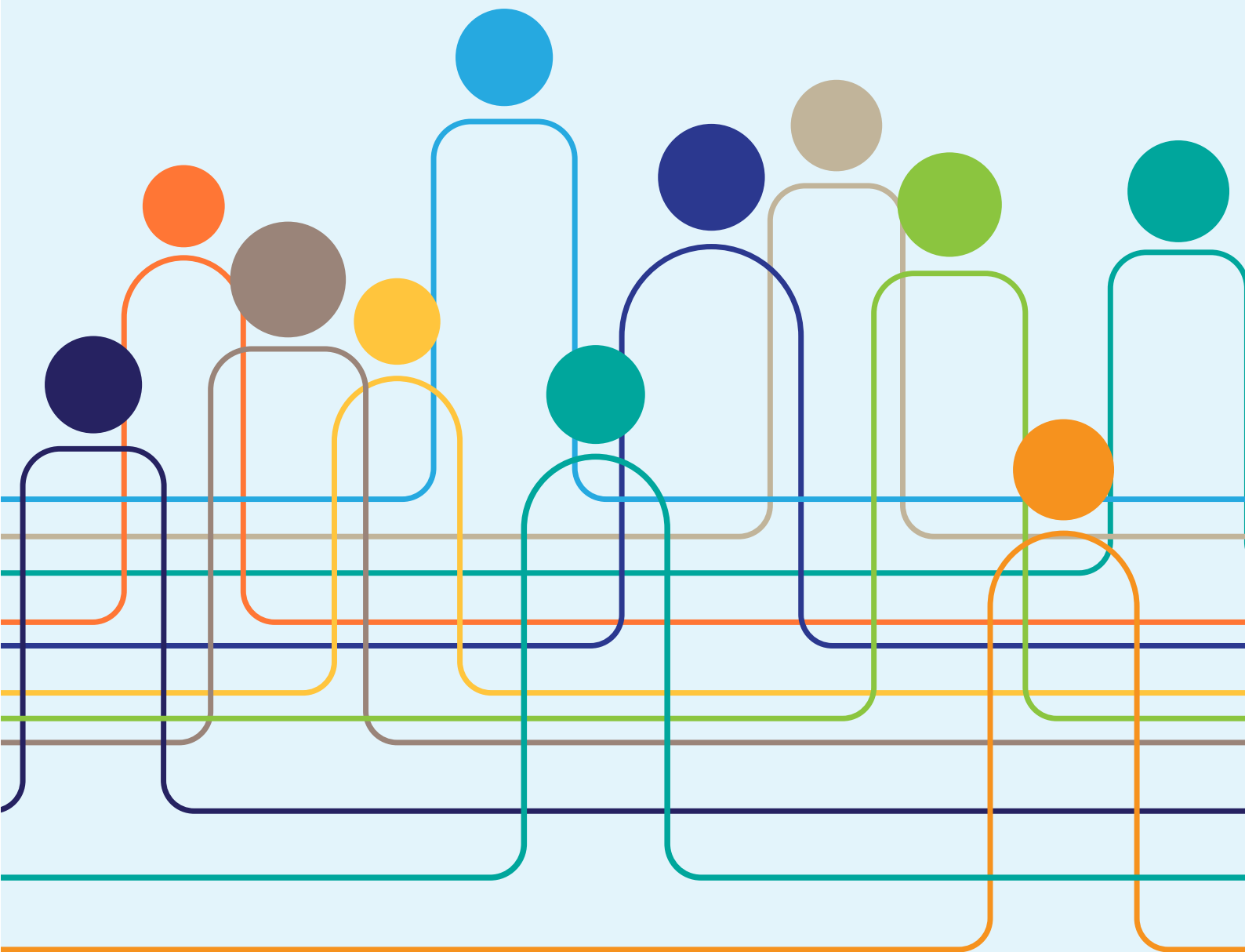
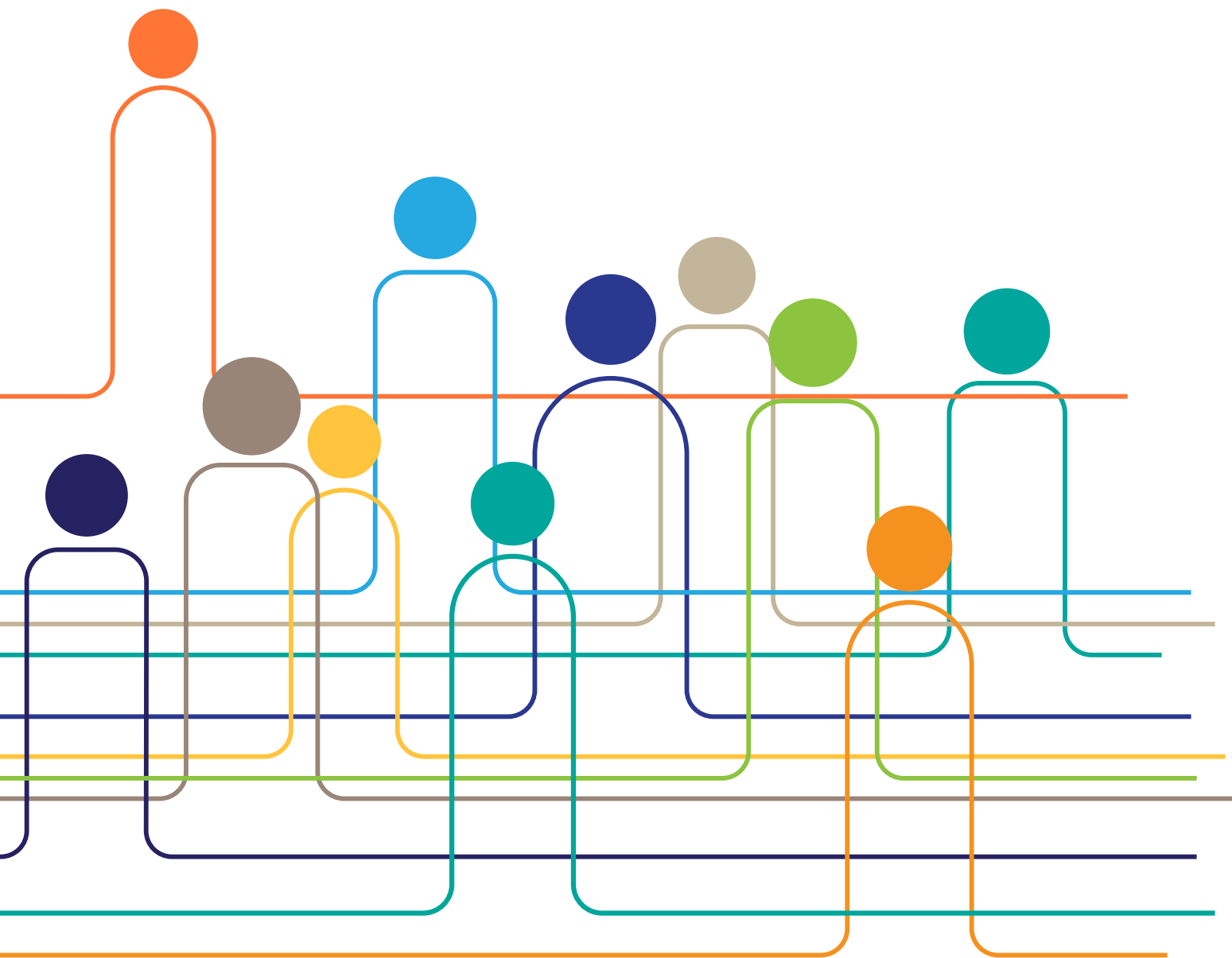

A DEMOGRAFIA E OS DESAFIOS À ECONOMIA





ÍNDICE

Introdução	4
Sumário Executivo	6
I. Os Números	8
1. Um problema europeu	8
2. Um problema português	9
2.1. A situação demográfica portuguesa no quadro europeu	9
2.2. As tendências recentes da imigração	10
3. A evolução demográfica em Portugal	13
3.1. Um saldo natural em défice continuado	13
3.2. A compensação da perda de população pelo saldo migratório	15
3.3. A evolução da população por regiões	18
4. As projecções demográficas para o séx. XXI em Portugal	20
4.1. O estudo "Migrações e Sustentabilidade Demográfica"	20
4.2. Projecções demográficas do INE (2018-2080 e 2025-2100)	22
II. As Mudanças na Economia e as Políticas Públicas	24
1. O ponto de partida	24
2. As alterações no mercado de trabalho: Estudos relevantes	29
2.1. "Um Novo Futuro do Trabalho", Mckinsey (2024)	30
2.2. "The future of Jobs – Report 2025", World Economic Forum	32
2.3. O emprego no comércio: "Local Retail, Global Trends", OCDE (2026)	34
2.4. "Automação e Inteligência no Mercado de Trabalho Português – desafios e oportunidades", Fundação Francisco Manuel dos Santos (2025)	37
3. Estratégia e prioridades de política	41
3.1. A mudança para uma nova economia impulsionada pela transição digital	41
3.2. A Coesão do território centrada numa política de cidade e numa política de mobilidade	43
4. Quadro Síntese com áreas de intervenção prioritárias	59
4.1. Uma prioridade estratégica nacional	59
4.2. Alguns focos fundamentais a considerar nos diferentes pilares	60
Conceitos	65
Principal documentação utilizada	66
Anexos	69
Participantes do Grupo de Trabalho	167

INTRODUÇÃO



Este Relatório é o resultado do trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho Demografia criado no âmbito do Observatório "Serviços, Competitividade Urbana e Coesão Territorial" que vem funcionando no quadro institucional da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP). A missão do Grupo consistiu em analisar as tendências demográficas no nosso país e o seu impacto na economia e sociedade portuguesa, e, simultaneamente, identificar os grandes desafios e as orientações de estratégia que essas tendências colocam numa trajetória de médio e longo prazo.

Pela diversidade de perspectivas de abordagem e de posicionamento institucional que o caracteriza, já que envolve organizações públicas com planos de actuação diferenciados e organizações da sociedade civil de base associativa, o Observatório tem focado a sua actividade mais na análise e diagnóstico, do que na propositura de políticas concretas, o que só faria sentido se a generalidade dos membros do Observatório nelas se pudesse rever.

Com a criação deste Grupo de Trabalho, propusemo-nos, com base na informação estatística existente e nos diversos estudos já realizados, elaborar um diagnóstico tão rigoroso quanto possível da evolução demográfica do país no contexto europeu, projectando-a no futuro, e identificar os desafios colocados por essa evolução, quer para o mundo empresarial quer para os responsáveis políticos. Daí decorre um conjunto de orientações, sobre as áreas prioritárias que as políticas públicas deverão incluir como corpo basilar de uma estratégia de crescimento e desenvolvimento do nosso país.

Neste quadro, o valor acrescentado deste nosso trabalho será, essencialmente "incremental", no sentido em que, a partir de um conjunto de informação já produzida fizemos a sua análise de forma o mais integrada possível com o objectivo de chegarmos à identificação das respostas e dos caminhos a percorrer. A primeira, e fundamental ilação tirada foi a de que o desafio demográfico apela, essencialmente, a uma resposta que se deve encontrar no próprio modo como funciona a economia. Sendo um problema colocado à economia, tratou-se de, considerando as tendências de evolução desta, que se pautam hoje por transformações continuadas que a chamada "revolução digital" despoletou, identificar as grandes apostas a fazer no âmbito das políticas económicas e que deverão merecer especial atenção por parte dos responsáveis pelo planeamento estratégico do país e estar contempladas nos instrumentos de política territorial e sectorial, em particular no PRR e no Portugal 2030. Na medida em que tais prioridades possam não estar em sintonia com as prioridades europeias. Caberá, aos nossos responsáveis políticos reforçar sua intervenção nas instâncias comunitárias batendo-se pelo que são os interesses e necessidades concretas do nosso país.

Em suma, este trabalho apresenta-se como, um contributo para um debate que consideramos necessário, o qual deverá envolver responsáveis políticos, os quadros das estruturas da Administração Pública, as associações empresariais, os parceiros sociais, os investigadores e estudiosos das áreas abordadas, assim como por todos aqueles que querem contribuir para o futuro do nosso país e que consideram que é necessária uma estratégia reformista para Portugal, e que convidamos a reagir e a comentar o documento apresentado.

SUMÁRIO EXECUTIVO

- 1.** A Europa, no seu conjunto, está confrontada com um problema de depressão demográfica que a enfraquece na disputa por um lugar cimeiro na economia mundial e que se traduz, em particular, por um envelhecimento da população, com redução do peso dos que ocupam a faixa etária em idade activa. Portugal acompanha esta tendência, mas apresenta uma evolução agravada face à média europeia, nomeadamente, nos níveis de envelhecimento da sua população.
- 2.** O problema demográfico expressa-se, no nosso país, num saldo natural negativo (número de nascimentos abaixo do número de mortes), que apenas é compensado pelo saldo migratório, em que, apesar de termos vindo a registar desde a década passada uma saída de nacionais bastante elevada, o número de novos imigrantes, tem permitido registar valores positivos no referido saldo, com isso respondendo às necessidades do mercado de trabalho mas colocando, igualmente, problemas relativos à integração desta população.
- 3.** As projecções sobre a evolução da população em Portugal ao longo do séc. XXI, apontam para uma clara tendência de redução dos residentes caracterizada por um agravamento dos desequilíbrios demográficos entre regiões e por uma redução continuada – em termos quer absolutos, quer relativos – da população em idade activa. Ou seja, prevê-se que, no longo prazo, os saldos naturais continuarão em terreno negativo, já não sendo possível compensá-los, inteiramente, com a entrada de imigrantes, cujos níveis actuais dificilmente se irão manter. Ao mesmo tempo, o maior peso dos idosos requer novas soluções por parte do sistema de segurança social que temos.
- 4.** Esta depressão demográfica do país não pode deixar de se projectar na economia, com uma perda de recursos humanos a ela alocados, ao mesmo tempo que lhe cabe dar um contributo decisivo para garantir a continuação do crescimento e do desenvolvimento do país, o que requer, desde logo, ser capaz de produzir mais e melhor com menos recursos humanos empregues. Para isso, torna-se necessário repensar e reconfigurar o nosso modelo económico, definindo com clareza a estratégia a seguir que deverá inserir-se num contexto global que vem sendo marcado pela “revolução do digital”. Ou seja, por uma transição com um carácter marcadamente disruptivo, para uma nova economia que já pouco tem que ver com os paradigmas do “modelo industrial”, que prevaleceu nas economias ditas avançadas ao longo dos dois séculos passados, e que se traduz por uma desmaterialização acentuada da actividade produtiva, com a criação de um valor imaterial, na produção seja de bens, seja de serviços.

5. As novas tecnologias do mundo digital (da automação à Inteligência Artificial) estão, também, a provocar uma acelerada mudança nas diferentes profissões, eliminando postos de trabalho num conjunto de funções e, sobretudo, requerendo novos perfis ao nível de qualificações e de competências, não apenas no uso das novas ferramentas do digital, mas também, e fundamentalmente, nas actividades em que estas ferramentas são instrumentais para uma maior produtividade e competitividade. A realidade actual da nossa economia mostra, ainda, que tendo o nosso país ficado sempre distante de atingir um estágio de industrialização consolidado, a destruição de postos de trabalho será relativamente baixa, implicando, isso sim, um grande esforço de requalificação e readaptação a novas formas de organização, a requerer uma aposta forte no ensino e na formação de recursos humanos nos novos domínios da economia do futuro.
6. A necessidade de romper com os paradigmas do passado e investir nos factores produtivos essenciais da nova economia, está longe de apontar para uma desvalorização do factor trabalho e do capital humano: as novas tecnologias são um instrumento indispensável, mas que, por si só, não resolve os problemas essenciais, pois é no conhecimento que está a principal mais-valia que alimenta um projecto de mudança e de inovação. É essencial apostar na valorização das pessoas e das competências, retendo e atraindo talentos, reforçando a ligação do sistema de ensino e de investigação com o mundo empresarial, e melhorando as condições de exercício da vida profissional em ligação com a qualidade de vida e com a inserção territorial das pessoas e das famílias.
7. Daí que a política do território se afigure um vector estruturante essencial, visando o reforço da coesão territorial do país e concentrando recursos, sobretudo, em duas áreas de política fundamentais: a mobilidade de pessoas, bens e serviços (no espaço urbano, regional, inter-regional e internacional) e o desenvolvimento e a qualidade de vida das nossas cidades, nomeadamente, consolidando um conjunto de cidades médias, que deverão ser âncoras de desenvolvimento regional em estreita ligação com as duas grandes áreas metropolitanas do país. Para isso, deve ser posto um enfoque muito especial na política de habitação e na política de "urbanismo comercial", e com elas desenhar e organizar o planeamento das cidades, com base no interface sistémico envolvendo o espaço público e o edificado com as ofertas de bens e serviços e os locais de habitação, trabalho e lazer.



I. Os Números

1. UM PROBLEMA EUROPEU

A população da U.E. representa hoje apenas 5,7% da população mundial e, mesmo considerando a continuação futura de um saldo migratório acentuado, as projecções feitas para 2070 indicam que, nesta data, ela não representará senão 3,7% (número das Nações Unidas).

Hoje, os dois países mais populosos do planeta (Índia e China) representam 36% da população mundial, números que sobem para 50% se considerarmos os seis países com maior população (os dois anteriores, a que se juntam o Brasil, a Indonésia, o Paquistão e a Nigéria), sendo que, as previsões para as próximas décadas apontam para que o maior aumento populacional venha a ocorrer na África subsariana, fazendo com que esta em 2070 possa atingir 28% da população mundial.

Uma Europa com um peso tão reduzido na população planetária tem um problema na disputa de um lugar cimeiro na economia mundial. Contudo, o problema não resulta

apenas de um menor crescimento populacional, mas do facto de registar uma evolução negativa do seu **saldo natural** (1), apenas parcialmente compensado por **saldos migratórios** (2) positivos. O menor número de nascimentos leva a um claro envelhecimento da população com uma "pirâmide demográfica" a crescer no topo e a encurtar na base, fazendo com que 21% da população tenha hoje mais de 65 anos, ultrapassando o número dos que se situam no escalão etário dos 10 aos 24 anos e fazendo com que a U.E. apresente níveis de envelhecimento entre os mais elevados, a nível mundial.

Ora, as projecções do envelhecimento, reforçadas pelo aumento continuado da esperança de vida, apontam para que, em 2070, este valor se agrave, com mais de 30% da população europeia a ter mais de 65 anos. Os números conhecidos para 2023 mostram que a **idade mediana** (3) na Europa se situa nos 42,2 anos, o que representa, face a 1950, um aumento de 14,6 anos.

O impacto destas mudanças, do ponto de vista económico e social, faz-se sentir em vários sectores e por diversas vias. A redução da **população em idade activa** (entre os 15 e os 64 anos), face ao aumento contínuo do número de pensionistas coloca em risco a sustentabilidade dos regimes de Segurança Social. O aumento do peso da população idosa coloca pressão sobre os sistemas de saúde e de cuidados de longa duração, fazendo aumentar a despesa pública. A diminuição da população em idade activa, se não for compensada por aumentos de produtividade, condiciona e limita o potencial de crescimento económico.

2. UM PROBLEMA PORTUGUÊS

2.1. A situação demográfica portuguesa no quadro europeu

A situação portuguesa enquadra-se, no essencial, nas tendências europeias, atrás referidas, embora as considerações comparativas de âmbito quantitativo, assumem uma menor relevância, dado que Portugal não visa ser, enquanto país, uma potência à escala global. Contudo, em vários indicadores, o nosso perfil evolutivo tem contornos significativamente agravados face à média europeia. Vejamos o que nos mostram os números estatísticos existentes:

- A **taxa de crescimento natural** coloca Portugal como sendo um dos países europeus com um mais elevado défice demográfico (apenas acima da Grécia e da Itália).
- A **idade mediana** em Portugal (em 2023) situa-se nos 46,2 anos, sendo o nosso país o segundo, a seguir à Itália, com o mais alto valor da U.E. (cujo valor médio está, como dissemos, nos 42,2 anos), mas liderando Portugal os anos de aumento registados a partir do início deste século.

- Somos, também, o país da U.E. em que, no **universo dos agregados familiares com filhos**, é maior a percentagem daqueles que têm apenas um 1 filho, representando 60% do universo referido.
- Também em relação ao índice de fecundidade (4), Portugal ocupa (2024) uma posição na metade inferior da tabela no conjunto da U.E. com um valor de 1,4, não havendo evidência de recuperação deste índice ao longo dos últimos anos.
- Em contraponto à descida no peso da população jovem, temos um aumento do peso dos **idosos na população total, tal como no conjunto da U.E.**, mas estando Portugal em segundo lugar na U.E., de novo a seguir à Itália, com 24,3% em 2024 (como também referimos, o peso médio na União, situa-se nos 21%).

Em termos de projecções, a situação portuguesa não melhora:

- A população residente na U.E. deverá, de acordo com as projecções que servem de base ao último *Ageing Report* (2024), reduzir-se em 4% até 2070. Em Portugal a redução projetada é de 14%.
- A população em idade activa na U.E. deve reduzir-se em cerca de 40 milhões de pessoas até 2070, o que representa uma diminuição de 15%. No mesmo período Portugal perde 1,62 milhões de pessoas em idade activa, o que representa 26,7%.
- O índice de dependência etária de Portugal será o mais elevado da U.E. em 2070, em que atingirá 67,8 pessoas com mais de 65 anos para 100 pessoas em idade activa (20-64). Actualmente, o nosso país, é o terceiro com índice mais elevado, situado em 40,7, e sendo apenas ultrapassado pela Itália e pela Finlândia.

2.2 As tendências recentes da imigração

Pela importância crítica que assume na evolução demográfica, convém abordar com algum detalhe as tendências recentes da imigração em Portugal. Ao olharmos para os números constantes do *International Migration Outlook 2025*, da OCDE, recentemente publicado, podemos aferir das particularidades da situação portuguesa:

- A evolução recente da imigração para Portugal segue em absoluto a tendência verificada na maioria dos países da OCDE: queda em 2020, forte expansão nos três anos seguintes, ligeira queda em 2024.
- **A imigração permanente para Portugal em 2024 foi de 137,6 mil indivíduos** (valor não coincidente com o registado pelo INE, devido a uma diferente metodologia de cálculo). **Ou seja, fomos o 11º país com um valor em números absolutos mais elevado, no conjunto de 37 países da OCDE, e o 5º com um crescimento mais rápido, desde 2019,**

entre os países da UE (apenas abaixo da Espanha, Polónia, Irlanda e Lituânia). Mas, se tomarmos como referência a população total, dos países, Portugal já teve, em 2024, um peso da população imigrante que é o quinto valor mais elevado entre os países da OCDE (atrás do Luxemburgo, Irlanda, Suíça e Islândia).

- **O padrão de imigração em Portugal é bastante distinto do que se verifica no conjunto da OCDE.** Em Portugal, 44% dos imigrantes vieram por razões de trabalho e 14% por razões familiares. As proporções no conjunto da OCDE são inversas: 44% da imigração explica-se por razões ligadas à família (reagrupamento ou acompanhamento) e 17% por razões ligadas ao trabalho. Por ser elevada a proporção de imigrantes que vêm por razões de trabalho, a taxa de emprego entre os imigrantes em Portugal (76%) é mais elevada do que na maioria dos países da OCDE. É também mais elevada do que a taxa de emprego entre os nacionais, que é de 72%. A taxa de desemprego é, porém, superior nos imigrantes do que nos nacionais: 9% e 6%, respectivamente.
- Os números da imigração portuguesa devida a razões humanitárias e de carácter temporário são muito baixos, ao contrário do que acontece na OCDE, onde 13% dos imigrantes foram admitidos por razões humanitárias, e o volume de imigração temporária atingiu em 2024 os 2,3 milhões, ou seja mais de 1/3 do total de imigrantes permanentes.
A imigração temporária na OCDE processa-se maioritariamente por três vias: trabalhadores sazonais, pessoas que associam o turismo ao trabalho e programas de mobilidade relacionados com as necessidades do mercado de trabalho.
- O número de pedidos de autorização por motivos de asilo político é muito baixo em Portugal quando comparado com a maioria dos países da OCDE: apenas 2675 pedidos num total de mais de 3 milhões.
- As pessoas nascidas no estrangeiro representavam em 2023 11,7% da população residente em Portugal, ligeiramente acima da média da OCDE que era de 11,5% (segundo os dados nacionais, em 2024, esta proporção seria de 14,5%). Já em termos de aquisição de nacionalidade, Portugal está próximo da média da OCDE: 2,1% da população estrangeira, que compara com 2,3% na OCDE.

No respeitante à política de imigração, o relatório da OCDE inclui uma descrição detalhada das principais tendências observadas em 2023-24, que ajuda a enquadrar as medidas que têm sido tomadas recentemente pelo Governo português:

- Em reacção ao aumento muito significativo dos fluxos de imigração observados desde 2020, um grande número de países da OCDE tem recorrido a medidas para reduzir o número de imigrantes, quer no valor total, quer em categorias específicas. Exemplos relevantes desta tendência encontram-se no Reino Unido, na Bélgica, nos Países Baixos, no Canadá e, mais recentemente, nos Estados Unidos.

- As políticas de imigração estão crescentemente orientadas para a atração de talento e para a satisfação de necessidades específicas do mercado de trabalho. Os países que dispõem de instrumentos de controlo da quantidade e da qualidade da imigração, tais como quotas, níveis mínimos de qualificações, critérios de elegibilidade, programas visando a atração de trabalhadores sazonais e de trabalhadores altamente qualificados, têm-nos utilizado no sentido de tornar a imigração mais seletiva e orientada.
- Os sistemas de asilo foram tornados mais restritivos em muitos países, através da redução de benefícios e da imposição de novos limites ao reagrupamento familiar.
- Tem-se assistido à intensificação da cooperação regional e bilateral, com a multiplicação de acordos que promovem a mobilidade, o retorno e a protecção, incluindo respostas aos movimentos relacionados com a alteração climática.
- Vários países, em que ocorrem severas situações de escassez de mão-de-obra, têm recorrido a mecanismos de regularização da situação de imigrantes em situação irregular.



3. A EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA EM PORTUGAL

3.1. Um saldo natural em défice continuado

O saldo natural tem sido persistentemente negativo desde 2007, apresentando, desde esta data, uma continuada tendência de agravamento. Se, no período 1950-67, o número de nascimentos ainda se situava nos 200 mil por ano, no período 2011-24 esse número baixa para menos de 100 mil.

As justificações para a **baixa natalidade tem que ver com condições económicas, mas também com mudanças culturais e de relacionamento com a vida profissional**, que criam um ambiente onde ter filhos é adiado ou ponderado com muita cautela:

- Instabilidade financeira e profissional em que, sobretudo, jovens casais enfrentam dificuldades em atingir a independência financeira. Assim, o custo de vida, a dificuldade em adquirir habitação, a precariedade laboral e os baixos salários levam ao adiamento da decisão de ter filhos.
- Conciliação difícil entre a vida profissional e a vida familiar (a prioridade, que muitas vezes é dada, a uma progressão na carreira é pouco compatível com o tempo exigido na criação dos filhos e desencorajam a parentalidade) e a falta de políticas eficazes neste domínio.
- Factores culturais relacionados com o estilo de vida, em que os jovens querem ter mais liberdade antes de constituírem família, geram um impacto que tende a reduzir o número de filhos.
- Um tempo de incerteza com crises económicas e de saúde (como a pandemia de COVID-19) que aumentam a dificuldade em planear o futuro, levando as pessoas a adiar decisões importantes como ter filhos.

Ao mesmo tempo, a posse de animais de estimação tende a ser vista como uma alternativa, satisfazendo certas necessidades emocionais e de partilha, mas com um nível de compromisso e custo financeiro e temporal muito inferior ao de criar um filho que, de acordo com as estimativas, significa um "investimento médio" de cerca de 185 mil euros até se atingir os 25 anos de idade. Portugal destaca-se como um dos países da União Europeia com mais cães por habitante (cerca de 1 cão por cada 4 habitantes) e 1 em cada 3 lares possui, pelo menos, 1 gato. Segundo os dados oficiais (SIAC), o número de animais de estimação registados oficialmente por ano ronda os 400 mil, que é o quádruplo do número de nascimentos de novos habitantes.

Nos últimos anos, a **taxa bruta de natalidade** (5), apesar do ano de 2023, em que ocorreu uma ligeira recuperação face aos anos COVID (com 8,1), tem vindo a baixar, tendo os

números de 2024 dado continuidade à tendência de descida, apresentando uma taxa de 7,9 (apenas superior à do ano COVID de 2021). Em linha com esta taxa, o **índice sintético de fecundidade** não tem apresentado sinais consistentes de recuperação, pois após ter atingido um valor mínimo absoluto em 2013, com 1,21, regista depois uma ligeira subida tendo atingido, em 2022 e 2023, o valor de 1,44, para cair, novamente, para 1,40 em 2024. Em resultado disso, nos últimos 10 anos, o peso da população jovem (0 aos 14 anos) desceu de 14,2% para 12,6% do total da população.

Contudo, olhando para os números dos anos mais recentes, divulgados pelo INE, regista-se que a partir de 2018 se dá um aumento da população residente (que, em 2024, atingiu 10 750 milhões de pessoas, registando, face a 2018, um aumento de 416 mil residentes). Esta mudança é resultado da **inversão do saldo migratório**, que passou a ser positivo em 2017, apresentando números especialmente expressivos nos três últimos anos, com um somatório de entradas de estrangeiros residentes que atingiu as 534 mil pessoas, ou seja, cerca de 178 mil novos imigrantes/ano. Um número que, atendendo à dimensão populacional do país, não pode deixar de ter um impacto social significativo e se afigura impossível de manter de forma continuada.

Ao mesmo tempo, a mediana etária da população continuou a sofrer uma subida acentuada, como já assinalámos, tendo-se assistido a um aumento do **índice de envelhecimento** (6) que, em 2024, atingiu o máximo histórico de 192,4. Ou seja, ele agrava-se mesmo com o aumento da imigração, que é maioritariamente constituída por pessoas mais novas, o que veio, aliás, permitir uma ligeira recuperação do **índice de renovação da população em idade activa** (7) que atingiu 80,7 (valor este ainda abaixo dos números anteriores a 2018).

Em termos da relação entre a população em idade activa e a população empregada importa considerar aquilo que podemos considerar uma **subutilização da força de trabalho disponível**. No 1º semestre de 2025, a taxa de desemprego atingiu o mínimo histórico deste século: 6,3 %, o que corresponde a 347,7 mil pessoas*. Este desemprego será em grande medida do tipo friccional, com algum de tipo estrutural (a taxa de desemprego de longa duração é de 2,4 %). É, por isso, limitada a possibilidade de encontrar nesta população o acréscimo de oferta de trabalho de que a economia necessita. **Contudo, a situação de subutilização de trabalho abrangia, no 1º semestre de 2025, 600,8 mil pessoas, uma população que, além dos desempregados, inclui os empregados a tempo parcial que gostariam de trabalhar mais horas, os indivíduos disponíveis para trabalhar, mas que não procuram activamente emprego, e os indivíduos que procuram activamente emprego, mas não estão disponíveis imediatamente para trabalhar.** A presente conjuntura de aumento do emprego e do salário médio real, impulsionado pela política de valorização do salário mínimo, cria à partida condições favoráveis para a redução do subemprego. Contudo, deverá ser revista a política de activação do emprego que tem vindo a ser praticada entre nós, a fim de reduzir substancialmente os níveis de subemprego.

A oferta de trabalho pode ser reduzida se for positivo o custo de oportunidade da aceitação de um emprego cuja remuneração se situe abaixo ou próxima das prestações sociais dependentes da situação de inactividade ou desemprego, incluindo o sub-

* Entre os 1ºs semestres de 2024 e de 2025 a população em subemprego diminuiu quase 3%.

sídio de desemprego, mas também outras no domínio da parentalidade, do consumo de electricidade, etc. O fenómeno do "welfare trap" está bem diagnosticado nos países com sistemas avançados de protecção social e nada impede que não tenha, também, expressão entre nós**.

A política de activação deveria ter como objectivo criar incentivos para que a população cuja capacidade para trabalhar se encontra subutilizada passe a integrar o mercado de trabalho ou a prestar mais horas de trabalho. Incentivos que se ligam igualmente com a importância de dignificar e valorizar actividades que têm vindo a ser desqualificadas sem qualquer razão objectiva e que, aliás, não tem equivalência nos países europeus mais desenvolvidos.

Além disso, deverá ser lançado um exercício de identificação exaustiva das situações em que certas prestações em dinheiro ou em género, incluindo as que se situam fora do âmbito da Segurança Social, possam estar a criar desincentivos à procura ou à aceitação de postos de trabalho remunerado, assim como ao aumento das horas de trabalho prestadas.

3.2. A compensação da perda de população pelo saldo migratório

Como já vimos, os números do saldo migratório foram o único meio que permitiu estancar, nos anos mais recentes, a tendência de perda de população no nosso país, no quadro de um saldo natural que, não só se mantém, ao longo dos anos, negativo, como se agravou a partir do início da presente década. Mas, olhando para o período que começa no início da década passada e vai até 2016, também o saldo migratório esteve, nesses anos, em terreno negativo, para isso contribuindo um forte acréscimo da emigração que viria, contudo, a desacelerar a partir da segunda metade da década, o que fez com que, durante esses anos tenha havido uma perda de população. Só, como já dissemos, com a inversão do saldo migratório, iniciada em 2017, é que, a partir de 2019 e anos seguintes, este saldo passou a compensar o saldo natural negativo, dando início a um novo ciclo de aumento da população residente que ainda se mantém.

Olhando para os números da **emigração** no nosso país eles não têm deixado de aumentar, traduzindo-se num número crescente de portugueses a residir fora do nosso país. Entre 1960 e 2020 o aumento destes atingiu as duas vezes e meia, sendo, nesta última data, cerca de 2,6 milhões de pessoas. Neste século a emigração atingiu o seu nível máximo em 2014 com cerca de 135 mil pessoas emigradas (sendo 50 mil permanentes e 85 mil temporários), números que regrediram nos anos seguintes até atingirem o mínimo de 65 mil pessoas emigradas em 2021, para voltar a subir nos anos seguintes, tendo atingido em 2024 as 80 mil pessoas (46 mil temporários e 34 mil permanentes). Quanto ao número de **imigrantes** eles atingiram em 2024, segundo a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), **1,547 milhões de residentes estrangeiros** números ainda não validados estatisticamente pelo INE, tendo, em apenas 5 anos, entrado no país 810 mil novos imigrantes permanentes. Em resultado disso a população estrangeira

** Para a análise do problema do welfare trap ou do poverty trap e das soluções que têm sido avançadas, ver N. Barr, "The Economics of the Welfare State", Oxford UP, 2012.

a residir em Portugal atingiu o máximo absoluto de **14,5% da população residente**. Analisando o perfil da população imigrante, de acordo, essencialmente, com os números divulgados pelo Observatório das Migrações "*Migrações em Números - Relatório Estatístico 2023*", podemos fazer, de seguida, **uma breve caracterização dos mesmos** (refira-se que a informação do Observatório reporta, quase toda, ao ano de 2022):

a) Por **grupos etários**, a maioria dos imigrantes tem idade entre 20 e 45 anos (61,1% do total da população imigrante), o que permitiu atenuar a progressão do índice de envelhecimento da população residente, tendo para isso contribuído, sobretudo, os imigrantes originários de países fora da Europa;

b) Na distribuição dos emigrantes pelas **regiões do país**, verifica-se que Lisboa (distrito) absorveu o maior número de imigrantes, com 42% do total, seguido, a larga distância, por Faro (14%), Setúbal (10%) e Porto (9%). Ou seja, no geral, verifica-se que as regiões com maior população (regiões de alta densidade) são também aquelas que continuam a atrair mais imigrantes, não contribuindo estes para inverter ou atenuar os desequilíbrios demográficos, embora amortecendo, com os novos imigrantes residentes, a tendência de perda de população de regiões demograficamente deprimidas;

c) Por **nacionalidade de origem** dos imigrantes, destaca-se claramente o Brasil com 30,7% do total dos mesmos, seguido a larga distância pelo Reino Unido (5,8%), Cabo Verde (4,7%), Itália (4,5%) e Índia (4,4%). A imigração brasileira é também aquela que revela maior heterogeneidade no seu perfil;

d) Quanto ao **estatuto dos imigrantes**, os números para 2024 assinalam 1,096 mil com título de residência, 61 mil com estatuto de protecção temporária e 386 mil em processo de atendimento, a maioria dos quais por manifestação de interesse. No que se refere à concessão de vistos para reagrupamento familiar, em 2024, foram concedidos 35 011 novos títulos, para reagrupamento familiar o que representou 16% do total de autorizações concedidas;

e) As **habilitações académicas/qualificações** dos imigrantes variam, em grande medida, de acordo com a nacionalidade dos mesmos, com um claro contraste entre europeus ocidentais, por um lado, e africanos e asiáticos, por outro, surgindo os brasileiros numa posição intermédia. Os países que apresentam imigrantes com maiores habilitações (juntando ensino secundário e ensino superior) são a França (83,8% possuem um dos graus de ensino referidos), a Espanha (76%) e, a alguma distância, o Brasil (56,7%). As percentagens mais baixas ocorrem em nacionais da Índia (23,4%), da Guiné Bissau (23,4%) e de Cabo Verde (31,9%). De referir que, comparando o conjunto dos estrangeiros residentes, com os portugueses, o perfil académico não é muito diferenciado, registando mesmo os imigrantes uma ligeira vantagem na percentagem de pessoas possuindo o ensino secundário ou superior;

f) Quanto às **actividades económicas exercidas pelos imigrantes (considerando apenas os trabalhadores por conta de outrem)**, são mais de 50% os que estão empregados nos serviços, com destaque para as "actividades administrativas e de serviços de apoio" (22%), o alojamento e restauração (16%), e o comércio e reparação automóvel

(11%). A **construção** surge claramente abaixo dos serviços com 11% e a **indústria transformadora** ocupa 10% dos trabalhadores imigrantes;

g) Olhando para os níveis de **remuneração**, verificam-se grandes disparidades, com os trabalhadores estrangeiros a receberem salários acima dos portugueses nas funções com maiores qualificações e, inversamente, a ficarem bastante abaixo nas funções com níveis de qualificação mais reduzidas (nestes, destacando-se os imigrantes do Nepal, Bangladesh e Tailândia). De acordo com o Relatório sobre a Sustentabilidade da Segurança Social que acompanha a Proposta de OE para 2026, a remuneração média declarada dos contribuintes estrangeiros foi, em 2024, de 1194 euros, enquanto a dos contribuintes nacionais atingiu os 1 659 euros, ou seja, um diferencial, em valores médios, de 39%;

h) Em termos de **contratos de trabalho**, o número dos que possuem contratos sem termo é praticamente igual aos que têm contratos a termo certo (37% e 36%, respectivamente). Aqui, a diferença em relação aos portugueses é expressiva, com 71% destes a possuírem contratos sem termo. Os trabalhadores asiáticos são aqueles em que é maior a percentagem dos contratos a termo certo ou incerto (por comparação com os contratos sem termo);

i) Quanto aos **alunos estrangeiros** matriculados no nosso sistema de ensino, o número tem vindo a aumentar, sendo de 86 mil no ano lectivo 2021/22 no ensino básico e secundário e de 66 mil no ensino superior, o que corresponde a 8,7% e 16%, respectivamente, do número total de alunos nestes graus de ensino;

j) Em matéria de **indicadores de integração** a tendência, de acordo com a escassa informação estatística disponível, revela uma evolução que, em geral, podemos considerar ir num sentido positivo. Assim, nos **casamentos** realizados em Portugal, os cidadãos estrangeiros já estiveram, em 2022, presentes em 19,2% dos mesmos, quer em casamentos mistos (um cônjuge português e um estrangeiro), quer em casamentos em que ambos os cônjuges são estrangeiros. Por nacionalidades destaca-se aqui o Brasil, em que é, também, particularmente elevado o número de casamentos mistos (sobretudo, envolvendo mulheres brasileiras). Já no caso de cidadãos de países do leste da Europa a maioria dos casamentos realizados liga cônjuges da mesma nacionalidade. Também, ao nível dos processos de **naturalização de estrangeiros**, o seu número tem vindo a aumentar a partir de 2018, na maioria dos casos envolvendo cidadãos de países de língua portuguesa (59% em 2022, com destaque para oriundos do Brasil com 31%), embora estes processos representem apenas 3,8% do total de estrangeiros residentes. Igualmente, o indicador **recluso estrangeiro** mostra que o seu número tem vindo a baixar ao longo da última década (com 1900 presos em 2022), representando 15% da população prisional existente (ou seja, uma percentagem que está apenas ligeiramente acima dos nacionais, considerando os dois universos populacionais residentes). Já quando olhamos para as **condições de residência** estas apresentam um padrão muito pouco satisfatório, revelando a existência nos não nacionais de taxas de sobrelotação elevadas (a taxa nos estrangeiros residentes é de 19% o que compara com a taxa de 8% para os portugueses).

k) Por último, em relação à **segurança social** é expressivo o aumento do peso dos imigrantes nas contribuições pagas, conforme consta do referido Relatório sobre a Sustentabilidade da Segurança Social, representando 17,1% do total de contribuintes em 2024 e apresentando um saldo entre pagamentos e recebimentos altamente favorável ao reforço do orçamento da segurança social. **Os imigrantes contribuíram em 2024 com 13% das receitas contributivas do sistema previdencial (3,6 mil milhões de euros), tendo recebido, no mesmo ano, cerca de 687 milhões em prestações sociais.** Sem esta contribuição dos imigrantes o sistema previdencial, que teve em 2024 um saldo positivo de 3951 milhões de euros, reduzir-se-ia para 1038 milhões e o superavit do O.E. em 2024, que foi de 0,3% do PIB, passaria a um défice de 0,6%. É ainda de referir que apenas 2% do total de emigrantes recebem um Rendimento Social de Inserção (RSI), o que corresponde a um valor de apenas 312 milhões de euros. Os números mais recentes (Agosto de 2025) do IEFP mostram, por seu turno, que o número de desempregados registados de cidadãos estrangeiros atingiu, em Agosto deste ano, os 50137 (comparando com o mesmo mês de 2024 ocorreu uma redução de cerca de 2% de desempregados), sendo que 60% destes então inscritos nos Centros de Emprego há menos de 6 meses. Deste total, cerca de metade recebem prestações de desemprego (percentagem mais elevada do que em 2024), havendo 42% de cidadãos estrangeiros registados nos centros sem protecção e 7% a beneficiar do RSI (3,5 mil). Por nacionalidades, destacam-se nesta população desempregada os cidadãos do Brasil com 46%. De referir, ainda, que, em Agosto de 2025, os Centros de Emprego colocaram 2241 cidadãos estrangeiros, destacando-se o emprego em actividades de comércio e serviços (65% dos mesmos).

3.3. A evolução da população por regiões

Como é referido no estudo realizado para este Observatório pelo IGOT ("Dinâmicas de Transformação das Actividades Económicas em Portugal no Período 2011-2021"), existem grandes desequilíbrios na distribuição da população pelo território nacional, ou seja, temos regiões com altas densidades que contrastam com outros de baixa densidade.

As regiões Norte, Centro e Área Metropolitana de Lisboa (AML) concentram 84% da população, enquanto as restantes (Alentejo, Algarve, Madeira e Açores) apenas representam 16%, contrastando, em especial, a densidade da AML (956 hab./km²) com a do Alentejo (23 hab./km²). Embora a fractura litoral-interior seja algo forçada, quer por haver zonas do litoral com reduzida população, quer face à dimensão do território e às distâncias que separam o mar da fronteira interior do país, uma faixa litoral da região Norte até à península de Setúbal, polarizada em torno das duas áreas metropolitanas do Porto e Lisboa, concentram a grande maioria da população residente, tendência que tem vindo a reforçar-se, como evidencia a comparação entre os censos de 2011 e 2021. Considerando as Regiões NUTSII, as que registaram perda de população entre os dois últimos censos foram: o Alentejo (-6,9%), a Região Autónoma da Madeira (-6,2%) a Região Centro (-4,3%), a Região Autónoma dos Açores (-4,1%) e Região Norte (-2,8%). Ao invés apenas as regiões do Algarve (+3,7%) e a Área Metropolitana de Lisboa (+1,7%) viram a sua população aumentar.

O estudo do IGOT, identifica as principais áreas com acréscimo populacional: o conjunto da AML e de alguns municípios do Oeste; alguns municípios da AMP; alguns municípios do Algarve, especialmente os de Vila do Bispo, Lagos e Albufeira; Aveiro e municípios envolventes; o núcleo Marinha Grande, Leiria e Batalha; e, isoladamente, os municípios de Viseu, Entroncamento e Odemira.

Com base nos números dos censos, o estudo referencia quatro perfis tipológicos: municípios com uma reduzida densidade (abaixo da média) e registando um decréscimo de população (60%); municípios com uma densidade populacional acima da média, mas com diminuição populacional (21%); municípios com densidade acima da média e com aumento populacional (15%) e municípios de baixa densidade com acréscimo populacional (3,6%).

Como se vê pelo peso dos vários perfis, a tendência aponta no sentido de perda de população na maioria dos concelhos (81%), sendo que a tendência se acentua nos municípios com menor densidade populacional, embora, nos municípios de maior densidade, seja também maior o número daqueles em que a população regrediu.



4. AS PROJECCÕES DEMOGRÁFICAS PARA O SÉCULO XXI EM PORTUGAL

Sintetizamos de seguida os números do estudo "Migrações e Sustentabilidade Demográfica" (2017) promovido pela Fundação Francisco Manuel dos Santos/Observatório da Emigração para os anos 2016-2060 e as projecções realizadas pelo INE, uma em 2020, para o período 2018-2080 e outra mais recente (30/09/2025) para o período de 2025-2100. Apesar de o estudo que referenciámos já ter alguns anos, não incorporando as mudanças expressivas que tiveram lugar na presente década, ele ainda pode constituir um instrumento válido para analisar possíveis tendências, especialmente porque o estudo introduz projecções macroeconómicas no cálculo das necessidades em recursos humanos.

4.1. O estudo "Migrações e Sustentabilidade Demográfica"

Partindo na noção de "migrações de substituição", que procura avaliar o volume de migrantes necessários para compensar o decréscimo do saldo natural da população, ele tem, como dissemos, a ambição de projectar a evolução demográfica necessária para responder às necessidades da economia, em que esta tem, simultaneamente, um papel de condicionante, sendo também ela, condicionada pela evolução demográfica. Ora, se a incerteza nas projecções demográficas são já, em si mesmas, elevadas, elas naturalmente aumentam quando introduzimos hipotéticos cenários macroeconómicos para um tempo longo, de 50 ou de 75 anos. Mas, trata-se, como dissemos, de um exercício que nos pode fornecer, ao nível dos grandes números, indicações válidas sobre a natureza e dimensão do problema demográfico, contribuindo, desde logo, para moderar ímpetus de soluções voluntaristas a nível das políticas demográficas, permitindo respostas realistas que dificilmente revolucionarão as tendências em curso.

O estudo tem como foco principal o de definir parâmetros de evolução para a população em idade activa e para os níveis futuros de imigração, tendo como objectivo avaliar o volume de imigração necessário, ao longo deste período, para que a população em idade activa não diminua (ou que, pelo menos, seja aquela que, de acordo com os diferentes cenários macro, permite assegurar a sua realização). Ou seja, em nenhum momento se coloca como ponto de partida para a reflexão necessária, **um cenário de perda populacional em que tenhamos de trabalhar com os efeitos de uma contínua redução da população em idade activa**. Percebe-se, de alguma forma, a razão: os cenários macroeconómicos elaborados não seriam compatíveis com essa evolução. Neste quadro, para o estudo realizado a redução do saldo natural tem sempre de ser inteiramente compensada pelo aumento do saldo migratório, considerando ainda, nos números apresentados, os efeitos do envelhecimento da população na redução do peso da população em idade activa.

Mas, vejamos em concreto o que mostram os diferentes cenários que nos são apresentados:

a) Como **exercício inicial** (considerando projecções demográficas que se podem considerar razoavelmente verosímeis), admite-se a persistência no período considerado de um saldo natural negativo, em que o número de mortes continuará acima do número de nascimentos. Embora os níveis de fecundidade possam aumentar (a previsão aponta para valores da ordem dos 1,5 e 1,6 filhos por mulher em idade fértil até 2060), a tendência de envelhecimento não será invertida e a esperança de vida poderá chegar aos 88 anos. O exercício de projecção da população feito sem migrações levaria assim, a uma clara perda de população: calculada em cerca de 2,5 milhões, sendo que o decréscimo da população em idade activa seria ainda superior (com 2,7 milhões). Teríamos neste quadro uma quebra de população total de -25% e uma quebra da população em idade activa de -40%. Comparando a pirâmide etária daqui resultante, em 2060, com a de 2016, passaríamos de um desenho "pentagonal" para um formato de triângulo invertido (com estreitamento da base e do centro).

b) Num **segundo exercício**, o estudo coloca como objectivo manter a população total actualmente (ou seja, em 2016) existente (sem considerar os efeitos na pirâmide), o que coloca as necessidades de saldo migratório a rondar os 2,2 milhões de pessoas ao longo do período, ou seja, implicando um saldo anual médio positivo de 47 mil pessoas. Mas, considerando apenas esta variável de ajustamento, teríamos a população em idade activa a cair em cerca de 1 milhão de pessoas. Introduzindo, então, o critério de manutenção desta população, o saldo migratório necessário dispara, atingindo um total de entradas líquidas de emigrantes da ordem dos 3,5 milhões, o que elevaria para 75 mil pessoas o saldo anual (que seria maior nas primeiras décadas e baixaria a partir da década de 40). Neste cenário verificar-se-ia um impacto na população total a que aumentaria cerca de 1,5 milhões (o que colocaria, em 2060, a população residente em cerca de 12 milhões de pessoas). Apesar destes números, continuaria a assistir-se a um aumento do peso da população idosa, deixando muito longe de concretizar o critério da sustentabilidade demográfica.

c) Falta agora introduzir no estudo o **cenário macroeconómico**, com diferentes critérios alternativos e em que aqui apenas referenciamos o "cenário histórico" que é aquele em que se tomam por referência nas projecções feitas os indicadores registados em anos anteriores (a partir de 1997) mantendo a economia uma trajectória similar, e, procurando de seguida, ajustar a "oferta demográfica" às necessidades da "procura económica", de acordo com duas hipóteses:

- Uma, meramente teórica, sem saldo migratório, em que o diferencial entre as necessidades da economia, que apontam para 5 milhões de pessoas com emprego em 2060, se confrontam com uma projecção para a população empregada de apenas 3 milhões, ou seja, havendo um défice de 2 milhões de pessoas;

- Outra, com "migração de substituição", em que, com o mesmo cenário macro, seria necessário atingir um saldo migratório de **4 milhões de pessoas até 2060**, sendo que o mesmo resulta, por um lado, das necessidades directas da economia, que apontam para 2,2 milhões, com um acréscimo da população em idade activa em falta e os saldos migratórios de jovens e idosos. Neste cenário, estamos a falar de um saldo migratório anual médio de cerca de **90 mil pessoas** (número que historicamente apenas é ultrapassado, como vimos, nos anos mais recentes, e que, até pela extensão do período em análise, se tem que considerar de difícil concretização).

4.2. Projecções demográficas do INE (2018-2080 e 2025-2100)

O INE apresentou em 2020 as suas projecções, demográficas, para o período 2018-2080, contemplando diferentes cenários evolutivos (um mais optimista, outro mais pessimista e um designado por "cenário central", que foi aquele que tomámos como referência). Em finais de Setembro de 2025, o INE apresentou, novas projecções, agora para o período 2025-2100. Comparando-as, podemos concluir que, no essencial, os novos números encontrados no trabalho mais recente vêm confirmar as tendências registadas na projecção anterior.

a) No exercício 2018-2070 a previsão apontava para que, sem fluxos migratórios, a quebra da população registada rondaria os 3 milhões. Com entrada líquida de imigrantes, no cenário apresentado, a quebra seria de 2 milhões de residentes em território nacional. Quebra esta agravada, naturalmente, pelo perfil dos mesmos, com um aumento da população idosa (em 1,2 milhões de pessoas) e com uma redução da população em idade activa em mais de 2 milhões, passando dos 6,2 milhões em 2017 para 4,2 milhões em 2080 (caindo abaixo dos 5 milhões, em 2054) e uma distribuição desigual pelas diferentes regiões (NUTS II). Este último ponto é especialmente relevante pela dimensão dos desequilíbrios regionais, ocorrendo quebras significativas da população nas regiões Norte e Centro e um crescimento da mesma em Lisboa e no Algarve. Também seriam especialmente afectadas as duas regiões autónomas da Madeira e Açores, que registariam quebras de população de, respectivamente, 36% e 30%.

Nesta projecção, o **índice de sustentabilidade** (8) passaria de 259 pessoas em idade activa por cada 100 idosos para apenas 138 pessoas (com os números mais baixos nas regiões Norte e Centro, com, respectivamente, 110 e 122 pessoas).

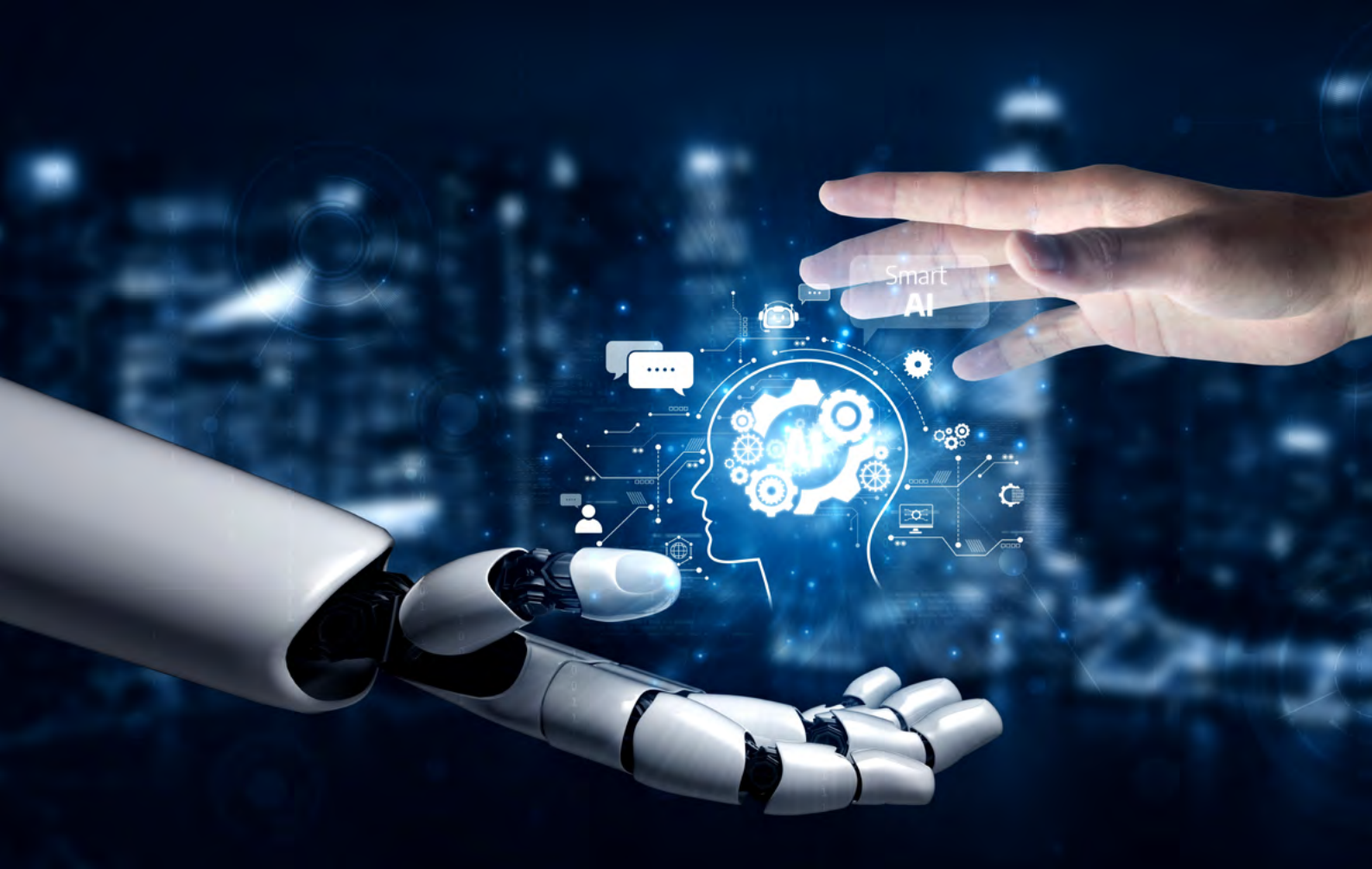
Considerando os elevados valores para os fluxos migratório, o trabalho conclui que a solução passa por alterar as actuais tendências ao nível da natalidade e da fecundidade, o que, contudo, como temos referido, não se afigura de concretização fácil.

b) Com o exercício prospectivo 2025-2100 são feitos alguns ajustamentos, embora as tendências e a dimensão dos números apresentados continuem igualmente expressivas. Tomando novamente aqui como referência o "cenário central" (que prevê um decréscimo dos saldos migratórios que se manterão positivos até um número, na casa

dos 25 mil, em 2100, o qual é cerca de metade do valor com que se trabalhou no "cenário optimista"), teremos:

- Uma redução da **população** de 2,4 milhões de pessoas, estimando-se que a mesma se situe em 8,3 milhões no final do século, sendo que, na passagem para a segunda metade do século, ela estará ainda nos 10,3 milhões, ou seja, deverá ocorrer até 2050 uma quebra de apenas 400 mil pessoas.
- O **número de idosos** continuará a aumentar passando de 2,6 para 3,1 milhões (ou seja, o seu peso subirá de 24% para 37% da população), com o **índice de envelhecimento** a crescer até 2060, estabilizando nas décadas seguintes.
- Em sentido inverso, o **número de jovens** diminuirá de 1,4 para cerca de 1.0 milhões, e, em resultado destas duas tendências, a **idade mediana** (hoje situada nos 47,2 anos) aumentará para os 54 anos (em 2050 atinge 52,6 anos).
- Finalmente, a **população em idade activa** diminuirá de 6,8 para 4,2 milhões de pessoas (mesmo no "cenário alto", com uma maior entrada de imigrantes, ocorrerá uma redução deste segmento populacional com uma projecção de 5,9 milhões em 2100). Estes números, apontam, também, para uma redução do seu peso na população total, passando de 63,0% para 50,8%. Será, apesar de tudo, uma redução faseada, com a descida abaixo dos 5 milhões a ocorrer apenas em 2065.
- Por regiões, a tendência do trabalho anterior mantém-se até 2100. Assim, no "cenário central", as Regiões Norte, Centro, Alentejo, Madeira e Açores registam as maiores quebras de população, com reduções, respectivamente, de 47%, 30%, 28%, 53% e 40%, e com as novas regiões numa posição intermédia: Oeste e Vale do Tejo a cair 23% e Península de Setúbal a ter um muito ligeiro aumento, enquanto a Grande Lisboa e o Algarve continuarão a crescer em população, respectivamente, 26% e 17%. Estes números, configuram quebras na população em idade activa em todas as regiões, com a excepção do Algarve, em que a mesma registará um pequeno aumento. As quebras são mais sensíveis nas regiões com maior perda de população atingindo os 62% na região Norte (com o peso da população total a cair de 64% para 46%) e na região Centro (em que cai de 61% para 50%).

Em linhas gerais os números retirados da projecção mais recente confirmam o pouco realismo de uma política baseada na hipótese de manutenção do peso da população em idade activa na população total (a tendência para o envelhecimento da população vai manter-se) e, como dissemos relativamente ao estudo anterior, eles mostram a impossibilidade de fixar à partida cenários assentes na manutenção da sustentabilidade demográfica.



II . As Mudanças na Economia e as Políticas Públicas

1. O PONTO DE PARTIDA

Os números mostram-nos que o nosso país está confrontado com um problema demográfico que, sendo estrutural, não só não é revertível a prazo, como tenderá a acentuar-se no futuro. Ou seja, continuaremos a registar saldos naturais negativos, resultado de um maior número de mortes do que de nascimentos; e haverá um continuado envelhecimento da população, com um aumento, seguro, do peso e, previsivelmente, do número das pessoas com mais de 65 anos, em resultado da composição etária dos actuais activos (maioria com mais de 45 anos) e do aumento da esperança de vida. **Independentemente das políticas de fomento da natalidade, teremos necessidade de manter fluxos migratórios positivos, a fim de continuar a alimentar o crescimento económico e assegurar a continuidade de importantes sectores da nossa economia.**

Na determinação do volume e da composição dos fluxos migratórios futuros, deverá intervir uma ponderação cuidadosa das necessidades da economia, em permanente diálogo com as organizações profissionais mais relevantes*. Para essa determinação deverá contribuir igualmente a monitorização das tendências evolutivas do mercado de trabalho, e levar em conta o eventual impacto das novas tecnologias (digitalização, inteligência artificial) nas futuras necessidades de força de trabalho. De referir, ainda, que uma grande parte dos imigrantes auferindo salários mais baixos, contribui para a manutenção de uma política de baixos salários, que dificilmente poderá persistir no futuro.

Será praticamente inevitável que venha a ocorrer uma redução da população total, mas o principal problema com que estamos confrontados relaciona-se com a evolução da população em idade activa, que todas as projecções existentes consideram ir sofrer uma quebra acentuada, uma das maiores em valores relativos no espaço da União Europeia. Mesmo admitindo, como já salientámos, que possa vir a haver um melhor aproveitamento desta população através de medidas que levem à redução dos ainda relevados números da subutilização do trabalho, verificar-se-á a prazo uma muito provável quebra do emprego. Este é um cenário desafiante, que poderá pôr em causa a continuação do crescimento da nossa economia.

Temos, nas últimas décadas, ouvido muitos analistas alertarem para o risco de as novas tecnologias - da automação à Inteligência Artificial (IA) - poderem provocar «desemprego tecnológico», mas, na realidade, aquilo com que nos confrontamos em Portugal e, também, em muitas economias avançadas, embora em graus diferenciados, é, já hoje, com a **falta de recursos humanos para responder às necessidades de múltiplos sectores económicos**. Se é verdade que as aplicações de IA, a robotização e a digitalização libertam trabalho em múltiplas funções repetitivas - sendo exemplos as áreas de serviços relacionadas com a informação, o tratamento de dados ou a conectividade, mas também actividades de trabalho personalizado como a medicina ou o ensino - exigindo um menor número de profissionais, isso não significa, simplesmente, a necessidade de menos recursos humanos. O que se tem verificado nos países em que esses processos estão mais avançados é que os ganhos de produtividade obtidos vão permitir reafectar as pessoas que perderam os seus postos de trabalho a outras funções que irão ser criadas nas mesmas ou noutras áreas, aumentando assim, a eficiência dos serviços. Igualmente se tem verificado que a aplicação de novas tecnologias nem sempre suprime os postos de trabalho, antes lhes dão um novo conteúdo e forçam uma transformação do modo de trabalhar. O avanço tecnológico nunca torna totalmente dispensável o factor humano, e em algumas actividades que irão ter um maior crescimento e que requerem acompanhamento e afectividade no relacionamento pessoal, como sucede com um conjunto de serviços prestados à população mais idosa, o número de pessoas empregadas irá aumentar, sendo que as competências aí exigidas, que não pressupõem necessariamente qualificações académicas de grau superior, não estão, desde logo, adquiridas.

* Os fluxos de imigração devera o ser determinados em função da procura que responda a s necessidades do país, e na o, como aconteceu ate 2023, pelo dinamismo da oferta.

cidade de menos recursos humanos. O que se tem verificado nos países em que esses processos estão mais avançados é que os ganhos de produtividade obtidos vão permitir reafectar as pessoas que perderam os seus postos de trabalho a outras funções que irão ser criadas nas mesmas ou noutras áreas, aumentando assim, a eficiência dos serviços. Igualmente se tem verificado que a aplicação de novas tecnologias nem sempre suprime os postos de trabalho, antes lhes dão um novo conteúdo e forçam uma transformação do modo de trabalhar. O avanço tecnológico nunca torna totalmente dispensável o factor humano, e em algumas actividades que irão ter um maior crescimento e que requerem acompanhamento e afectividade no relacionamento pessoal, como sucede com um conjunto de serviços prestados à população mais idosa, o número de pessoas empregadas irá aumentar, sendo que as competências aí exigidas, que não pressupõem necessariamente qualificações académicas de grau superior, não estão, desde logo, adquiridas.

A actual dicotomia entre trabalho qualificado e trabalho não qualificado carece de ser revista, pois funções que, anteriormente, requeriam menores qualificações são hoje bem mais exigentes na aquisição de competências para o seu adequado exercício. O desafio que temos pela frente é, desde logo, o de reajustar o factor trabalho e valorizá-lo, atenuando a actual estratificação de tarefas e afastando estigmas sociais que atingem o exercício de muitas actividades, que, injustificadamente, as desvalorizam, com prejuízo para a procura das mesmas e para o desempenho que lhes está associado. Por exemplo, a crescente separação entre funções "para nacionais" e "para imigrantes" deve ser combatida até porque ganhou no nosso país uma expressão que está longe de ser comum nos países europeus mais desenvolvidos, em que actividades de serviços - como sucede na restauração e na hotelaria - continuam a ter uma percentagem significativa de nacionais a exercê-la. Valorizar o factor trabalho é garantir que o mesmo recebe a formação adequada e que o seu desempenho se reflecte nos salários. A necessidade real de muitas empresas baixarem custos não deve estar focada nos custos salariais, sendo, antes, essencial reduzi-los, quer através de reorganizações estruturais e colaborativas visando eliminar ineficiências e otimizar recursos gerando mais valor, quer em domínios em que os poderes públicos têm uma responsabilidade directa ou um papel interventivo (falamos, nomeadamente, de impostos, taxas e rendas a pagar).

Assim, mais do que quantificar o volume de trabalho requerido pela economia ao longo das próximas décadas, o que se afigura praticamente certo é que o perfil dos recursos humanos empregados irá sofrer profundas alterações, libertando trabalho em funções menos qualificadas ou mais repetitivas que a automação substitui (e onde na Europa se fazem sentir carências de mão-de-obra) e criando trabalho em funções relacionadas com a utilização das novas «ferramentas» do digital, que requerem maiores qualificações, a que o sistema escolar e a formação profissional têm de dar resposta.

Estamos confrontados com uma equação que, tendo várias incógnitas, aponta para uma diversidade de desafios que importa abordar de forma o mais possível integrada, mas que não é resolúvel fixando *a priori* metas no plano da demografia.

Como vimos, nenhuma solução credível pode dispensar a manutenção de fluxos migratórios positivos, mas é hoje praticamente consensual que a imigração tem de ser regulada e que os fluxos de entrada de estrangeiros para residir e trabalhar em Portugal irão situar-se, ao longo das próximas décadas, abaixo da média dos últimos anos. De outro modo, arriscamo-nos a abrir brechas na coesão social, dada a manifesta falência dos recursos nacionais para integrar os imigrantes, por exemplo na área dos serviços públicos (cuidados de saúde, educação, habitação, administração interna). Devemos continuar a sustentar uma política de mobilidade, no plano externo e interno, mas esta tem de deixar de ser fundamentalmente passiva. No plano interno, incentivando a permanência das pessoas e, particularmente, dos jovens que estão a entrar no mercado de trabalho; no plano externo, retirando ao imigrante o poder absoluto de escolher vir ou não para o nosso país, controlando as entradas de acordo com o perfil do imigrante e com as necessidades do mercado de trabalho.

Por contraste com uma política passiva de imigração, uma política ativa deveria fazer uso de mecanismos e processos que garantissem a entrada de imigrantes em número e com as qualificações e competências identificadas como necessárias ao desempenho das atividades económicas, tais como:

- Uma regular cooperação entre a administração e as associações patronais representativas dos sectores mais utilizadores de mão-de-obra imigrante;
- Um eficaz controlo das entradas e dos períodos de residência;
- Uma utilização mais frequente e eficaz de vistos de trabalho de natureza sazonal;
- Uma maior cooperação entre as empresas carecidas de mão-de-obra e as entidades públicas locais;
- Um reforço do papel dos consulados na emissão de vistos;
- A celebração de acordos com países de origem, com prioridade para os países da CPLP.

Não sendo realista considerar que o número de entradas possa continuar em níveis que compensem de forma permanente os défices do saldo natural, torna-se prioritário investir na qualificação e desempenho dos activos de modo a que estes estejam

em condições de potenciar o uso das novas tecnologias com ganhos de produtividade. Precisamos, ainda, de atrair “talentos” e pessoas que queiram investir ou trabalhar por conta própria no nosso país, precisamos de pessoas (nomeadamente reformados) com rendimentos significativos e que, de forma sazonal ou permanente, venham viver para Portugal e, paralelamente, vamos continuar a necessitar de trabalhadores que, de forma temporária, obtenham trabalho digno. O caminho será sempre uma combinação de soluções diferenciadas envolvendo a relação homem-máquina.

O défice do saldo natural é um problema estrutural que, por um lado, tem associado um problema de rendimento das famílias, mas que, por outro, resulta, como já vimos, de um problema societal, relacionado com alterações nos padrões culturais e de modo de vida que afectam o modo como os jovens casais gerem o rendimento, a carreira profissional, a ocupação dos tempos livres, etc. Não devemos desistir de melhorar as condições para que esse défice se venha a atenuar no futuro, mas não podemos fazer dessa alteração o centro das políticas a promover.

Em síntese, estamos confrontados com um cenário pautado por:

- Uma baixa do emprego inevitável, com a diminuição da população em idade activa;
- Uma imigração necessária, mas que não poderá manter-se aos níveis actuais;
- Alguma subida da natalidade, mas que será sempre insuficiente para repor saldos naturais positivos;
- Uma economia a constituir uma parte significativa da resposta a dar, requerendo um modelo económico mais competitivo, asente em ganhos de produtividade e na criação de valor, o que requer uma valorização dos nossos recursos humanos e uma orientação focada na atracção de trabalho qualificado e de talentos.

Esta evolução no plano da coesão social e territorial coloca três importantes preocupações adicionais:

- O aumento da população idosa, com as especificidades que a mesma requer e com os problemas associados às despesas da segurança social;
- A integração dos imigrantes, seja no plano das suas condições materiais, seja no plano da sua inserção na vida comunitária nacional;
- Tendências demográficas que apontam para um agravar das assimetrias regionais, com um aumento da perda de população nas regiões de mais baixa densidade.



2. AS ALTERAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO

As implicações da perda projetada de população em idade activa, quer na economia quer a nível societário, devem ser avaliadas em conexão com os cenários prospetivos que se possam desde já construir acerca do modo como vão evoluir as necessidades de trabalho humano nas próximas décadas. É ponto assente que os perfis de emprego vão evoluir a uma velocidade muito superior àquela que conhecemos no passado. Estando o mundo do trabalho sujeito a múltiplas influências, em que se destacam a digitalização, a expansão da Inteligência Artificial (IA), a automatização e a robotização, a transição para a economia verde, as alterações geoestratégicas com reflexo na dinâmica da globalização, além dos próprios fenómenos demográficos, é inevitável que se assista, ao longo das próximas décadas, a um processo de profunda alteração das qualificações profissionais, da estrutura de emprego e mesmo, eventualmente, da própria obsolescência de uma parte do trabalho humano. **Coloca-se, pois, a questão nuclear de saber até que ponto é possível conceber um crescimento económico sustentado num cenário de queda da população, beneficiando do aumento da produtividade induzido pelo progresso tecnológico.**

Há poucos anos, a pergunta que fazíamos era sempre a de saber se a economia conseguiria criar o número suficiente de postos de trabalho e o indicador relevante era o do impacto que iria ter o «desemprego tecnológico». Hoje, a pergunta que formulamos é, sobretudo, se haverá, no futuro, trabalhadores (com as qualificações requeridas) para as necessidades da economia.

Estudos recentemente divulgados procuram quantificar essas mudanças (no presente e ao longo da próxima década) e perceber as tendências em curso, no quadro mundial e europeu. Também especificamente em relação ao comércio foi feito um levantamento das tendências no quadro europeu. Finalmente, para Portugal, com base no volume de emprego por profissões, é possível estimar o impacto que as novas tecnologias irão ter no nosso mercado de trabalho.

Fazemos, de seguida, uma síntese das principais conclusões obtidas nestes trabalhos.

2.1. "Um Novo Futuro do Trabalho", Mckinsey (2024)

Este estudo identifica as tendências evolutivas do factor trabalho na Europa até 2030 (para alguns indicadores a projecção vai até 2035), de acordo com dois cenários possíveis: um, de uma mais lenta transição para as novas tecnologias da automação e da Inteligência Artificial (IA) e, um outro, que pressupõe uma mais acelerada evolução na introdução destas tecnologias.

Se, de acordo com o primeiro dos cenários as mudanças até 2030 serão pouco expressivas, traduzindo-se, em termos de produtividade, num aumento anual desta de 0.3%, número que está em linha com os actuais níveis de crescimento da produtividade na Europa, os quais, refira-se, desde a década de 60 do século passado, têm vindo a ter um percurso desacelerativo; já no segundo cenário considerado, cuja probabilidade de concretização se afigura, face ao ritmo de evolução mais recente, razoavelmente elevada, o crescimento anual da produtividade poderá situar-se nos 3%, com implicações no mundo do trabalho significativas.

Assim, a primeira conclusão que o estudo retira é a de que com a adopção destas novas tecnologias do digital e do ciberespaço teremos um aumento expressivo da produtividade, significando que a economia conseguirá produzir mais com os mesmos ou, até, com menos recursos humanos empregues. Isto, considerando os saldos de evolução global, dado que a evolução por sectores de actividade se apresenta bastante contrastante.

Existem actividades onde a tendência vai no sentido de um aumento do emprego, existem outras em que a tendência é a inversa e existem, ainda, outras onde o que muda é o perfil dos recursos humanos exigidos. Se são poucas as actividades que poderão ser totalmente automatizadas (a Mckinsey calcula que serão no máximo 5% do total), são igualmente poucas aquelas onde o perfil exigido não irá sofrer alterações, colocando como desafio essencial a reconversão/requalificação dos activos.

Nos sectores com maiores necessidades adicionais de trabalhadores destacam-se, desde logo, aqueles com **maior intensidade em «CTEM»** (ciência, tecnologia, engenharia e matemática), em que o perfil da procura aponta para pessoas com altas qualificações. Igualmente em destaque irá estar a **saúde e o bem-estar**, em grande parte,

devido ao envelhecimento da população europeia, mas, também, pelas novas formas de exercício da actividade com uso das novas tecnologias. As actividades ligadas à construção, com a exigência de maiores investimentos em infraestruturas e em habitação irá necessitar de um maior número de trabalhadores, embora atenuado por processos acelerativos de construção (modelar) tal como os sectores da **energia e da transição climática**, devido aos novos investimentos em energias alternativas. Também nas actividades relacionadas com as **artes e o lazer** se prevê que venham a ter um aumento da procura em resultado de um esperado alargamento dos tempos livres. Por último, nos **serviços de logística**, nomeadamente os relacionados com o e-commerce, haverá uma necessidade acrescida de trabalhadores. Nos dois primeiros sectores que referenciámos o estudo prevê um aumento, entre 2022 e 2030, que se situa entre os 17% e os 30% para o conjunto dos países europeus, sendo que importa destacar, em números absolutos, a procura que ocorrerá no sector da saúde.

Nos sectores/actividades com previsível redução do número de activos destacam-se: a indústria, prosseguindo a tendência de redução das últimas décadas, mas, também, o comércio e a restauração, sobretudo nas áreas de vendas e de atendimento ao cliente. Em geral as actividades de atendimento, de apoio administrativo, de arquivo e organização e processamento de dados deverão ver a necessidade de recursos humanos fortemente diminuída.

A Mckinsey estima que, com a expansão da automação e da IA, até 2035, **45% das horas trabalhadas na Europa poderão ser poupadas** sem redução do desempenho da economia, através da despersonalização de um grande número de funções, o que permitirá não forçosamente dispensar trabalhadores, mas deslocá-los para outro tipo de trabalho. O exemplo do sector da **educação e formação** é paradigmático pela conjugação da necessidade de reforçar a oferta com o incremento das novas tecnologias utilizadas (o estudo admite que os níveis da automação poderão com o reforço da IA mais do que triplicar neste sector). **Também no comércio as tendências de evolução dos recursos humanos vão em sentidos diferentes consoante as funções desempenhadas. Se, nas lojas, os funcionários das caixas e do atendimento poderão baixar, na logística e na comunicação digital com os fornecedores/clientes serão necessários mais recursos humanos.**

A procura de novas competências, que não poderão apenas ser preenchidas por aqueles que irão entrar pela primeira vez no mercado de trabalho, requer um forte investimento na qualificação, pois as mudanças tecnológicas exigem novas formações e novos perfis profissionais. Segundo o estudo, o **comércio será o sector mais afectado pelas alterações na procura de emprego**, tornando absolutamente prioritária a aposta na formação.

Em termos dos padrões de qualificação dos recursos humanos aponta-se, em geral, para que as novas necessidades de emprego estejam associadas a pessoas com com-

petências tecnológicas e de computação, sejam as mesmas básicas ou avançadas (previsão de aumento de 25% até 2030); também, as competências, que o estudo designa por "socioemocionais", em que a interação personalizada é mais relevante, deverão ter uma tendência ascendente (aumento previsto de 11%), dado que nestas, a máquina ainda não consegue substituir o factor trabalho (caso da assistência a idosos) o que também ocorre em actividades associadas aos sectores da construção, do saneamento e da conservação de espaços públicos ou do trabalho doméstico.

Em sentido inverso, estão aquelas actividades em que, ou o trabalho não é potenciado pela introdução de novas tecnologias, nem coexiste em igual número face à expansão destas de que é um bom exemplo o sector financeiro.

Em termos dos grandes sectores económicos as novas tecnologias prolongam a redução de activos nas actividades primárias e secundárias e uma evolução nos serviços menos linear, com reforço da necessidade de recursos humanos numas actividades e redução noutras, mas sendo certo de que é neste último grande sector que o futuro da nossa economia irá ter o seu epicentro.

2.2. "The future of Jobs - Report 2025", World Economic Forum

Olhando para o futuro próximo, o relatório do Fórum Económico Mundial de 2025 sobre o futuro do trabalho procura identificar as grandes tendências que vão moldar o mundo do trabalho até ao final da presente década, a partir de um inquérito realizado junto de mais de 1000 empresários, representando mais de 14 milhões de trabalhadores, em 22 "clusters" e 55 economias, de diferentes níveis de desenvolvimento. As conclusões apontam para uma rápida transformação estrutural do mercado de trabalho que, a nível global, irá afetar 22% do emprego. Projeta-se que 8% dos actuais postos de trabalho possam desaparecer, mas em contrapartida serão criados postos de trabalho, que correspondem a 14% do actual volume, resultando assim numa criação líquida de emprego de 78 milhões. Esta transformação será acompanhada por uma também rápida evolução das qualificações mais requisitadas. Espera-se que, num intervalo de cinco anos, 39% das actuais qualificações sofram alterações ou fiquem obsoletas.

A tendência determinante das transformações do mercado de trabalho será a expansão do acesso às tecnologias digitais: 60% dos empresários esperam ver o seu modelo de negócio alterado em função da integração de tecnologias associadas à digitalização, como sejam a IA e o processamento da informação, a robotização/automatização, e a geração, armazenamento e distribuição de energia. Os efeitos no mercado de trabalho induzidos por estas tecnologias são particularmente divergentes pois conduzem, ao mesmo tempo, à criação e à destruição de um importante número de postos de trabalho. Assim, a introdução de IA poderá criar 11 milhões de postos de trabalho, enquanto será responsável pela destruição de 9 milhões. A digitalização implicará a

criação de 19 milhões de postos de trabalho, mas será responsável pela destruição de 9 milhões. Já no caso da robotização o efeito será negativo, pois espera-se que o número de empregos destruídos supere o de empregos criados em quase 5 milhões. A automatização está a alterar o modo como se interrelacionam no trabalho o homem, a máquina e os algoritmos. Se, actualmente, 47% das tarefas são executadas apenas por trabalho humano, 22% por tecnologia (máquinas e algoritmos) e 30% por uma combinação de ambos, é possível que no futuro próximo se evolua para uma distribuição igualitária entre estas categorias. Em particular, vários estudos têm alertado para o facto de a introdução de IA não ter necessariamente um efeito substitutivo, mas poder conduzir a uma melhoria e a uma ampliação das capacidades de profissionais cuja performance seria multiplicada pela complementaridade com os novos instrumentos.

Como seria de esperar, as profissões de que se espera ver um aumento mais significativo nos próximos anos serão aquelas diretamente ligadas aos processos de inovação e de aplicação das novas tecnologias, tais como especialistas em gestão de dados (Big Data) ou engenheiros de sistemas. Em contrapartida, as profissões mais vulneráveis ao choque tecnológico serão as que requerem tarefas programáveis ou repetitivas, mesmo que contenham um elevado teor cognitivo, como as ligadas aos correios, aos bancos, às tipografias, bem como as de secretariado, caixa, contabilidade ou administrativas.

Além das tendências tecnológicas, outros factores terão impacto sobre o evoluir do trabalho, destacando-se pela sua importância o envelhecimento populacional e a transição para a economia verde. A perspectiva de ocorrer, na maioria das economias avançadas, uma queda da população activa constitui um incentivo para que as empresas recorram à automatização ou à digitalização na previsão de encontrarem no futuro travões à sua capacidade de expansão. Por outro lado, a mesma tendência conduzirá, nessas economias, à criação de emprego nas profissões ligadas ao trabalho social e aos cuidados de enfermagem.

Quase metade das empresas abrangidas pelo inquérito antecipam mudanças na organização dos seus negócios em virtude da necessidade de se adaptarem às regulações que visam a descarbonização dos processos produtivos ou à próprias alterações climáticas. O reflexo de tais alterações no emprego é globalmente bastante positivo, com a criação líquida de 5,5 milhões de empregos associados aos investimentos em novos processos que respondam às novas realidades ambientais, e 3,1 milhões associados aos investimentos exigidos pela redução de emissão de carbono.

Não obstante a incerteza associada à previsão de evoluções de fenómenos complexos sobre um intervalo considerável de tempo, a que acrescem as incertezas derivadas das alterações geoestratégicas, é possível tomar como hipótese de partida que as novas tecnologias não irão implicar uma redução da necessidade de trabalho humano, mas sim o seu contrário, o que significa que a disponibilidade de força de trabalho equipada com as qualificações adequadas constituirá cada vez mais um fator decisivo de competitividade e de crescimento de uma economia.



2.3. O emprego no comércio: "Local Retail, Global Trends", OCDE (2026)

A OCDE divulgou, no princípio deste ano, um estudo, que contou com o apoio da U.E., sobre as **PME da U.E. do sector do comércio**, integrando-as no contexto das políticas de cidade e das mudanças geográficas, e que põe em destaque o relevante papel deste sector e o contributo dado pelo mesmo para a competitividade e a qualidade de vidas nas cidades.

Logo no seu Prefácio é dito que «o comércio a retalho é um dos sectores económicos mais visíveis e vitais na Europa, pois não só liga produtores e consumidores como, também, molda o quotidiano das suas vilas e cidades». Infelizmente é, mais uma vez, de lamentar, que a Comissão Europeia, que patrocinou este trabalho, não incorpore as suas conclusões naquele que é o seu mais recente documento de orientação "Agenda da U.E. para as cidades" datado de Dezembro de 2025, continuando a ignorar o comércio quando aborda as políticas de cidade.

O trabalho da OCDE põe em destaque as mudanças no emprego em curso no sector do comércio, em resultado das novas «ferramentas digitais», considerando que o sector irá ser um dos mais atingidos com as alterações nos perfis profissionais que estas introduzem (estando em linha com os dois estudos que anteriormente referenciámos), considerando, contudo, que a evolução ao longo dos últimos anos tem sido lenta, o que gera uma pressão adicional sobre o sector no seu futuro próximo.

Analisando o contributo presente do comércio para o emprego na U.E. o estudo refere: «O retalho representa o maior ecossistema industrial da U.E., respondendo por 11,5%

do valor criado, empregando quase 30 milhões de pessoas (o que representa cerca de 11,3% do emprego empresarial existente) e servindo 450 milhões de consumidores diariamente na U.E. Em média esses consumidores gastam um terço do seu orçamento familiar em compras no retalho. Devido a esse **papel central na economia europeia**, à extensa interação com os consumidores e à significativa pegada ambiental da sua cadeia produtiva, os retalhistas estão numa posição privilegiada para, simultaneamente, influenciar e serem influenciados pelas mudanças rumo à digitalização e à sustentabilidade. Ou, dito por outras palavras, o sector é **um actor fundamental na ambição da Europa de liderar estas áreas**»*.

Apesar disto, em termos de emprego, a evolução ao longo da última década (de 2015 a 2024) tem sido pouco expressiva, pois o emprego no comércio a retalho cresceu menos de 0,5% ao ano, número que o coloca abaixo da média do conjunto de actividades económicas na U.E. em que o aumento foi superior a 1%. Mas, mais relevante que o volume de emprego, é o perfil do mesmo que, como já referimos, pouco se alterou. Como é dito: «sendo um **sector de mão-de-obra intensiva**, fundamental, seja para a produção da economia, seja para a criação de emprego na Europa, o **futuro do retalho europeu**, depende da resolução de diversos desafios envolvendo o emprego. Embora a tecnologia esteja preparada para otimizar as operações de retalho e aumentar a sua produtividade, ela não pode dispensar o factor humano. Por isso, integrar a tecnologia significa apoiar e não diminuir o papel do trabalho humano, que continuará a ser crucial para manter a vitalidade do sector no contexto de uma crescente escassez de mão-de-obra»**

Na verdade, o emprego nas lojas (espaços físicos) tem registado um leve declínio, devido à redução de funções relacionadas com o atendimento ao público, contrastando com o crescimento do emprego em áreas como a logística, a entrega e o marketing digital. Mas, esta redução do número de pessoas nas lojas não pode ser vista como uma perda de relevância da função atendimento que – embora variando com as áreas de comércio – continua a constituir uma mais-valia competitiva do “comércio de rua” no confronto com o “e-commerce” e que só se consolida por via de um aumento das competências e dos conhecimentos sobre os produtos comercializados por parte daqueles que desempenham funções de atendimento. Quem opta por comprar na loja, procura, muitas vezes, obter um maior conhecimento sobre o que está a comprar, pelo que as empresas comerciais não podem desvalorizar esta componente do serviço que prestam, implicando um reforço do investimento na formação dos seus activos, muito em especial, daquelas que são vistas como não requerendo qualificações de base de nível superior.

* No original: «retails is one of Europe's most visible and vital economic sectors. It not only connects producers and consumers, but also shapes daily life in towns and cities».

** No original: «retail represents the largest industrial ecosystem in the E.U., accounting 11,5% of value added, employing nearly 30 million people, and serving 450 million E.U. consumers on a daily basis. On average these consumers spend one third of their household budget in retail shops. Due to such a central role in the European economy, the extensive interaction with consumers and a substantial footprint of their supply chain, retailers are uniquely positioned to influence and be influenced by the shifts towards digitalization and sustainability. In other terms, the retail sector is a critical player in Europe's ambition to lead in this areas».

O que, também, constitui um factor algo preocupante tem sido a evolução registada nas novas funções requeridas pelo digital, revelando o estudo uma mudança pouco expressiva e algo desigual das mesmas, pois, enquanto a adopção da computação em nuvem e da IA aumentou, a utilização do digital no relacionamento com o cliente (CRM) e o emprego de especialistas em TIC permaneceram quase estagnados. Assim, no conjunto da U.E. e considerando, quando aplicável, o período entre 2014 e 2023, os números da OCDE revelam que:

- A percentagem de empresas que recebem encomendas "online" aumentou de 31% para 43% no comércio grossista e de 23% para 43% no retalho;
- A adopção da computação em nuvem cresceu nos dois comércios, passando de 19% para 51% no grossista e de 14% para 35% no retalhista;
- Em 2023, 85% das empresas grossistas e 67% dos retalhistas possuíam um «site» activo;
- A adopção de CRM (Customer Relationship Management) teve um ligeiro declínio de 39% para 37% no comércio por grosso e um ligeiro acréscimo no retalho, de 23% para 24%, números manifestamente preocupantes;
- A adopção da IA acelerou em ambos os comércios, passando no grossista de 6% para 15% e no retalhista de 7% para 12%, nos últimos cinco anos (período de incremento significativa desta tecnologia);
- Por último, o emprego de especialistas em TIC teve um aumento muito pouco expressivo em dez anos, passando de 25% para 26% no grossista e de 15% para 16% no retalho.

Ou seja, o emprego no sector está ainda longe de ter sido atravessado pelas grandes mudanças que a adopção das novas tecnologias requer e, também, talvez por isso, a **produtividade** permaneceu relativamente baixa comparativamente aos outros sectores económicos, a que acresce uma predominância de baixas qualificações acompanhada de uma elevada rotatividade do factor trabalho. No futuro, como dissemos, a pressão irá aumentar no comércio, seja por efeito das mudanças demográficas, seja como requisito de sobrevivência e de capacidade competitiva.

Se, por um lado, com menor mão-de-obra disponível é necessário aumentar a produtividade (efeito quantidade), por outro, a competitividade, associado ao desempenho no serviço prestado (efeito qualitativo), impõe um aumento das competências, sendo que, simultaneamente, com menos população manifesta-se uma tendência para um menor consumo (incidindo, especialmente, sobre os bens de primeira necessidade), para um reajustamento e reorientação da oferta, o que, com elevada probabilidade, significará menos empresas e menos estabelecimentos comerciais no futuro.

Em Portugal (nº do INE de 2025) o retalho representa 13.9% do emprego total (com 459 mil empregados), tendo registado comparativamente a 2016 um ligeiro aumento (+9 mil empregados).

Evolução idêntica ocorreu no comércio grossista que representa 3.5% do emprego (154 mil empregados) e que teve, também, um ligeiro acréscimo ao longo da última década (+7 mil empregados).

Por último, o comércio e a manutenção automóvel, regista uma população empregada de 116 mil activos correspondentes a 2.6% do emprego e teve um acréscimo de 2 mil empregos nos últimos 10 anos.

No conjunto, estes três comércios representam hoje 20% da população total empregada no país, o que compara com os 15.8% registados na indústria transformadora.

Estes aumentos na população empregada, de acordo com a OCDE, devem-se a uma maior resistência das funções de atendimento em diminuírem, situando o peso destas acima dos 50% do emprego no sector do retalho, número este que está bastante acima da média registada na U.E. Paralelamente, Portugal é o segundo país da U.E. em que a procura de competências em TIC no retalho é mais baixa.

Contudo e em complemento deste enfoque da OCDE, importa destacar a abordagem efetuada por Herculano Cachinho no estudo "Figitalização*: A Nova Fronteira para o Retalho de Bairro na Era Omnicanal" perspetivando uma estratégia para o setor do retalho, que opera num ambiente altamente competitivo: internacionalização e brandificação das paisagens comerciais, concentração de negócios em grandes grupos económicos e reorganização espacial das lojas. Efetivamente, nos últimos anos, fruto da difusão da digitalização, da internet e das tecnologias móveis, está a operar-se no mercado uma nova vaga de mudanças ancorada na integração dos canais de distribuição físicos e digitais, transformando os sistemas comerciais em plataformas híbridas e a converter as práticas de abastecimento em experiências digitais para um número crescente de consumidores. Estes novos conceitos de negócios e ambientes de compras, implicam uma reestruturação e adaptação das competências da mão-de-obra, que poderá promover a competitividade deste setor, através da disponibilização de uma maior variedade de bens e serviços.

2.4. "Automação e Inteligência Artificial no Mercado de Trabalho Portugêses - desafios e oportunidades", Fundação Manuel dos Santos (2025)

Trata-se de um trabalho, coordenado por Rui Baptista, que procura avaliar, para conjuntos de funções profissionais, qual o impacto que sobre os mesmos podem ter os novos avanços tecnológicos em curso (distinguido aquele que é o impacto da automação, classificado como «digitalização destrutiva», do impacto da IA, adjectivado como sendo «digitalização transformativa»).

* Figitalização (*fhygitalization*) descreve a fusão dos domínios físicos e digitais para criar uma experiência do consumidor/utente mais perfeita e interessante e adaptada às necessidades de consumo de cada segmento etário, fazendo ponte com o futuro.

Na base do trabalho está a ideia de que a tecnologia, levará à «obsolescência de certas tarefas realizadas por humanos», mas, também, a de que ela abre caminho para «novas actividades onde o trabalho humano não pode ser dispensado».

Esta é uma posição partilhada pela grande maioria dos estudos conhecidos, independentemente do maior ou menor pessimismo dos mesmos quanto ao saldo final de empregos necessários ao funcionamento de uma "nova economia", com forte incorporação das TIC e do digital. Mas também aqui, a generalidade dos investigadores converge para que irão existir ganhos de produtividade que se traduzirão em ganhos de eficiência, permitindo o crescimento da economia, embora sendo difícil prever qual a dimensão do mesmo.

A importância do estudo prende-se com o facto de abordar a realidade do nosso país com base na informação disponível sobre o emprego e sobre as funções pelas quais o mesmo se distribui (considerando 120 profissões diferenciadas). O seu principal objectivo é analisar o impacto das mudanças tecnológicas em curso sobre estas profissões, considerando existirem situações em que as mesmas conduzem à eliminação de trabalho humano e outras em que o que ocorre é uma mudança nas funções a desempenhar pelos recursos humanos alocados à economia.

O estudo parte do agrupamento das profissões seleccionadas em 4 conjuntos tipológicos:

a) As «**profissões em ascensão**», que são as que as próprias tecnologias digitais impulsionam e que, naturalmente, estarão a coberto de serem impactadas negativamente pela automação, requerendo sim novas qualificações, em especial, relacionados com a IA;

b) As profissões que se situam no grupo que o estudo designa pelo «**terreno das máquinas**» e que estão, nomeadamente, associadas à indústria transformadora, confrontando-se, simultaneamente, com um potencial transformador significativo e com um elevado risco de serem substituídas pela automação;

c) As que actuam no chamado «**terreno dos humanos**», ou seja, as profissões que interagem com outras pessoas, utilizadores ou consumidores finais, e que são consideradas de «baixa exposição, tanto transformativa como destrutiva»;

d) As «profissões em colapso», que se situam em áreas com baixo potencial transformador e com elevada exposição destrutiva.

A primeira grande conclusão a que o estudo chega com base nesta agregação é a de que as novas tecnologias não terão um impacto negativo no emprego. As razões nem sempre são as melhores, pois é o fraco peso das «profissões em ascensão» e o menor

desenvolvimento de actividades requerendo um uso mais intensivo das novas tecnologias que amortecem aquele impacto, sendo, por isso esta tendência, preocupante no plano do desempenho económico. Refere-se, por um lado, que apenas 22,5% do emprego existente em Portugal está incluído nas «profissões em ascensão», ou seja, aquelas que beneficiam de ganhos com a IA e estão protegidas dos efeitos negativos da automação e, por outro, que as chamadas «profissões em colapso» representam 28,8% do total do emprego, sendo que as «profissões no terreno das máquinas» representam apenas 12,9% do emprego do país. Destes números, o estudo conclui que, adicionando as «profissões em ascensão» com as «profissões no terreno das máquinas», ou seja, aquelas que poderão ser mais impactadas positivamente pela «complementaridade da IA com o trabalho humano», estamos apenas a falar de 35% do emprego existente. Os dois grupos restantes ou serão menos afectados pela digitalização («terreno dos humanos») ou irão desaparecer com esta («profissões em colapso»). Desta verificação o estudo retira um menor impacto no emprego provocado pela automação, ao afirmar que «a mensagem positiva que daqui resulta é que uma elevada proporção dos trabalhadores portugueses está, previsivelmente, protegida de uma potencial destruição com origem na automação».

É, contudo, evidente que, se o impacto da tecnologia se faz sentir com maior intensidade nos dois grupos de profissões que representam 35,4% do emprego, ele também se faz sentir no grupo de profissões classificado no «terreno dos humanos», que sendo o maior empregador, poderá significar que estejamos a falar já não de 35%, mas de 70,7% como sendo os que necessitam de elevar as suas competências. Se considerarmos ainda, os restantes 28,9% das «profissões em colapso», assistiremos a um processo de extinção de postos de trabalho que terá, previsivelmente, duas evoluções possíveis, que, tenderão a ocorrer ao longo de um período de tempo razoável. Por um lado, a necessidade de requalificar uma parte destes trabalhadores para o desempenho das novas profissões emergentes e, por outro, a natural redução do número de trabalhadores por via das saídas que vão ocorrendo no mercado de trabalho (para a reforma), as quais já não serão compensados com novas entradas, assistindo-se a uma redução progressiva, sem grande impacto social, do número de trabalhadores neste grupo de profissões.

Numa leitura mais fina o estudo analisa, em seguida, as **10 profissões** (de acordo com a classificação portuguesa das profissões) com maior volume de emprego a nível nacional (um parêntesis para referir ser, de algum modo, incompreensível que nestas profissões cimeiras surjam designações com um carácter residual: outros/outras), em que são identificadas:

a) Três fazendo parte das «profissões em colapso», que são, «outros trabalhadores relacionados com vendas»; «outras profissões elementares»; e «empregados de mesa e bar»; todas elas com elevada exposição à automação e com moderada ou baixa exposição à IA;

b) Quatro incluídas no «terreno dos humanos», que são: «trabalhadores de limpeza em casas particulares, hotéis e escritórios»; «vendedores em lojas»; «trabalhadores qualificados da construção das estruturas básicas e similares»; e os «trabalhadores de cuidados pessoais nos serviços de saúde», as quais registam média ou média-baixa exposição à automação e média-baixa ou baixa exposição à IA;

c) Três incluídas no «terreno das máquinas», a saber: «empregados de escritório em geral»; «empregados de aprovisionamento, armazém, e serviços de apoio à produção e transportes»; e «pessoal de recepção e de informação a clientes», registando, todas estas, uma elevada exposição à automação, mas, também, uma média-alta e alta exposição à IA;

d) Zero profissões estão incluídas nas «profissões em ascensão».

Finalmente, o trabalho analisa as **exigências de qualificação e de competências**, em que vaticina, com base no aumento das qualificações escolares da população portuguesa, existir «uma capacidade crescente dos trabalhadores para ocuparem profissões protegidas dos efeitos destrutivos da digitalização e alinhados com os efeitos transformativos», prevendo, com base nas competências associadas às «profissões em ascensão», as áreas em que é prioritário investir. Assim, são postas em destaque: as competências de comunicação, colaboração e criatividade e, também, as competências em informação e em trabalho com computadores. Sinaliza-se, por outro lado, que as competências digitais, sendo importantes, não sobrelevam as competências de comunicação, criatividade e informação, que são, cada vez mais, essenciais, quer nas «profissões em ascensão», quer nas profissões do «terreno dos humanos», pelo que estas competências devem estar prioritariamente presentes na requalificação dos trabalhadores inseridos em «profissões em colapso», onde será mais difícil compatibilizar e complementar o trabalho físico e manual com as novas tecnologias (automação).

Considerando, mais em particular, o desenvolvimento da IA no segmento das chamadas **«large language models» (LLM)**, onde o exemplo mais difundido é do «ChatGPT», o estudo considera que esta será uma área de forte exposição (atingindo cerca de metade dos trabalhadores em Portugal), mas na qual prevalecem as complementaridades em vez da substituição, sendo especialmente relevante o domínio das competências que lhe estão associadas e que não variam de modo significativo em função das profissões, dentro dos mesmos níveis de exposição, destacando-se que as mais expostas estão relacionadas com as competências nos domínios da comunicação, colaboração e criatividade e com as competências em informação e gestão.

Para concluir, apenas importa referir que o estudo, ao não equacionar projecções demográficas para a população, não quantifica as tendências existentes que apontam para uma redução das necessidades no factor trabalho num conjunto de profissões, em estreita ligação com aumentos nas respectivas produtividades, pelo que esse será um trabalho que, no essencial, continua por realizar, a nível global, para o nosso país.



3. ESTRATÉGIA E PRIORIDADES DE POLÍTICA

As principais tendências evolutivas da demografia e do impacto das tecnologias no mercado de trabalho foram identificadas nas secções anteriores deste documento. Tais tendências colocam novos desafios, associados à criação de novas oportunidades de crescimento e de melhoria do bem-estar social. Para responder a um contexto em rápida mutação exige-se uma dinâmica reformista que se traduza em novas políticas públicas em diversos domínios-chave. Desde logo, uma mudança na acção social do Estado, que deve estar mais direccionado para as famílias, criando condições para que os casais possam ter filhos, apoiando as despesas das famílias com menores rendimentos, seja na saúde infantil, seja no sistema pré-escolar e no ensino básico e secundário. No domínio da segurança social, o presente modelo de financiamento do sistema contributivo ver-se-á confrontado com um desafio, a que já aludimos, causado pelo futuro aumento dos reformados e diminuição da população em idade activa, o qual irá colocar sob pressão um modelo baseado na transferência das contribuições dos que estão em cada momento no activo para assegurar o pagamento das pensões de reforma. Se é verdade que as reservas acumuladas no Fundo de Estabilização da Segurança Social

permitem afastar para já cenários catastrofistas de insolvência do sistema de pensões*; também é verdade que o sistema público deixou de poder garantir aos futuros pensionistas padrões de vida próximos daqueles que tinham tido durante a vida activa.

A crescente importância das carreiras curtas ou interrompidas, inerente à maior volatilidade dos mercados de trabalho, além das alterações introduzidas no próprio método de cálculo das pensões, conduzirão inevitavelmente a uma redução da taxa de substituição das pensões, o que gera a prazo um risco de insustentabilidade social, ou seja, de inadequação dos rendimentos pós-reforma, se estes continuarem a depender apenas e somente das pensões do sistema público.

Impõe-se, por isso, uma nova abordagem à relação entre rendimento e consumo ao longo da vida, em que os ativos do presente deverão ser encorajados a reservar uma parte dos seus rendimentos para a poupança desde os primeiros anos da carreira profissional, a fim de dispor no final desta de uma pensão complementar que lhes permita manter padrões de consumo condignos. A dificuldade reside em que cada ativo terá de contribuir ao mesmo tempo para a pensão dos reformados atuais, através do sistema público, e ainda para uma conta de capitalização de que sairá uma parte da sua própria pensão.

É inevitável que o Estado e as empresas sejam chamados a participar no esforço financeiro de constituição deste capital individual de reserva. Ao Estado compete melhorar o regime de benefícios fiscais de modo a torná-lo mais incentivador da poupança individual, promover a literacia financeira, apoiar as empresas na criação de planos profissionais e até mesmo flexibilizar o regime contributivo de modo a permitir aos trabalhadores mais jovens optar por desviar uma parte da sua contribuição social para contas privadas**. As empresas, sobretudo as de grande e média dimensão, deverão ver nos regimes profissionais de pensões um meio de atração de recursos humanos qualificados, que, como antes vimos, constituem a chave da competitividade num mundo com menos população em idade ativa e mais rápida inovação tecnológica. Para as empresas, trata-se também, de passar a considerar as contribuições para planos de pensões como uma componente integrada da sua política salarial.

Com o aumento da esperança de vida é importante que, independentemente da idade de reforma dos trabalhadores, se criem condições para o prolongamento da vida activa, permitindo não apenas à economia beneficiar do contributo da população sénior, como, manter em actividades aqueles que o desejem, nomeadamente através da

* O FEFSS tem hoje reservas que representam cerca de 16% do PIB e permitem pagar mais de 2 anos de pensões do sistema previdencial, o que era o seu objetivo inicial. Em termos comparativos, é um dos fundos públicos de pensões com reservas mais elevadas entre os países europeus da OCDE, apenas ultrapassado pelos da Suécia e da Finlândia.

** Durante muito tempo considerada altamente lesiva da sustentabilidade do sistema de pensões, a introdução de limites contributivos opcionais teria hoje um impacto muito mais reduzido dado o crescimento apreciável das receitas contributivas.

possibilidade de uma redução do tempo de trabalho ou da possibilidade de os reformados criarem o seu próprio posto de trabalho.

No domínio dos desafios colocados à economia requer-se, como dissemos, uma **visão estratégica** sobre o seu futuro, que conduza à identificação das grandes prioridades de investimento a realizar, seja no domínio do investimento público, seja do privado (aquilo a que, o documento da CCP, chamou o «plano Draghi português»). Portugal não tem de visar estar na linha da frente na “produção de nova tecnologia”, mas tem de saber utilizar as novas tecnologias existentes para atingir uma posição cimeira em actividades para as quais possui o conhecimento e a capacidade produtiva para ser competitivo à escala global.

Só assim o processo de transformação da estrutura produtiva no nosso país permitirá alcançar o objectivo de crescimento nos mercados internacionais por via de uma presença nas cadeias globais de produção, sendo que essa presença também se constrói a partir de dentro, ou seja, do nosso território e das pessoas que nele vivem e trabalham. O país tem de ser capaz de responder às necessidades e aspirações daqueles que aqui residem e, ao fazê-lo, criar condições de sustentabilidade económica para aqueles que operam no mercado interno. Com isso, está, também, a possibilitar que uma parte destes operadores ganhe massa crítica para se poder internacionalizar, seja por via directa, seja associando-se com empresas, nomeadamente estrangeiras, com localização no nosso país e que, estando inseridas nas cadeias globais de produção, podem dinamizar intensamente a constituição de *clusters*, assegurando que o que exportamos incorpora um peso significativo de valor acrescentado nacional.

De um conjunto mais amplo de desafios que se colocam ao país nas **respostas a dar pela economia aos constrangimentos da demografia**, iremos abordar, seguidamente, dois grandes objectivos que consideramos nucleares nas políticas a promover: a **transição para uma economia ancorada no digital** e o **reforço da coesão do território**, mediante **políticas de mobilidade e políticas de cidade**.

3.1. A mudança para uma nova economia impulsionada pela transição digital

Como já dissemos, os problemas demográficos deverão ter planos diferentes de abordagem que se complementam, mas a centralidade das respostas a dar deverá estar colocada do **lado da economia**, requerendo mudanças profundas e inovações integradas no seu modo de organização e funcionamento. Olhar para a economia significa, desde logo, adoptar um novo paradigma na avaliação do desempenho da mesma. Importa que não nos foquemos em critérios predominantemente **quantitativos** (produzir e vender mais, empregando mais pessoas), mas que saibamos privilegiar as mudanças qualitativas, ou seja, **produzindo e vendendo melhor**, o que significa ter mais valor incorporado em cada unidade produzida. Mas torna-se, também, necessário **consumir melhor**, adoptando hábitos de consumo mais saudáveis e que reduzam gastos supérfluos e com altos níveis de desperdício.

A tecnologia, traduzida pela incorporação na economia dos avanços tecnológicos, é fundamental. Domínios como a automação e a robótica ou a IA e, previsivelmente, a médio prazo a computação quântica, irão ter um forte impacto na força de trabalho, contribuindo decisivamente para aumentar a produtividade e a competitividade da economia e, com isso, assegurando a sustentabilidade do nosso modelo económico e social. Mas importa ter presente que a tecnologia, por si só, não é a solução, se o país não dispuser de uma estratégia integrada de desenvolvimento futuro e não souber incorporar os avanços tecnológicos num modelo económico sustentável.

Temos, seguramente, um conjunto de vantagens competitivas que urge potenciar, nomeadamente em relação a domínios que impactam a nova economia saída da transição digital, de que destacamos, seguindo de perto o texto da resolução do Governo que, já este ano, aprovou a Agenda Nacional da Inteligência Artificial:

- Boas infraestruturas digitais no domínio da fibra óptica;
- Reduzida dependência de fontes externas de energia no funcionamento da economia (com cerca de 63% da produção a provir já de fontes renováveis, contra 45% da média europeia), a que – acrescentamos nós – a menor presença de uma estrutura industrial consolidada veio dar uma ajuda, limitando os efeitos negativos de uma mais profunda “destruição” de activos;
- Condições de segurança, de acolhimento e de tranquilidade capazes de atrair e integrar pessoas qualificadas e talentos;
- Uma localização e uma história privilegiada na relação transatlântica, acrescidas de um peso expressivo da nossa diáspora, sendo que ambos podem e devem ser factores potenciadores das nossas relações externas, em especial envolvendo regiões de outros continentes.

Mas, simultaneamente, o país regista:

- Limitações na sua infra-estrutura tecnológica, indispensável para responder às necessidades de expansão da IA;
- Fracos níveis de investimento, quer público, quer privado, com uma excessiva dependência dos fundos europeus;
- Baixos níveis de produtividade, que nos situam nos 75% da produtividade média da U.E.;
- Dificuldade em reter no território os jovens mais qualificados, o que pressupõe dar-lhes condições de vida e de carreira profissional equiparáveis às que os mesmos esperam encontrar no estrangeiro;

- Debilidades ao nível do território, seja no plano da mobilidade, seja na existência de estruturas urbanas de média dimensão consolidadas e atractivas;
- Áreas de procura interna insuficientemente satisfeitas, que vão da saúde ao funcionamento da administração pública e da justiça.

Este quadro, articulado com as tendências demográficas observadas, evidencia os múltiplos desafios colocados ao país e à economia em áreas tão diferenciadas como:

- O desafio do envelhecimento e do prolongamento da vida activa e a necessidade de assegurar a melhor qualidade de vida para a população idosa;
- O desafio de criar condições para atrair pessoas qualificadas, seja no plano profissional, seja ao nível da envolvente ambiental, social e cultural;
- O desafio das infra-estruturas necessárias para que o país dê o salto inovatório e absorva as novas tecnologias digitais rumo a um novo modelo económico assente no conhecimento e nas competências e capaz de reduzir o número de recursos humanos necessários em funções que podem ser transferidas para o desempenho tecnológico;
- O desafio da produtividade, que, além da componente tecnológica, é eminentemente um problema de gestão e de organização, e da forma como estas têm de evoluir para tirar o máximo proveito das «ferramentas da tecnologia»;
- O desafio de manter uma política de entrada de imigrantes, mas fazendo-o de forma selectiva e regulada, de acordo com o contributo que poderão dar ao nosso desenvolvimento, e que não pode deixar de ser acompanhada por uma política de integração dos mesmos, desde as condições de habitação até à possibilidade de agrupamento familiar;
- O desafio de contrariar as profundas assimetrias regionais a nível demográfico, que não servem nem as regiões de baixa densidade, nem as regiões com maiores níveis de concentração populacional;
- O desafio – que não podendo ser facilmente e a prazo invertido, pode ser atenuado – de contrariar a tendência para uma quebra acentuada das taxas de natalidade, desenvolvendo políticas que estimulem os níveis de fecundidade e, conseqüentemente, o número de filhos por casal (falamos, nomeadamente, no acesso a creches em quantidade e em horários alargados de funcionamento).

Em todos eles, as políticas públicas têm um papel relevante, mas que deve ser concretizado reforçando as parcerias público-privadas e potenciando o efeito das medidas no desenvolvimento e competitividade da nossa economia.

Em recente trabalho realizado pelo World Economic Forum e pela Mckinsey - "A Europa na Era da Inteligência" - são identificadas 14 tecnologias consideradas críticas para o futuro, a saber: Inteligência Artificial (IA); conectividade avançada; tecnologias climáticas; computação em nuvem; cibersegurança; electrificação e energias renováveis; bioengenharia; mobilidade; robótica; tecnologias espaciais; tecnologias de realidade imersiva (simulação da presença física no mundo digital); software de próxima geração; tecnologias quânticas; e semicondutores.

São estas áreas-chave que, na passagem da I&D ao mercado, podem ter um efeito disruptivo ou de "destruição criativa" que marcará as dinâmicas de crescimento ao longo da próxima década, e onde a Europa no seu conjunto e Portugal à sua escala têm vindo a ficar para trás, em relação, especialmente, aos E.U.A. e à China. No referido estudo é dito que, actualmente, em apenas 4 destas áreas tecnológicas a Europa consegue ser competitiva: nas tecnologias quânticas, nas tecnologias climáticas, na bioengenharia e na conectividade avançada (em particular nas fibras ópticas, na rede celular 5G e na conectividade via satélite), o que se afigura muito insuficiente.

Por isso, o estudo revela que o sector tecnológico é hoje responsável por um diferencial de 0,4 p.p. na produtividade entre a U.E. e os E.U.A. favoráveis a estes últimos, o que se reflecte numa perda significativa de criação de valor da Europa relativamente aos E.U.A. O desafio futuro da produtividade, quase todos o reconhecem, passa por a Europa ser capaz de alterar este diferencial que, como também vimos, é uma peça essencial para enfrentarmos o choque demográfico.

Um indicador deste atraso é a participação do mercado da Europa nas novas áreas em competição que não ultrapassa hoje os 9%, sendo particularmente relevante o caso da IA, onde a quota de mercado na respectiva cadeia de valor fica abaixo dos 5%, sendo que, também na utilização destas tecnologias, a Europa está em perda, como mostra o investimento das empresas europeias em equipamento de tecnologia de informação e comunicação (TIC), que é inferior em cerca de metade ao realizado pelas empresas americanas. A Europa não pode pretender recuperar o seu atraso investindo por igual em todas as áreas. Deve, também aqui, fazer escolhas, privilegiando aquelas em que está melhor posicionado ou nas que, pelo seu peso estruturante, se torna absolutamente necessário impulsionar (o Relatório Draghi, dá-nos pistas importantes para se fazerem essas escolhas).

Na generalidade dos trabalhos sobre a IA, à escala global, a situação presente situa-se, na grande maioria das organizações, nas fases de experimentalismo ou "piloto", sendo, por isso, o seu impacto no emprego e no desempenho das mesmas bastante reduzido. As mudanças e os impactos previsionais nas empresas incidem, no médio prazo, mais sobre a **eficiência** do que sobre a **inovação das mesmas** (ver "O Estado da IA em 2025", relatório da Mckinsey). Quanto ao impacto no emprego, no curto prazo a maioria das empresas não espera grandes alterações, embora sejam mais os que antecipam pequenas reduções do que os que preveem aumentos em resultado da introdução da IA.

As mudanças e os impactos previsionais nas empresas incidem, no médio prazo, mais sobre a **eficiência** do que sobre a **inovação das mesmas** (ver "O Estado da IA em 2025", relatório da Mckinsey). Quanto ao impacto no emprego, no curto prazo a maioria das empresas não espera grandes alterações, embora sejam mais os que antecipam pequenas reduções do que os que preveem aumentos em resultado da introdução da IA.

No que se refere às áreas da actividade empresarial em que a IA tem já maior relevância, destacam-se: o marketing e as vendas, a área financeira e o desenvolvimento de novos produtos (bens e serviços). Sendo que os sectores com maior incremento na utilização da IA são: as TIC, as telecomunicações, a saúde e as seguradoras, ou seja, um conjunto diversificado de actividades de serviços. Quer a indústria, quer o comércio, registam níveis ainda bastante mais baixos na sua utilização. Contudo, nada disto contraria a previsão de que na próxima década a IA vai ter um papel essencial na vida das empresas e no emprego e que será, seguramente, um forte instrumento da regulação entre demografia e economia.

Um país como Portugal, que não reúne condições para ter um papel liderante no desenvolvimento conjunto destas tecnologias a nível europeu, tem por maioria de razão de fazer escolhas: saber em que domínios tecnológicos pode ter um papel enquanto produtor, seja participando em parcerias e consórcios internacionais, seja obtendo uma posição de referência em algumas cadeias de valor dessas tecnologias, privilegiando, na maioria dos casos, as chamadas "inovações secundárias" (que resultam das "principais" e são aplicadas em produtos específicos). Mas com a noção de que aquilo que temos de ambicionar é um ritmo bem mais acelerado – se possível acima da média europeia – enquanto utilizadores nas novas tecnologias do mundo digital. Privilegiando, ao mesmo tempo, não as actividades resultantes das anteriores seculares revoluções industriais, nem domínios de elevado volume e intensidade em capital, mas apostando em actividades com forte presença de capital humano e de produção de conhecimento, e que apresentem um elevado valor acrescentado por unidade produzida, ou seja, as que incorporam um peso significativo de valor imaterial, nomeadamente, fornecendo soluções e serviços personalizados e que, por isso, tenderão a apresentar uma menor incorporação de componentes de valor importadas. Em suma, devemos deixar de falar em "reindustrializar", no que isso significa de produção de valor material, e devemo-nos centrar mais em actividades de serviços, para as quais as qualificações e as competências (individuais e colectivas) são um factor competitivo essencial, sendo, para isso, estratégico, formar e **atrair talentos** (apostando em criar verdadeiros "ímanes" de atractividade), fazendo deste factor produtivo um referencial de excelência do país.

Em Portugal, o **investimento público** é uma equação de difícil resolução. Por um lado, ele escasseia e foi sistematicamente preterido ao longo da última década e meia, em razão da crise da dívida pública que o país viveu como instrumento da austeridade orçamental no caminho para as «contas certas» e para a redução da dívida que foram marcos relevantes da política dos últimos governos, por outro, ele continua a ser

imprescindível para a competitividade do país e para o salto tecnológico que temos de realizar. O desinvestimento público conduziu a uma degradação de muitas infraestruturas públicas (que a recente calamidade que assolou o país pôs a descoberto) e vem sendo um constrangimento à inovação, com a redução do mesmo em matéria de I&D, onde seria essencial haver uma maior cooperação entre a investigação fundamental e aquela orientada para o mercado e para as chamadas inovações secundárias (como é o caso do comércio electrónico).

É urgente que os poderes públicos assumam um papel activo na transição para uma nova economia e que o façam numa dinâmica de cooperação e parceria com o mundo empresarial, apostando em projectos de «eficiência colectiva» e salvaguardando o controlo das contas públicas. Um estudo recente promovido pela CCP "*Dívida Externa de Portugal: Diagnóstico de uma Política Pública Estruturante*", dirigido pelo Prof. Ricardo Cabral, procura contribuir para este debate identificando áreas de investimento público com possível retorno económico e financeiro, procurando, assim, ultrapassar a inevitabilidade de termos de escolher entre investimento público e equilíbrio das contas públicas, embora sabendo que esta equação nem sempre tem uma solução fácil.

Como vimos no ponto anterior, referente ao mercado de trabalho, o que determinará a nossa competitividade não é, propriamente, o saber manusear as tecnologias do digital (condição, contudo, sempre necessária), mas saber exactamente o que fazer com elas na produção de conhecimento aplicado à economia e dispor de uma estratégia de médio e longo prazo para o nosso país que possa estar orientada pelas seguintes objectivos:

- Criar condições para um crescimento robusto da economia portuguesa, como forma de dar resposta a um aumento da população mais idosa (reformados) e de permitir que o país, primeiro, se aproxime, e, depois, ultrapasse, o nível médio de desenvolvimento na U.E.;
- O crescimento, no contexto de uma previsível redução da população activa, pressupõe um padrão de especialização da economia portuguesa orientado para actividade de maior valor acrescentado, ou seja, para aquelas que tenham uma maior incorporação de novas tecnologias, critério que hoje define a transição para o mundo do digital;
- Nas actividades mais intensivas em trabalho e que assentam em qualificações mais baixas (nomeadamente ao nível da indústria e dos serviços administrativos e de apoio) o propósito é o da redução de recursos humanos, com conversão dos seus trabalhadores e um recurso acrescido a «ferramentas tecnológicas», que vão da automação e da robótica à Inteligência Artificial, requerendo emprego mais qualificado e contribuindo para diminuir as necessidades que hoje são cobertas, quase exclusivamente, por trabalho imigrante;
- A referida mudança, que se quer rápida e profunda, da especialização do país, deve ter em conta o contributo crescente do ciberespaço para atrair e conservar pessoas

que utilizam o teletrabalho, nomeadamente quadros técnicos superiores conhecidos por "nómadas digitais", associados às grandes "empresas - plataforma" que dominam, já hoje, a economia global, organizando o ciberespaço, em desfavor de uma aposta que tem estado demasiado concentrada na atracção de empresas estrangeiras de base industrial.

Hoje é reconhecido que a I.A. possui um elevado potencial económico com repercussão no factor trabalho, contribuindo, se devidamente utilizada, para melhorar a qualidade do serviço de um conjunto de actividades, desde logo, com destaque para o sector da saúde, através de melhores diagnósticos preditivos e de consultas e tratamentos não presenciais com uso de monitorização remota, particularmente relevante para a população mais idosa.

Existem ainda diversos outros domínios tecnológicos que terão forte impacto no futuro, como sejam: a biotecnologia e a engenharia genética; as tecnologias de energia e de armazenamento; as neurotecnologias, nano tecnologias e materiais avançados; as tecnologias espaciais, entre outras. No seu conjunto, elas serão determinantes para a competitividade da economia, e para a sustentabilidade demográfica, sem perda de qualidade dos serviços prestados e com ganhos de produtividade.

A integração de robôs na economia e na vida quotidiana das pessoas permitirá ganhos de eficiência, colmatando cenários previsionais de escassez de recursos humanos e fortalecendo a capacidade de resposta dos diferentes sistemas sociais, com óbvios ganhos de produtividade ainda que nem sempre estatisticamente considerados como tal. *

Como já referenciámos, o Governo criou recentemente a Agenda Nacional de Inteligência Artificial (ANIA), que estima (parecendo-nos que com algum excesso de optimismo, se considerarmos que o prazo da sua concretização vai apenas até 2030) que, com uma rápida adopção de IA, se pode acrescentar entre 18 e 22 mil milhões de euros ao PIB e elevar até 2,7 p.p. o contributo da produtividade para o crescimento.

O documento, contudo, expressa de forma incisiva quais os objectivos a atingir e identifica de forma clara os instrumentos a utilizar, o que é um avanço positivo. Apenas subsiste uma preocupação, para a qual não nos é dada uma resposta satisfatória na respectiva Resolução do Conselho de Ministros, que tem a ver, por um lado, com a já referida exequibilidade no prazo fixado e, sobretudo, com os meios - especialmente financeiros - disponíveis.

* Como referem Philippe Aghion, Céline Antonin e Simon Bunel em "*Le Pouvoir de la Destruction Créatrice*": «le problème de la mesure est d'abord au mode de calcul du PIB, défini comme le valeur ajoutée créée grâce à la production du biens et des services dans un pays pendant une période donnée, mesurée aux prix du marché. Ainsi le PIB est essentiellement une mesure de la production. Il est adapté à des économies où la production de biens physiques domine, mais peine à rendre compte de la part croissante et de la variété de services offerts pour l'économie numérique. Ainsi la définition du PIB ne permet pas prendre en compte le changement des usages, ce qu'illustre l'exemple du marché de la photographie. (...) Le développement des photos a baissé car les photos sont aujourd'hui davantage partagées que vendues; elles sont devenues un bien essentiellement non marchand. Ainsi le domaine de la photographie est loin d'avoir disparu. Il est même devenu beaucoup plus performant. Mais étant essentiellement autoproduit par les consommateurs, il est sorti du champ de l'économie productive, et donc de la mesure de la productivité.»



3.2 Reforçar a coesão do território: a mobilidade E a política de cidades

a) A mobilidade de pessoas, de bens e de serviços

A mobilidade de que falamos incide sobre três grandes domínios espaciais:

- O quadro urbano (cidades e áreas metropolitanas);
- O quadro regional e inter-regional (âmbito nacional);
- O quadro internacional.

Os quais, sendo complementares, têm lógicas e objectivos diferenciados. Assim:

- No **quadro urbano**, importa assegurar uma melhor qualidade de vida, com tempos de deslocação mais reduzidos e com sustentabilidade ambiental; eliminando, ainda, as situações de "pobreza de mobilidade", que afectam um número considerável de pessoas e se caracterizam pela ausência de transporte em condições aceitáveis que deem acesso a serviços e actividades socioeconómicas essenciais;
- No **quadro nacional**, trata-se de reforçar a coesão do território, diminuindo os custos e os tempos de deslocação, seja ao nível de cada região (territórios urbanos e não ur-

banos), seja entre diferentes regiões, assegurando que todos dispõem de acesso a um transporte para se deslocarem, nomeadamente na ligação entre as cidades médias, âncoras das regiões de baixa densidade, e as duas áreas metropolitanas do continente, com isto invertendo a tendência de perda de população em que muitas vezes o factor distância se impõe face ao factor da qualidade de vida no local de residência.

- No **quadro internacional**, contribuindo, por um lado, para diminuir a periferização do nosso país em relação ao centro da Europa, atraindo visitantes e talentos e, por outro, para potenciar a centralidade transatlântica do nosso país, fazendo das nossas infraestruturas de transporte internacionais verdadeiros hubs na ligação da Europa com outros continentes, domínio em que podemos ter ganhos expressivos na nossa balança de transportes.

Neste quadro, um estudo produzido pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT) sobre a mobilidade de transportes calcula que existem hoje em Portugal Continental cerca de 1,5 milhões de "utilizadores vulneráveis", ou seja, cidadãos que não estão em condições, nomeadamente financeiras, de dispor de viatura própria e que não têm acesso a transportes públicos adequados, sendo que 30% destes residem em territórios de baixa densidade.

Na **mobilidade de pessoas**, o destaque deve, por isso, focar-se:

- Na criação de uma **rede nacional de transportes públicos**, onde é particularmente notória a insuficiência da ferrovia, que ao longo do século passado e do primeiro quarto de século do actual sofreu mesmo um retrocesso pois «de uma rede com mais de 3600 km no seu auge, hoje em dia estão em operação cerca de 2500 km, uma redução de quase 30%» ("A Ferrovia em Portugal", Francisco Furtado, Janeiro 2020). A complementaridade deste transporte com o rodoviário deve ser uma prioridade política a prosseguir nos próximos anos, requerendo, sem dúvida, fortes investimentos públicos neste meio de transporte, em que ao contrário da restante Europa o país desinvestiu quase por completo.
- Na criação, nas entradas e na circulação dentro das duas áreas metropolitanas, de uma rede de transportes públicos de qualidade (combinando, de novo, ferrovia com rodovia, mas em que a primeira pode ser convertível ou acrescida do formato metropolitano), que permita reduzir a excessiva circulação automóvel nas mesmas, impactando sobre os elevados tempos de deslocação e os níveis de poluição existentes (o que requer, nomeadamente, parques de estacionamento automóvel, que, em muitos casos, não existem, junto das respectivas estações/plataformas terminais). A solução não está em proibir ou penalizar a circulação automóvel dos particulares com prejuízo para os cidadãos que não dispõem, muitas vezes, de alternativas, mas em criar soluções de transporte alternativas que se traduzam em ganhos de mobilidade.

Mas, como dissemos, a mobilidade relaciona-se quer com pessoas quer com mercadorias, colocando problemas diferenciados, embora os domínios espaciais em ambos os casos possam ser coincidentes. Assim, um «Plano de Mobilidade Urbana Sustentável» tem de integrar, quer o transporte de pessoas, quer a deslocação e o transporte de bens, atentando às especificidades de ambos, mas também ao facto de este último se dirigir à satisfação das necessidades pessoais, ao mesmo tempo que uma parte das deslocações de pessoas em contexto urbano são feitas com vista à obtenção de bens e serviços de que as mesmas necessitam, numa triangulação que envolve o local de habitação, o emprego (ou a escola) e a oferta de bens (pelo comércio) e de serviços.

A "logística urbana"* com a expansão do "e-commerce" e os novos conceitos de "cidade Inteligente" e de "mobilidade urbana sustentável", tem vindo a enfrentar novos e complexos desafios, que requerem o reforço da articulação entre os movimentos de deslocação física (visando percursos mais curtos, com entrepostos/plataformas de distribuição mais disseminados pelo território) e o uso das novas tecnologias, especialmente digitais, que visam encurtar tempos e racionalizar percursos, com isso reduzindo o carácter poluente da logística urbana (números da U.E. referem que esta é responsável por cerca de 15% das emissões de GEE e por até 50% dos poluentes atmosféricos urbanos). Este melhor planeamento dos circuitos de entrega impõe o recurso a veículos eléctricos de menor dimensão (viaturas comerciais e velocípedes) ou mesmo de *drones* para entrega de bens ao consumidor.

Com o Regulamento n° 2024/1679 da U.E., esta atribui à logística urbana uma prioridade estratégica, embora a mesma esteja, sobretudo, focada no impacto ambiental, não valorizando suficientemente a componente eficiência nos serviços prestados e a satisfação do consumidor. Ora, ambas as vertentes devem seguir a par, considerando que a qualidade de vida urbana resulta destes dois objectivos e que esse deve ser o foco das políticas.

A gestão completa de um ecossistema logístico é um aspecto essencial, requerendo o recurso às tecnologias de informação e comunicação digitais e devendo envolver todos os agentes implicados (entidades públicas, operadores de logística, de transporte e de comércio e consumidores), permitindo a criação de **plataformas multimodais** nas principais cidades, com a possibilidade de passagem de um veículo para outro (*transshipment*). As dimensões destes devem ter em conta os percursos diferenciados a percorrer e estar suportadas na implantação de *microplataformas* destinadas às entregas finais em áreas de proximidade ("o último quilómetro", que pode ser um bairro ou uma freguesia e que, normalmente, é aquele que tem um custo/hora mais elevado) de modo a permitir o uso de meios de transporte "mais suaves", menos poluentes, com maior mobilidade e com um menor impacto no trânsito, reduzindo, ainda, as situações de estacionamento irregular ao longo do dia.

* Consultar "Caderno Técnico-Logística Urbana", Instituto da Mobilidade e Transportes

Como é referido no trabalho do IMT, «as soluções baseadas em IA e análise de "big data" têm mostrado grande potencial para a melhoria do desempenho do sistema logístico urbano e a redução dos custos operacionais». Para podermos ter uma gestão integrada da logística, necessitamos recorrer, de forma crescente, às TIC, num quadro marcado por um aumento esperado dos fluxos envolvidos e por uma pluralização de circuitos, com redução das distâncias unitárias a percorrer, o que requer que se criem lugares de estacionamento efectivo em zonas de carga e descarga, em horas atribuídas e com sensores de estacionamento e ainda a possibilidade de utilização de faixas dedicadas para pequenos veículos (alargando o conceito de ciclovias ou pela utilização de "faixas bus").

Os planos de logística urbana (o IMT recomenda a elaboração de Planos Nacionais Integrados de Logística e Mobilidade) devem ser integrados em planos de urbanização, reforçando a ligação destes ao comércio e aos serviços, no quadro de uma filosofia de urbanismo comercial condutora das políticas urbanas que referimos adiante.

Nos planos nacional e internacional as questões são outras, mas passam, também aqui, pela complementaridade entre modos de transporte alternativos: da rodovia e da ferrovia no plano nacional, a que importa juntar os transportes aéreo e marítimo quando abordamos a circulação à escala internacional. Os problemas de difícil resolução que têm pautado as nossas infraestruturas ferroviárias e aéreas são um constrangimento que urge superar, cabendo à ferrovia um papel reforçado no contexto ibérico, quer de pessoas, quer de mercadorias, e com o transporte aéreo (aqui sobretudo de pessoas) e marítimo (sobretudo mercadorias) a serem essenciais nas deslocações mais longas. Quanto à **mobilidade de serviços**, ela pressupõe a existência de infraestruturas digitais de transmissão, armazenamento e processamento de dados adequadas e cobrindo a totalidade do território nacional: desde rede de fibra óptica, redes móveis 5G, que garantam conectividade de alta velocidade, até infraestruturas para alojamento e processamento de dados (*data centers*). Também aqui o esforço de investimento do país não pode parar e, de acordo com a estratégia nacional para a conectividade das redes de comunicações electrónicas de elevada capacidade actualmente em curso (até 2030), espera-se que atinja as metas esperadas, nomeadamente o acesso universal às tecnologias digitais. Domínios onde, sem excluir o contributo dos privados que gerem algumas destas infraestruturas, cabe ao investimento público assumir um maior protagonismo na modernização, manutenção e expansão de infraestruturas essenciais.

b) A política de Cidade

Dos múltiplos aspectos que relevam para uma política integrada de cidade iremos, no âmbito deste relatório, abordar dois que consideramos serem particularmente relevantes:

- A habitação (quantidade e preço);
- O comércio e os serviços (qualidade e acessibilidade).

A política de cidade emerge num quadro em que o nosso país tem uma carência clara de verdadeiras cidades médias, capazes de serem polos regionais de retenção e atracção de residentes e em que não bastam políticas de requalificação urbana, pois o que precisamos, em muitos casos, é de lhes dar dimensão (não apenas espacial, mas também vivencial), de as fazer crescer, atraindo novos residentes e novas actividades económicas que lhes deem coesão e sustentabilidade. Neste quadro, uma política de cidade tem de ser, em Portugal, acima de tudo, uma **política de desenvolvimento** sustentável dos espaços urbanos situados fora das duas áreas metropolitanas e, em especial, nas regiões que se confrontam com a baixa densidade da sua população (as duas áreas metropolitanas têm problemas de outra natureza que requerem um tratamento específico).

Estas são prioridades que podemos condensar na expressão **"fazer cidade"** e que estão incompreensivelmente ausentes das actuais prioridades que a U.E. (através da C.E.)*. vem delineando para o novo ciclo de investimentos estruturantes. Ora, num país como Portugal, desinvestir da política urbana compromete o sucesso de qualquer actuação estratégica visando a competitividade e o desenvolvimento do país. Queer "desterritorializar" as prioridades da tecnologia, olhando apenas para as cidades como produtoras de poluição e de Casas com Efeito Estufa, seria um erro, com graves consequências no nosso futuro. Portugal deve, por isso, bater-se nas instâncias europeias para que, nomeadamente no novo "PT2040", seja contemplada esta prioridade do nosso país (que é comum a outros países europeus onde as cidades tiveram um desenvolvimento mais tardio ou mais incipiente).

Por isso reafirmamos aqueles que são, quanto a nós, os grandes desafios com que as nossas cidades se confrontam:

- Responder às **necessidades de uma população idosa**, que requer serviços de proximidade, ofertas comerciais e de serviços essenciais; entregas ao domicílio e prestação de serviços na habitação; transportes, circulação pedonal e acessibilidade no espaço público para pessoas com um défice de mobilidade; habitações que correspondam às características desta população. A CCP/Observatório apresentou ao Governo um projecto-piloto orientado para este segmento populacional, que designou por "Cidades Amigas da Longevidade"*** e que, apesar desta ser uma prioridade da política da U.E., ainda não foi viabilizado com os necessários apoios do PT2030.

* Veja-se o documento *"Uma Agenda da U.E. para as Cidades: impulsionar o crescimento e a prosperidade"* (2025) em que se referem as áreas prioritárias de intervenção e não se faz qualquer referência ao comércio e serviços.

*** Medida 6: Comunidades Amigas da Longevidade da Agenda para o Comércio, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2024, de 12 de Janeiro.

- Responder aos desafios de integração de uma população imigrante, em número crescente, de que a economia carece, pois, como vimos, ela será o principal contributo futuro para atenuar a redução prevista da população em idade activa, e que requer, em especial, uma política de oferta de habitação a preços acessíveis, travando o terrível retrocesso, a que vimos assistindo, com a criação de novos "bairros de baracas".
- Fazer das cidades, das regiões de baixa densidade um polo de fixação regional e de atracção de pessoas de fora da região, o que significa ofertas de emprego e de perspectivas profissionais que poderão assentar na criação da sua "própria empresa", fomentando o empreendedorismo ou no trabalho à distância e em que a escolha se faz em termos da qualidade de vida percebida, e que possa concorrer favoravelmente com destinos alternativos, nomeadamente na disponibilização de serviços essenciais ou de cultura e lazer.
- Disponibilização de infraestruturas de telecomunicações e de serviços associados, com um carácter universal ao nível da sua utilização, no plano pessoal ou no exercício de uma actividade empresarial, mas, também, ao nível da gestão urbana e daquilo que caracteriza as "Cidades Inteligentes" enquanto sistemas integrados de informação e comunicação.
- Ligação das cidades ao conjunto do território nacional e ao mundo, através de um acesso, o mais expedito e curto no tempo, aos grandes centros urbanos do país, nomeadamente às suas duas áreas metropolitanas e às plataformas de transporte internacional, concretizando os desafios de mobilidade que já referenciamos antes.
- Uma nova organização espacial reforçando o policentrismo, a proximidade e o carácter integrador das cidades; juntando espaços para habitação com espaços de escritório e de empresas de serviços, ofertas de comércio e serviços ao consumidor em áreas urbanas devidamente estruturadas para que elas possam coexistir sem se sobreporem.
- Desenvolver uma política de planeamento urbano estruturada na interface com as actividades económicas que lhe dão vida e sentido de comunidade: dos estabelecimentos de comércio e serviços à logística que lhes está associada, promovendo uma filosofia de organização espacial e de gestão integrada das áreas urbanas através de uma governança público-privada, consagrada na expressão **urbanismo comercial**, assente numa estratégia de eficiência colectiva para a regeneração urbana.
- Impulsionar o já referido fenómeno da digitalização dos ecossistemas de retalho, visando a competitividade do comércio de "bairro" ancorado na conveniência e na proximidade. Como vimos, a digitalização envolve a integração das realidades física e digital, diluindo a importância da localização física dos estabelecimentos e da distância nas práticas de abastecimento. Pese embora os impactos deste fenómeno

não serem lineares, pois a digitalização pode tanto reduzir quanto expandir o mercado para o retalho de conveniência em áreas residenciais urbanas, o futuro do retalho de bairro reside, em grande medida, na capacidade de os operadores económicos abraçarem as tecnologias digitais e reinventarem a proximidade. Tal ação implica conjugar a dimensão geográfica, associada à distância física e à distância tempo, com a dimensão relacional (social e cognitiva), conectada com os afetos e as emoções, cruciais na criação de laços dos indivíduos com os espaços comerciais e, naturalmente, na sua transformação em clientes fiéis.

- Desenvolver actividades culturais, recreativas e de animação de rua destinadas, quer aos residentes, quer a não residentes, e envolvendo nas mesmas o comércio e os serviços, bem como a melhor optimização da gestão logística e da mobilidade.

Uma atenção especial deve ser dada, como já referimos, ao **problema da habitação** nos espaços urbanos, que é, desde logo, um problema de escassez da oferta de casas que se transmite ao preço destas, tornando o acesso às mesmas inacessível para muitas famílias.

É, por isso, necessária uma política de habitação que atente aos destinatários e às suas reais necessidades, ajustando-a aos públicos-alvo que se pretende atrair ou reter numa determinada área urbana (vila ou cidade). Destacamos, de seguida, os perfis que requerem especial atenção nos planos de habitação a desenvolver:

- Os jovens, que querem constituir família e precisam de ter uma casa com as dimensões adequadas a um aumento do agregado familiar e a preços acessíveis (factor de atracção em que os preços comparativos são um critério de escolha);
- Os imigrantes com menores recursos, visando a sua integração em condições dignas, o que implica a existência de ofertas de habitação a preços compatíveis com o seu rendimento;
- Os idosos, cujo número, com o envelhecimento da população, tende a aumentar e que requerem ofertas de alojamento com características específicas, atendendo às situações de menor mobilidade e de carência de serviços e apoio domiciliário (em muitos casos, trata-se de mudança de uma habitação que não responde às suas actuais necessidades para outra, porventura com menor dimensão e que permita na troca obter algum ganho de rendimento necessário para cobrir um conjunto de despesas acrescidas);
- Os estudantes, no caso de existência de instituições do ensino superior, visando atrair alunos de fora (nacionais ou estrangeiros), cujas habitações deverão ter uma dimensão e características ajustadas ao perfil dos mesmos (espaços com utilização comum) e a um preço acessível;

- Nova população sénior (estatuto de reformados), em busca de novos lugares para viver, que reúnam padrões de tranquilidade, bem-estar e de serviços elevados (especialmente ao nível dos cuidados de saúde e na proximidade de bens e serviços essenciais).

Para satisfazer estas procuras é necessário criar condições para, em muitos casos, aumentar a oferta de habitação - através de novas construções ou da recuperação e requalificação de imóveis existentes - inserindo-a, na medida do possível, em espaços urbanos consolidados, ou seja, evitando crescimentos excessivos para terrenos não urbanizados e visando conjugar áreas de habitação com áreas de escritórios e com ofertas de bens e serviços, apostando nas médias e grandes cidades a partir de um modelo policêntrico e de proximidade, reduzindo distâncias e aumentando a mobilidade urbana no acesso a bens e serviços não essenciais. O aumento da oferta tem de ser acompanhado por uma redução dos custos de construção e das rendas a suportar pelos utilizadores (habitação e comércio e serviços), requerendo políticas que coloquem estas a preços acessíveis para as famílias com mais baixos rendimentos. É igualmente fundamental que a oferta de novos espaços comerciais nas novas construções não seja determinada por promotores imobiliários, mas que corresponda às necessidades da procura e daí a importância de se dispor de Cartas Estratégicas de Urbanismo Comercial (ver documento da CCP "*Melhor Cidade com Melhor Comércio e Serviços*").

Na perspectiva da demografia, que é aquela que aqui releva em primeira instância, trata-se de criar condições para aumentar o número de nascimentos e, também, de garantir o direito à habitação de todos os residentes no nosso país e, desde logo, da população imigrante.

Os domínios da actuação não podem deixar de situar-se em dois planos complementares: no mercado e nas políticas de dinamização da oferta por privados e ainda no papel dos actores públicos (Estado e poder local), intervindo directamente na oferta através de casas com rendas acessíveis.

A oferta de casas deve traduzir-se, por um lado, no aproveitamento/recuperação de construções já existentes para novas habitações e, por outro, na construção de novas casas para habitação. As políticas públicas devem estar orientadas para: i) reduzir custos de construção (que é desde logo um problema de escala), o que inclui, à partida, o preço dos terrenos; ii) fomentar o mercado de arrendamento, tornando-o competitivo face ao mercado de venda e compra de casa; iii) criar incentivos ao nível da construção e da recuperação de edifícios para habitação com rendas acessíveis; e iv) aumentar a oferta pública de casas igualmente direccionadas para rendas acessíveis. Se o aumento da oferta, pelas leis do mercado, tende a provocar uma baixa de preços em condições estáveis de procura, é hoje claro que, só por si, não resolve o problema

do acesso por parte das pessoas/famílias de mais baixos rendimentos. Pelo que este aumento tem de ser complementado por oferta pública a preços acessíveis e pelo apoio às famílias mais necessitadas (ao que acresce a banca não conceder empréstimos a estas famílias).

A longo prazo, a recessão demográfica pode ajudar a resolver o problema da falta de habitação, pela existência de um elevado número de proprietários de casa própria com idade avançada que irá libertar muitas casas num horizonte temporal de 15-30 anos (mesmo que as mesmas transitem para os filhos e que estes as venham a ocupar, libertam as casas destes para os que ainda não têm casa).

Mas a oferta de habitação tem também de considerar as necessidades desta população mais idosa, desenvolvendo soluções que, permitindo-lhe, se o desejarem, continuar a viver num espaço individualizado, a integre em ofertas de serviços conjuntos em que esta população possa, nomeadamente, aceder a serviços de apoio domiciliário: da alimentação à higiene, aos cuidados de saúde e ao entretenimento e ocupação dos tempos livres. A complementar a prestação destes serviços existe a necessidade de garantir a esta população o acesso fora do domicílio aos bens e serviços de que necessitam, o que requer transportes adequados, que realizem percursos porta a porta e que poderão ser requisitados a pedido dos utilizadores. Também aqui o acesso às habitações por parte destes veículos de transporte deve ser tido em conta, bem como as respectivas acessibilidades pedonais (cadeiras de rodas, andarilhos ...).

Fica assim identificado um conjunto de problemas ao nível da habitação, cuja solução não se concretiza num curto espaço de tempo, mas que implica uma continuada intervenção dos actores públicos, nomeadamente no plano da regulação ao nível do preço dos terrenos, na dimensão do mercado de arrendamento e na recuperação do stock de casas vazias e no plano de construção de casas próprias.

Em suma, trata-se de tornar o país mais atractivo para residir e trabalhar, e em especial, para atrair talentos, o que impacta directamente com as cidades, a qualidade de vida que estas proporcionam e com o dinamismo económico que nelas se expressa, em matéria de vida empresarial e de infraestruturas.

O futuro não aponta para que venha a ocorrer um qualquer boom demográfico no nosso país ao longo das próximas décadas, o que, se no plano da resposta às necessidades da população é um factor desanuviante, igualmente nos confronta com o desafio de construir um modelo de desenvolvimento e de crescimento da economia que tenha como ponto de partida o reconhecimento de que teremos um menor número de recursos humanos no futuro, o que requer maiores níveis de eficiência, produtividade e coesão territorial, visando que a economia e a qualidade de vida caminhem a par, tendo um suporte material comum: o território. É nisto que o país tem de investir prioritariamente, identificando o que é essencial na alocação de recursos (escassos), colocando as pessoas no centro da equação e fazendo delas a sua principal mais-valia.



4. QUADRO SÍNTESE DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIAS

4.1. Uma prioridade estratégica nacional

A análise que desenvolvemos ao longo deste Relatório evidencia que Portugal enfrenta um problema demográfico estrutural, com impactos na economia, na organização social e na coesão territorial.

A redução da população em idade activa e o envelhecimento da mesma, traduzem-se numa dupla pressão: por um lado, a diminuição da população com idade para trabalhar limita a disponibilidade de recursos humanos e, por outro, a alteração do perfil demográfico altera modos de vida e padrões de consumo, exigindo uma adaptação da oferta. Mas, se a demografia impacta a economia, é a esta última que cabe o papel fundamental na superação dos constrangimentos demográficos, seja produzindo mais e melhor, aumentando a produtividade da economia com menos recursos, seja contribuindo para alterar o baixo número de nascimentos, por via do acréscimo do rendimento das famílias, o que constitui, sem dúvida, um factor relevante na decisão de ter filhos.

A imigração tem desempenhado um papel insubstituível na resposta às necessidades do mercado de trabalho, nomeadamente em actividades com maior intensidade de

mão-de-obra, como, por exemplo, a agricultura (com necessidades sazonais), o comércio, a restauração e um conjunto de serviços pessoais. Contudo, a sua sustentabilidade requer regulação dos fluxos de imigração e capacidade de integração desta nova população residente.

Entendemos, por isso, que dar resposta ao problema demográfico deve constituir uma **prioridade estratégica nacional**, o que exige políticas coerentes, estáveis e com uma orientação de médio e longo prazo, e cujos pilares mais relevantes, sintetizando o que abordámos anteriormente, são:

- *Aposta na inovação, no quadro da "revolução" digital em curso e transformação do nosso modelo económico, compatibilizando a referida escassez de recursos humanos com a criação de maior valor acrescentado, permitindo, assim, ter um crescimento mais robusto e continuado da economia;*
- *Valorização das pessoas e do papel do trabalho e do saber na actividade económica, que são a principal mais-valia da nossa competitividade, num contexto em que as novas tecnologias, se libertam trabalho em funções rotineiras, reforçam o papel do conhecimento na criação de valor imaterial;*
- *Reforço do papel nuclear das cidades enquanto factor de competitividade e de coesão nacional, e adopção de políticas urbanas integradas baseadas numa filosofia de urbanismo comercial, que assente na multifuncionalidade do território reforça a coesão e vitalidade urbana, com particular incidência nas regiões de baixa densidade estancando perdas de população e atraindo novos residentes;*
- *Aceleração e consolidação de uma política integrada de mobilidade de pessoas, bens e serviços, factor determinante para reforçar a coesão territorial, elevar a qualidade de vida das populações e atrair investimento, impulsionando o nosso desenvolvimento económico;*
- *Regulação da política de imigração, ajustando-a, por um lado, às necessidades reais da economia e adoptando critérios de selectividade e por outro, assegurando que o país tem capacidade de integração, nas suas diferentes componentes, aos novos residentes.*

4.2. Algumas áreas de actuação a contemplar nos diferentes pilares

a) Fomentar a inovação e a transição para uma nova economia baseada num forte aumento da criação de valor imaterial:

- Reconfigurar os apoios às empresas, colocando a centralidade dos mesmos nos factores imateriais de competitividade e na transição para uma economia fortemente digitalizada;

- Reforçar a cooperação entre o público e o privado no desenvolvimento de projectos de eficiência colectiva a nível local, regional ou nacional, promovendo, nomeadamente, uma maior ligação entre as instituições do ensino superior, os centros de investigação com as empresas, visando reforçar o papel da investigação aplicada e incremental;
- Incentivar a cooperação inter-empresas, nomeadamente entre PME, visando, por um lado, efeitos sinérgicos com redução de custo e partilha de conhecimento e, por outro, dotar as empresas massa crítica e da dimensão necessárias para que possam competir externamente e integrar cadeias globais de produção.

b) Valorizar e elevar a qualificação dos recursos humanos, com especial incidência em três domínios: ensino, formação profissional e atracção de talentos:

- Aumentar a qualidade do ensino existente, investindo, especialmente ao nível do primário e do secundário e apostar em construir e consolidar "marcas" de excelência no ensino superior (licenciatura e pós-graduação), em áreas em que o país possa constituir uma referência a nível global, com isso atraindo um maior número de estudantes com elevado potencial vindos do estrangeiro;
- Reforçar as acções de formação em contexto laboral ("formação-acção"), como modo de conjugar as mudanças necessárias no funcionamento das empresas com as novas competências requeridas, assegurando que as mesmas caminham a par e produzem resultados visíveis e sustentáveis nomeadamente adoptando acções de reskilling (ensino de novas competências para novas funções dentro da empresa);
- Criar as condições necessárias para reduzir o número de pessoas em idade activa subutilizadas, possibilitando que as mesmas possam exercer na plenitude uma actividade profissional;
- Promover campanhas e enviar incentivos visando atrair pessoas não residentes com elevadas competências para escolherem Portugal para viver, investir ou trabalhar;
- Promover a valorização de profissões hoje tidas como menos qualificantes, quer em termos de reconhecimento social, quer por assentarem em baixos salários (caso, de grande parte, das funções de atendimento).

c) Apostar numa política de cidade, orientada para o seu reforço e desenvolvimento, com especial incidência na criação de uma rede de "cidades médias" em regiões em perda de população:

- Estruturar políticas de planeamento e desenvolvimento urbano com um carácter integrado, relevando a importância da oferta de bens e serviços, a sua integração no

espaço urbano e a respectiva *governance* público-privada, adoptando uma filosofia de "urbanismo comercial";

- Promover políticas de habitação que garantam o acesso à mesma de famílias com menores rendimentos (nomeadamente população imigrante) e que possam constituir um factor competitivo na atracção de residents, confrontados com soluções ou localizações alternativas (em particular na escolha entre as áreas metropolitanas e o resto do país ou mesmo na opção emigração);
- Fomentar a construção de habitação ajustada a grupos com perfis e necessidade específicas, nomeadamente, estudantes e pessoas idosas;
- Garantir o acesso a bens e serviços de qualidade em condições de mobilidade (transporte acessível) e de tempo (proximidade), melhorando a satisfação e qualidade de vida dos residentes;
- Promover políticas de atracção de investimento empresarial em cidades localizadas em regiões demograficamente deprimidas.

d) Desenvolver uma política integrada de mobilidade de pessoas, bens e serviços ao nível do território nacional e no interior dos espaços urbanos de média e grande dimensão:

- Recuperar os acumulados atrasos na concretização dos planos ferroviários em curso, essenciais, sobretudo, na mobilidade de pessoas entre as pequenas e médias cidades e as duas grandes áreas metropolitanas do país e reforçar as ligações intermunicipais ao nível destas duas áreas urbanas;
- Desenvolver uma política de reforço das infraestruturas logísticas de distribuição e transporte de mercadorias (a nível de plataformas macro e de pequenos centros de distribuição de proximidade), incentivando a transição para meios de transporte menos poluentes e com uma maior capacidade de circulação no interior dos centros urbanos;
- Garantir transporte domiciliário às pessoas com mobilidade reduzida ou que não disponham de transporte regular acessível, a um custo compatível com os seus rendimentos;
- Assumir como prioridade política acelerar as obras de requalificação do actual aeroporto da capital e a construção do novo Aeroporto, já aprovada, que deverá vir a constituir um «hub» nas ligações transatlânticas, potenciando a nossa localização geográfica.

e) Regulação da política da imigração e uma maior celeridade na entrada e na regularização dos imigrantes:

- Selecção da população imigrante com base nas necessidades da economia (com indicadores quantitativos por sector a serem elaborados com as associações empresariais) e a ser feita, desejavelmente, no país de origem, onde a formação destes novos trabalhadores, também, deverá ter lugar, sempre que possível;
- Reforçar as vias rápidas de contratação em sectores com especiais carências de trabalhadores, nomeadamente, dotando os Consulados de uma melhor capacidade de resposta;
- Garantir uma maior articulação entre o poder autárquico e as empresas, de forma a ajustar as necessidades de mão-de-obra a nível local, assegurando, à partida, que existem condições para uma integração bem-sucedida dos imigrantes (nomeadamente em termos habitacionais);
- Implementar, a nível nacional e local, programas, de integração profissional, linguística e social dos imigrantes, combatendo a sua «guetização» e marginalização.

A finalizar,

Esta síntese final não constitui um Programa de Acção, nem fazê-lo está no âmbito de actuação deste Observatório. Mas ela incorpora um conjunto de orientações em domínios que, cremos, deverem ser de intervenção prioritária, quer na elaboração de uma estratégia para o país, quer na sua concretização através de acções concretas. As áreas que identificámos neste trabalho visam responder a um problema estrutural com que estamos confrontados: o da demografia. Mas elas reflectem, igualmente, debilidades nacionais que são hoje notórias no confronto com a média europeia e que tenderão a agravar-se, com o previsto cenário de uma quebra demográfica ao longo deste século, dado que no futuro, e ao contrário do que vem sucedendo na actualidade, não vamos poder travá-lo por inteiro com a imigração.

Se queremos ter uma economia a crescer de forma robusta e sustentável, convergindo, a um ritmo mais acelerado, para a média europeia, temos de saber para onde queremos ir, com que estratégia e com que prioridades. Um caminho em que devemos contar com as nossas próprias capacidades e potenciá-las, inovando e assumindo um projecto de mudança, seja no funcionamento e nas funções do Estado (uma reforma quase sempre adiada), seja no modelo económico e na capacitação das nossas empresas.

Este Relatório referenciou um conjunto de **áreas estratégicas**, em que consideramos ser prioritário investir, com a noção de que às mesmas não está a ser atribuída a atenção e o impulso que merecem com consequências negativas para a competitividade do país. Num contexto em que o nosso país está demasiado dependente dos fundos comunitários e das prioridades fixadas por Bruxelas impõe-se rever a escassa margem de flexibilidade que nos é concedida, numa U.E. multifacetada e com países em fases diferentes de desenvolvimento sendo fundamental que esta não deixe cair o objectivo do reforço da coesão no espaço europeu, agravando as assimetrias existentes. Teremos certamente que ser capazes de aumentar as políticas com financiamento apenas nacional, o que deverá tornar-se inevitável dada a previsão de queda da posição do país no financiamento comunitário de políticas estruturais.

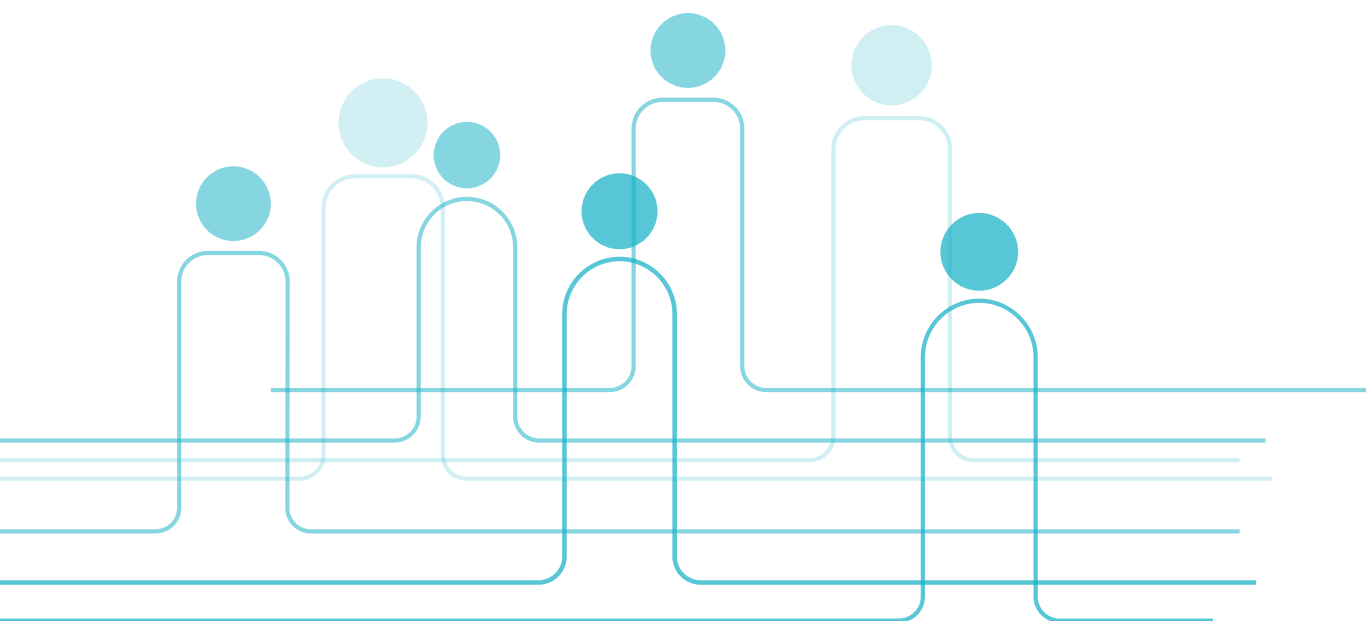
É, por isso, fundamental que o referido documento de orientação estratégica possa partir de um rigoroso diagnóstico da nossa realidade presente (no que ela tem de melhor e de pior) e que, a partir daí, se identifiquem os desafios e as necessidades que o país enfrenta. Ou seja, ele não poderá ter como único objectivo justificar e reforçar a nossa capacidade de aplicação das verbas dos fundos europeus. É certo que não abordámos de forma sistematizada, as implicações destas mudanças sobre as funções e o papel do Estado, seja nas políticas públicas orientadas para o social, seja no plano interno, com uma reforma do Estado até agora quase sempre adiada (que dificilmente não terá um preço acrescido a pagar no futuro). A excepção foi para a referencia feita ao sistema de segurança social, em que a previsão de uma alteração entre o número de contribuintes e beneficiários, não deixará de impôr alterações no sistema, de modo a assegurar que os reformados não venham a sofrer quedas expressivas de rendimentos e de qualidade de vida.

A visão estratégica que considerou necessária implica que se olhe para o país com um **horizonte de médio/longo prazo**, ultrapassando uma actuação das políticas públicas demasiado prisioneira da gestão da conjuntura e de um modelo de afectação de recursos assente no "fazer mais do mesmo". Inovar implica, desde logo, mudar comportamentos e paradigmas conceptuais, ou seja, **fazer diferente**. Isto passa - sem ignorar ou desvalorizar os casos de sucesso que já hoje existem - por adoptar um **desígnio de mudança e transformação do país**, congregando as forças políticas, sociais e económicas necessárias para levar a cabo um Programa de Acção que não deve ser interrompido ou revisto ao sabor dos ciclos políticos eleitorais.

Queremos com este trabalho contribuir, como dissemos, para ampliar o debate de ideias centrando-o em torno de uma ambição: **fazer um Portugal melhor, com uma economia mais dinâmica e competitiva** e capaz de enfrentar os novos desafios que lhe estão colocados com uma estratégia vencedora, que lhe permita concretizar a ambição de subir na posição relativa que ocupa ao nível dos países mais desenvolvidos do planeta.

CONCEITOS

- (1) **Saldo natural:** diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos num dado período de tempo.
- (2) **Saldo migratório:** diferença entre o número de entradas e saídas por mi graça, num determinado período de tempo.
- (3) **Idade mediana:** idade que divide a população em dois grupos numericamente equivalentes.
- (4) **Taxa bruta de natalidade:** número de nascimento por 1000 habitantes.
- (5) **Índice sintético de fecundidade:** número médio de filhos por mulher em idade fértil (15 aos 49 anos).
- (6) **Índice de envelhecimento:** compara a população com ≥ 65 anos e a população dos 0 aos 14 anos (fazendo desta última o índice 100)
- (7) **Índice de renovação da população em idade activa:** compara a população com idades entre os 55 e 64 anos (tomadas com índice 100), com a que tem entre 20 e 29 anos.
- (8) **Índice de sustentabilidade:** quociente entre o número de pessoas em idade activa e as pessoas com 65 anos ou mais



PRINCIPAL DOCUMENTAÇÃO UTILIZADA:

- "World Population – Prospects 2024", United Nations
- "The Impact of Demographic Change in Changing Unvironement" (2023), Comissão Europeia (CE)
- "Anual Report on Migration and Asylum 2023" (2024), Eurostat e European Migration Network
- "International Migration Outlook 2025", OCDE
- "A New Future of Work: The race to deploy AI and raise skills in Europe and Beyond", Mckinsey Global Institute (2024)
- "The Future of Jobs Report 2025", The World Economic Forum
- "Automação e Inteligência Artificial no Mercado de Trabalho Português – desafios e oportunidades", Fundação Manuel dos Santos (Coordenação: Rui Baptista) (2025)
- "Local Retail, Global Trends", OCDE (2026)
- "Imigração em Números – Relatório Estatístico 2023", Observatório das Migrações (autora: Catarina Reis de Oliveira)
- "Dinâmicas de Transformação das Actividades Económicas em Portugal no Período 2011-2021", IGOT para CCP/Observatório "Serviços, Competitividade Urbana e Coesão Territorial" (coordenação: Eduarda Marques da Costa) (2023)
- "Dívida Externa de Portugal: Diagnóstico e o Contributo de uma Política Pública Estruturante", CCP – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, (autores: Ricardo Cabral, João Alcobia e Carolina Saraiva) (2025)
- "Migrações e Sustentabilidade Demográfica", Fundação Manuel dos Santos/Observatório da Emigração (organizadores: João Peixoto, Daniela Craveiro, Jorge Malheiros e Isabel Tiago de Oliveira) (2017)

- "Projeções da População Residente 2018–2080", INE (2018)
- "Projeções da População Residente 2025–2100", INE (2025)
- "Melhor Cidade com Melhor Comércio e Serviços", CCP/Observatório "Serviços, Competitividade Urbana e Coesão Territorial" (2024)
- "Phygitalization: The New Frontier of Neighborhood Retail in the Omnichannel Era" (autor: Herculano Cachinho) (2026)
- "Cidades Amigas da Longevidade – Comércio e Serviços para Comunidades Sustentáveis", CCP/Observatório (2023)
- "Caderno Técnico – Logística Urbana", Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT), com Coordenação de Rui Velasco Martins (3ª edição 2025)
- "Atlas da Emigração Portuguesa 2023", Observatório das Migrações (autores: Rui Pena Pires, Inês Vidigal, Cláudia Pereira, Joana Azevedo e Carlota Moura Veiga)
- "Emigration From Portugal: Old Wine in New Bottles", Migration Policy Institute (autor: David Justino) (2016)
- "Estatísticas Demográficas 2023", INE
- "Estatísticas Anuais da População Residente, INE (2024)
- "Estatísticas Anuais de Imigração", INE (2024)
- "Estatísticas sobre Demografia", recolha, tratamento e análise "Observatório "Serviços, Competitividade Urbana e Coesão Territorial" (2025)
- "Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2026 que aprova a "Agenda Nacional de Inteligência Artificial" (ANIA)

ANEXOS

- 1.** Selecção de indicadores estatísticos
- 2.** As tendências demográficas numa região de baixa densidade: o Alentejo (texto da CCDR-Alentejo)
- 3.** Os números de um município em crescimento demográfico: o Concelho da Maia (texto da Câmara Municipal da Maia)
- 4.** Casos de boas práticas locais (textos das respectivas Câmaras Municipais):
 - > Porto
 - > Fundão
 - > Mafra
- 5.** O papel das instituições de ensino no desenvolvimento de regiões de baixa densidade:
 - > O exemplo da Beira Interior e da Universidade da Beira Interior (texto de João Leitão, Vice-Reitor da UBI)
- 6.** As mudanças estruturais decorrentes da dinâmica dos fluxos de imigração: dois contributos de Manuela Almeida, investigadora do tema imigração
- 7.** Medidas de política no domínio da habitação acessível: propostas da Associação Portuguesa dos Comerciantes de Materiais de Construção (APCMC)
- 8.** Planeamento e Financiamento de Iniciativas de Mobilidade a Nível Regional e Local – uma política de mobilidade para reforçar a coesão territorial do país. Apresentação pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT) em reunião do G.T. do Observatório (Alexandra Nicolau e Carla Oliveira) – Direcção de Serviços de Estudos, Avaliação e Prospectiva).

INDICADORES ESTATÍSTICOS

A Geopolítica E A Demografia (Em 2024)

Com uma população mundial de 8 000 milhões de pessoas, o **"bloco ocidental"** representa cerca de 15% da população do planeta.

O que compara com os 6 países mais populosos fora deste bloco que representam 48%:

	(em milhões)
U.E.	450
E.U.A.	350
JAPÃO	125
REINO UNIDO	70
COREIA DO SUL	50
CANADÁ	40
AUSTRÁLIA E NOVA ZELÂNDIA	30
TOTAL	1.115

Fonte: ONU

	(em milhões)
ÍNDIA	1.445
CHINA	1.420
BRASIL	212
INDONÉSIA	282
NIGÉRIA	230
PAQUISTÃO	249
TOTAL	3.838 (48% da pop. mundial)

Fonte: ONU

Contudo, em termos de Produção Económica (PIB) a situação, ainda é bem diferente ...

Com o PIB mundial estimado em 102 trilhões de dólares (2023), temos:

1. Países do "bloco ocidental":

	(em milhões)
E.U.A.	28.781
U.E.	18.080
JAPÃO	4.110
REINO UNIDO	3.495
CANADÁ	2.242
AUSTRÁLIA	1.790
COREIA DO SUL	1.760
NOVA ZELÂNDIA	243
TOTAL	60.501 (59% do PIB mundial)

Fonte: FMI

2. Países mais populosos fora do "bloco ocidental":

	(em milhões)
CHINA	18.533
ÍNDIA	3.937
BRASIL	2.331
INDONÉSIA	1.476
NIGÉRIA	504
PAQUISTÃO	376
TOTAL	27.157 (27% do PIB mundial)

Fonte: FMI

Evolução da população dos países da U.E. (entre 2013 e 2023)

(% do total da população, 1 Janeiro 2013-2023)



Fonte: EUROSTAT, [Key Figures on Europe – 2024 edition](#)

O envelhecimento da Europa

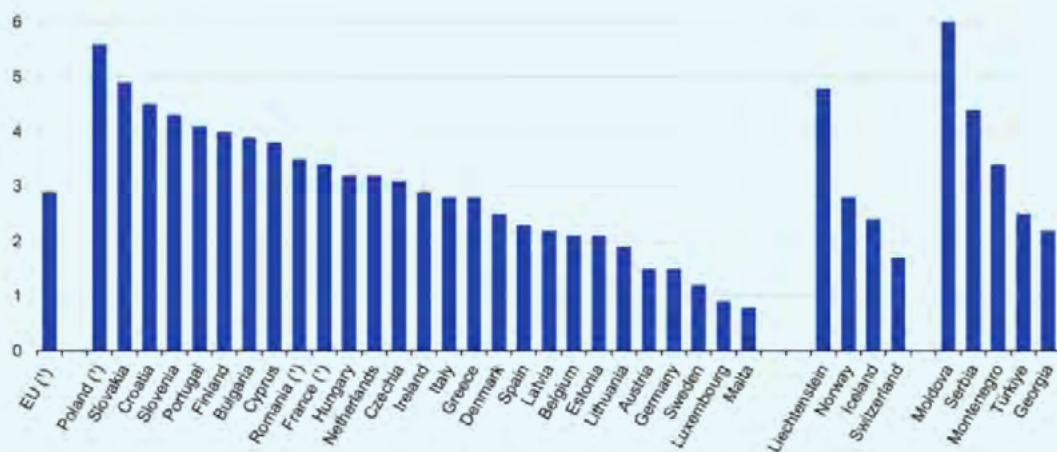
	população ≥65 anos	taxa de fertilidade
U.E (27)	20.8	1.5
China	14	1.2
Índia	7	2.0
E.U.A.	18	1.7
Mundo	10	2.3

Fonte: ONU, World Population Prospects (2022)

Em 2070, a previsão do Relatório da C.E. de 2020, aponta para que a população com mais de 65 anos se situe em 30.3% (mais 10 p.p. do que actualmente).

Aumento da proporção da população dos países europeus com 65 anos ou mais (entre 2014 e 2024)

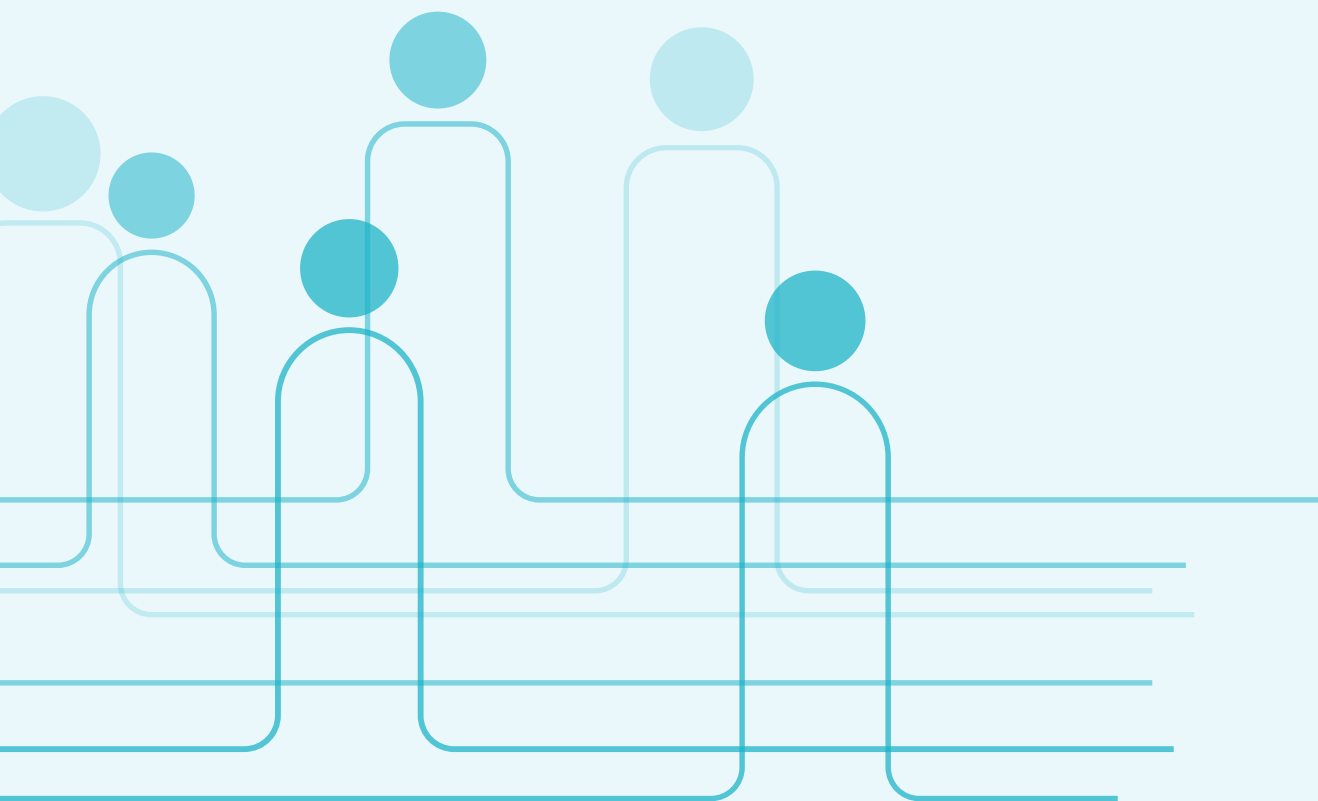
Evolução em %



(*) 2024 provisional/estimated.

Source: Eurostat (online data code: demo_pjanind)

eurostat




Imigração permanente nos países da OCDE (20215-2024)

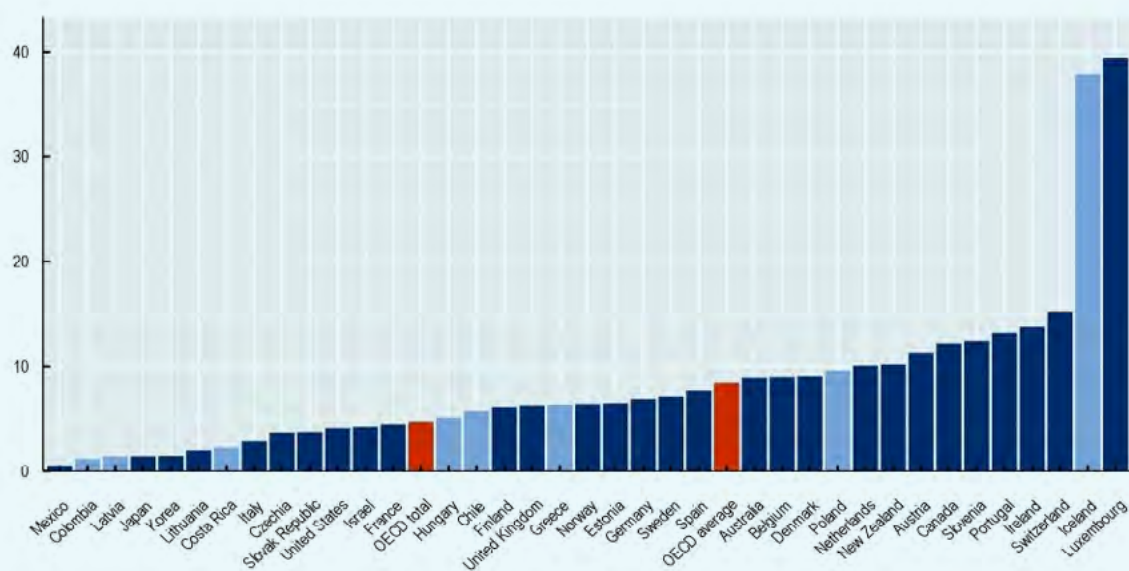
	2015	2017	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2024/23 change	2024/19 change
	Thousands								%	
Standardised statistics										
United States	1 051.0	1 103.7	1 031.0	581.5	835.4	1 048.7	1 190.2	1 425.1	+19.7%	+38.2%
Germany	708.1	883.1	643.3	521.1	533.1	669.0	664.3	586.2	-11.8%	-8.9%
Canada	275.8	286.5	341.2	184.5	406.0	437.6	471.7	483.6	+2.5%	+41.7%
United Kingdom	366.5	317.7	356.1	199.9	369.2	488.0	743.1	435.7	-41.4%	+22.4%
Spain	269.6	213.5	244.6	178.6	261.4	323.2	374.9	368.0	-1.8%	+50.4%
France	268.1	265.8	284.5	228.0	276.6	305.9	306.2	298.1	-2.6%	+4.8%
Australia	227.9	220.5	195.6	158.9	170.4	170.9	238.7	239.3	+0.3%	+22.3%
Netherlands	128.0	149.8	165.7	134.2	172.4	205.9	195.9	183.4	-6.4%	+10.7%
Japan	83.5	100.9	137.6	83.6	56.8	144.5	163.1	177.1	+8.6%	+28.7%
Italy	218.6	215.4	167.1	112.0	204.4	235.4	201.6	168.9	-16.2%	+1.1%
Portugal	33.6	51.3	106.7	84.7	93.7	121.0	140.3	137.6	-1.9%	+29.0%
Switzerland	112.7	103.5	106.5	102.3	109.1	130.0	144.5	135.6	-6.2%	+27.3%
Belgium	103.5	93.8	95.0	78.8	95.0	102.9	106.1	106.2	+0.1%	+11.8%
Austria	105.6	102.0	84.4	65.6	76.5	93.3	105.4	102.6	-2.7%	+21.6%
Korea	65.6	71.1	72.5	53.0	48.2	57.8	87.1	75.6	-13.2%	+4.3%
Sweden	120.8	133.0	99.3	80.9	75.9	89.8	87.1	75.6	-13.2%	-23.9%
Mexico	34.4	32.6	40.5	58.4	67.7	75.6	69.9	72.5	+3.7%	+79.0%
Ireland	36.2	41.0	48.6	42.7	38.4	66.9	65.6	71.9	+9.6%	+47.9%
Denmark	60.7	49.6	45.8	37.8	48.9	62.9	57.4	54.4	-5.2%	+18.8%
New Zealand	54.3	46.9	38.1	35.7	35.4	154.3	119.4	53.0	-55.6%	+39.1%
Czechia	27.8	40.2	62.3	55.6	63.9	45.6	37.5	40.2	+7.2%	-35.5%
Israel	27.9	26.4	33.2	19.7	25.5	74.7	46.0	39.7	-13.7%	+19.6%
Norway	61.1	55.0	46.1	32.8	38.1	42.5	41.7	35.7	-14.4%	-22.6%
Finland	24.9	26.2	28.1	24.2	30.8	40.4	42.8	34.7	-18.9%	+23.5%
Luxembourg	20.8	23.0	24.5	20.1	24.3	27.2	27.4	26.4	-3.6%	+7.8%
Slovenia	12.2	20.9	35.9	22.9	30.0	33.2	31.3	26.4	-15.7%	-26.5%
Slovak Republic	9.3	13.2	26.8	17.1	26.8	24.3	24.3	20.9	-14.0%	-22.0%
Estonia	5.5	8.2	10.4	9.1	11.8	14.2	12.5	8.9	-28.8%	-14.4%
Lithuania	2.5	2.7	2.9	2.8	5.9	10.7	7.0	5.7	-18.6%	+96.6%
All countries	4 516.5	4 697.5	4 574.3	3 226.5	4 231.6	5 296.4	5 803.0	5 489.0	-5.4%	+20.0%
EU + EFTA countries	2 329.6	2 491.2	2 328.5	1 851.3	2 217.0	2 644.3	2 673.8	2 487.4	-7.0%	+6.8%
National statistics (unstandardised)										
Poland	86.1	128.0	163.2	163.5	224.2	335.3	374.1	373.3	-0.2%	+128.7%
Chile	101.9	207.2	254.1	154.6	76.5	198.4	70.5	112.2	+59.1%	-55.8%
Greece	34.0	80.5	95.4	63.4	28.7	64.1	71.7	64.7	-9.8%	-32.2%
Colombia	..	104.5	225.8	74.8	40.7	108.1	49.9	61.8	+23.8%	-72.6%
Hungary	25.8	36.5	55.3	43.8	49.1	55.5	61.3	49.3	-19.6%	-10.8%
Iceland	5.6	12.5	10.7	8.9	10.0	17.0	16.6	14.8	-10.8%	+38.3%
Costa Rica	15.7	8.6	7.8	..	9.1	11.2	10.2	11.6	+13.7%	+48.7%
Latvia	4.5	5.1	6.6	4.6	5.9	7.3	2.7	2.7	+0.0%	-59.1%
Total	273.6	582.9	818.9	513.6	444.2	796.9	657.0	690.4	+5.1%	-15.7%

Note: Includes only foreign nationals. Data refer to the fiscal year ending in the year of reference for Australia (Jul-Jun) and Ireland (Apr-Mar). The inflows include status changes, namely persons in the country on a temporary status who obtained the right to stay on a longer-term basis, and migration within free circulation areas. Series for some countries have been significantly revised. EU-EFTA totals cover countries stated in the table, excluding the United Kingdom. Partial data and metadata for Türkiye can be found in the Statistical Annex.

Source: OECD (2025), *Standardised inflows of permanent-type migrants* (dataset), <https://data-explorer.oecd.org/s/31n>.

StatLink  <https://stat.link/zas02u>

Percentagem dos imigrantes permanentes na população total dos países da OCDE (2024)



Note: Light blue columns are unstandardised data. "OECD average" refers to the unweighted (simple) average of the ratios (per thousand population) across all OECD countries shown in the graph.

Source: OECD (2025), *Standardised inflows of permanent-type migrants (dataset)*, <https://data-explorer.oecd.org/s/31n>.

População e indicadores demográficos, Portugal 2015-2024

Quadro 1. População e indicadores demográficos, Portugal 2015-2024

		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
População total, em 31.XII ¹	(N.º)	10 368 554	10 344 478	10 335 770	10 333 496	10 375 395	10 394 297	10 421 117	10 516 621	10 639 726	10 749 635
	Homens	4 919 465	4 907 936	4 902 631	4 898 614	4 926 990	4 942 871	4 967 262	5 020 648	5 083 568	5 140 276
	Mulheres	5 449 089	5 436 542	5 433 139	5 434 882	5 448 405	5 451 426	5 453 855	5 495 973	5 556 158	5 609 359
	População 0-14 anos	1 467 263	1 446 824	1 425 820	1 406 939	1 392 316	1 374 057	1 357 823	1 361 472	1 363 768	1 359 489
	População 15-64 anos	6 736 280	6 691 202	6 657 888	6 630 739	6 624 597	6 607 987	6 601 650	6 644 245	6 711 383	6 774 802
	População 65+ anos	2 165 011	2 206 452	2 252 062	2 295 818	2 358 482	2 412 253	2 461 644	2 510 904	2 564 575	2 615 344
	População 85+ anos	298 622	310 077	322 329	332 277	343 512	352 726	362 327	368 507	379 366	388 556
População média	(N.º)	10 381 838	10 356 516	10 340 124	10 334 633	10 354 446	10 384 846	10 407 707	10 468 869	10 578 174	10 694 681
Saldo natural ²	(N.º)	- 23 039	- 23 447	- 23 604	- 26 031	- 25 264	- 38 866	- 45 220	- 40 640	- 32 596	- 33 732
	Nados-vivos, de mães residentes em Portugal	85 500	87 126	86 154	87 020	86 579	84 530	79 582	83 671	85 699	84 642
	Óbitos, de residentes em Portugal	108 539	110 573	109 758	113 051	111 843	123 396	124 841	124 361	118 295	118 374
Saldo migratório	(N.º)	- 3 528	- 629	14 896	23 757	67 163	57 768	72 040	136 144	155 701	143 641
	Imigrantes permanentes	36 849	37 644	46 649	55 357	95 382	83 654	97 119	167 098	189 367	177 557
	Emigrantes permanentes	40 377	38 273	31 753	31 600	28 219	25 886	25 079	30 954	33 666	33 916
Variação populacional	(N.º)	- 26 567	- 24 076	- 8 708	- 2 274	41 899	18 902	26 820	95 504	123 105	109 909
Taxa bruta de natalidade	(‰)	8,2	8,4	8,3	8,4	8,4	8,1	7,6	8,0	8,1	7,9
Taxa bruta de mortalidade	(‰)	10,5	10,7	10,6	10,9	10,8	11,9	12,0	11,9	11,2	11,1
Taxa de crescimento natural	(%)	-0,22	-0,23	-0,23	-0,25	-0,24	-0,37	-0,43	-0,39	-0,31	-0,32
Taxa de crescimento migratório	(%)	-0,03	-0,01	0,14	0,23	0,65	0,56	0,69	1,30	1,47	1,34
Taxa de crescimento efetivo	(%)	-0,26	-0,23	-0,08	-0,02	0,40	0,18	0,26	0,91	1,16	1,03
Índice de dependência total	(N.º)	53,9	54,6	55,2	55,8	56,6	57,3	57,9	58,3	58,5	58,7
Índice de dependência de jovens	(N.º)	21,8	21,6	21,4	21,2	21,0	20,8	20,6	20,5	20,3	20,1
Índice de dependência de idosos	(N.º)	32,1	33,0	33,8	34,6	35,6	36,5	37,3	37,8	38,2	38,6
Índice de envelhecimento	(N.º)	147,6	152,5	157,9	163,2	169,4	175,6	181,3	184,4	188,1	192,4
Índice de renovação da população em idade ativa	(N.º)	80,7	79,1	78,0	76,9	76,3	76,1	75,5	75,8	76,5	77,4
Índice de longevidade	(N.º)	49,4	49,0	48,7	48,6	48,6	48,7	48,7	48,7	49,1	49,5
Índice sintético de fecundidade	(N.º)	1,31	1,36	1,38	1,42	1,43	1,41	1,35	1,42	1,44	1,40
Idade média da mulher ao nascimento de um filho	(Anos)	30,9	31,1	31,2	31,4	31,4	31,6	31,8	31,7	31,6	31,7
Idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho	(Anos)	29,5	29,6	29,6	29,8	29,9	30,2	30,4	30,3	30,2	30,3
Idade mediana da população residente	(Anos)	44,1	44,5	45,0	45,4	45,9	46,3	46,7	46,9	47,1	47,3
	Homens	42,5	42,9	43,3	43,8	44,3	44,7	45,1	45,3	45,4	45,5
	Mulheres	45,6	46,1	46,5	46,9	47,4	47,8	48,2	48,4	48,6	48,9
Emigrantes temporários	(N.º)	60 826	58 878	49 298	50 154	48 821	42 323	40 904	40 763	47 760	46 185

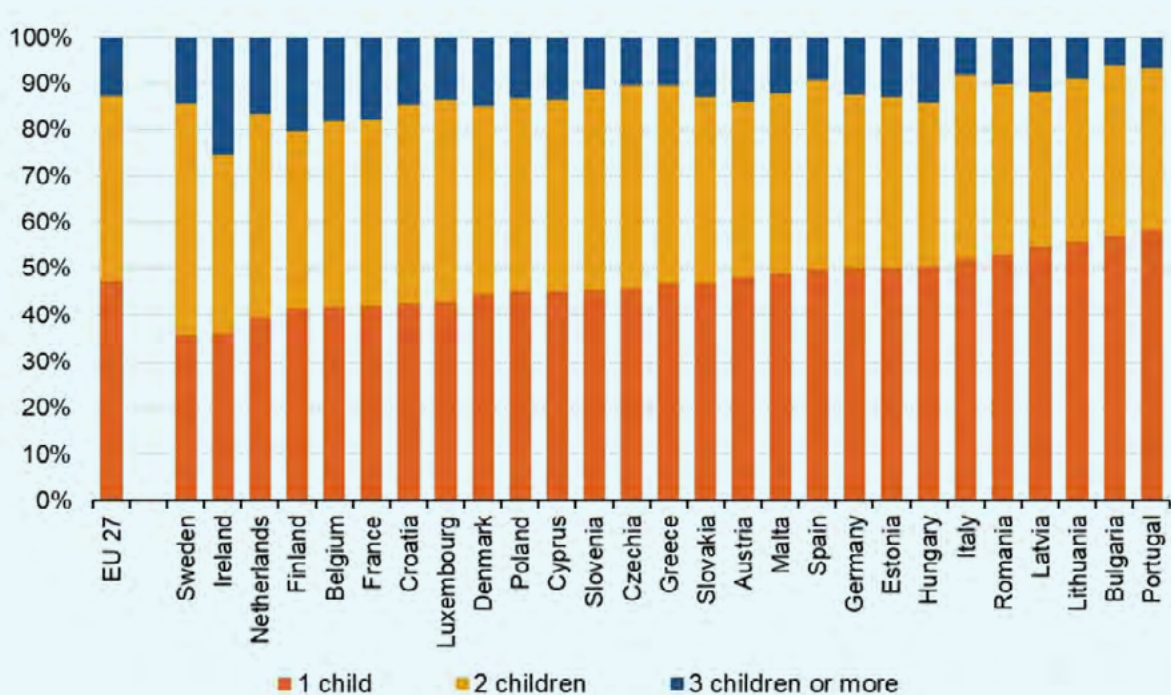
¹ 2015-2020, Estimativas Definitivas de População Residente - estimativas intercensitárias revistas (revisão regular geral) tendo por referência os resultados dos Censos 2011 e 2021. A partir de 2021, Estimativas Provisórias de População Residente -

Taxa de Fertilidade em Portugal

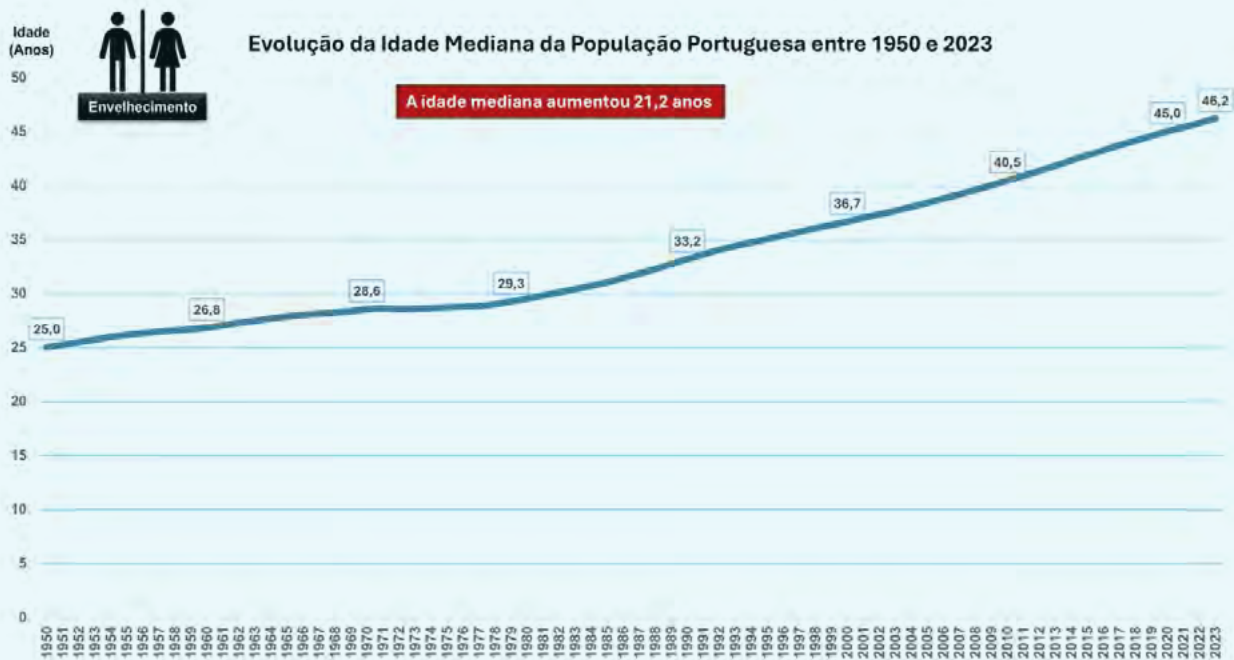
1960	3.16
1970	3.01
1980	2.25
1990	1.56
2000	1.55
2010	1.39
2016	1.36
2018	1.42

Fonte: Eurostat

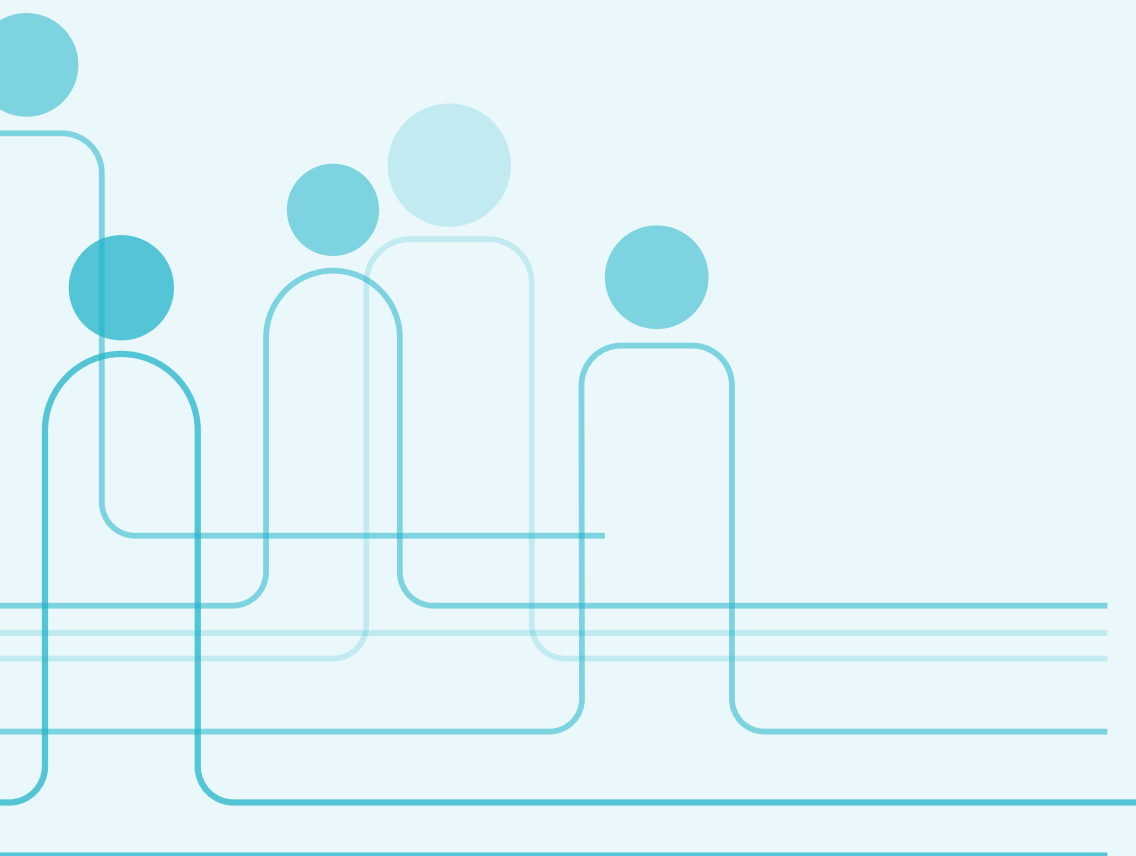
Agregado familiar por número de filhos nos países da U.E.



Fonte: Eurostat



António Manzoni, com base em Nações Unidas

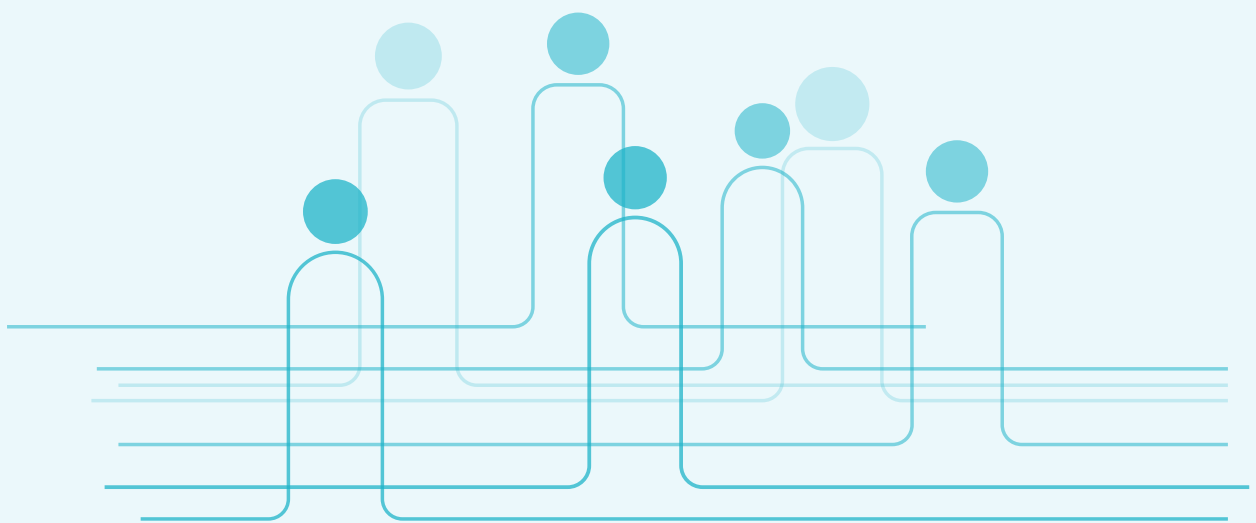


Síntese dos principais resultados, Portugal e NUTS II, 2024 (estimativas) e 2100 (projeções)

Portugal e NUTS II	Cenários de projeção	População total		População 0-14 anos		População 15-64 anos		População 65 e mais anos		Índice de envelhecimento		Índice de dependência de jovens		Índice de dependência de idosos	
		2024	2100	2024	2100	2024	2100	2024	2100	2024	2100	2024	2100	2024	2100
N.º															
Portugal	Baixo		5 432 958		537 928		2 637 347		2 257 683		419,7		20,4		85,6
	Central		8 325 674		982 399		4 235 769		3 107 506		316,3		23,2		73,4
	Alto	10 749 635	11 567 332	1 359 489	1 444 471	6 774 802	5 971 663	2 615 344	4 151 198	192,4	287,4	20,1	24,2	38,6	69,5
	Sem Migrações		5 993 015		636 725		2 936 088		2 420 202		380,1		21,7		82,4
Norte	Baixo		1 103 122		79 938		436 428		586 756		734,0		18,3		134,5
	Central		1 958 542		184 063		900 896		873 583		474,6		20,4		97,0
	Alto	3 692 842	2 970 779	437 245	320 635	2 359 390	1 447 445	896 207	1 202 699	205,0	375,1	18,5	22,2	38,0	83,1
	Sem Migrações		1 705 923		143 898		778 131		783 894		544,8		18,5		100,7
Centro	Baixo		771 783		67 484		365 117		339 182		502,6		18,5		92,9
	Central		1 204 903		128 207		605 584		471 112		367,5		21,2		77,8
	Alto	1 717 560	1 718 395	195 166	200 554	1 041 732	881 876	480 662	635 965	246,3	317,1	18,7	22,7	46,1	72,1
	Sem Migrações		812 325		76 147		386 968		349 210		458,6		19,7		90,2
Oeste e Vale do Tejo	Baixo		453 560		43 095		224 767		185 698		430,9		19,2		82,6
	Central		666 403		76 686		343 321		246 396		321,3		22,3		71,8
	Alto	865 315	910 849	107 177	112 035	535 936	473 071	222 202	325 743	207,3	290,8	20,0	23,7	41,5	68,9
	Sem Migrações		473 508		49 732		234 892		188 884		379,8		21,2		80,4
Grande Lisboa	Baixo		1 664 016		191 951		869 148		602 917		314,1		22,1		69,4
	Central		2 428 424		325 046		1 290 616		812 762		250,0		25,2		63,0
	Alto	2 156 612	3 258 411	309 821	452 265	1 373 075	1 737 583	473 716	1 068 563	152,9	236,3	22,6	26,0	34,5	61,5
	Sem Migrações		1 537 100		191 430		783 191		562 479		293,8		24,4		71,8
Península de Setúbal	Baixo		598 800		70 023		314 149		214 628		306,5		22,3		68,3
	Central		875 767		121 043		470 657		284 067		234,7		25,7		60,4
	Alto	848 507	1 157 604	120 856	163 995	533 511	620 472	194 140	373 137	160,6	227,5	22,7	26,4	36,4	60,1
	Sem Migrações		630 348		82 458		330 883		217 007		263,2		24,9		65,6
Alentejo	Baixo		252 067		25 034		127 904		99 129		396,0		19,6		77,5
	Central		343 067		41 009		178 021		124 037		302,5		23,0		69,7
	Alto	474 894	439 845	57 638	54 821	286 465	227 120	130 791	157 904	226,9	288,0	20,1	24,1	45,7	69,5
	Sem Migrações		258 233		28 727		130 267		99 239		345,5		22,1		76,2
Algarve	Baixo		422 915		47 940		227 803		147 172		307,0		21,0		64,6
	Central		578 339		79 653		315 499		183 187		230,0		25,2		58,1
	Alto	492 747	735 948	66 836	103 384	306 876	397 737	119 035	234 827	178,1	227,1	21,8	26,0	38,8	59,0
	Sem Migrações		331 071		42 222		172 480		116 369		275,6		24,5		67,5
R. A. Açores	Baixo		75 347		5 453		30 004		39 890		731,5		18,2		132,9
	Central		146 971		14 915		71 702		60 354		404,7		20,8		84,2
	Alto	241 718	217 315	33 780	20 416	164 684	109 467	43 254	87 432	128,0	428,3	20,5	18,7	26,3	79,9
	Sem Migrações		122 831		10 965		59 472		52 394		477,8		18,4		88,1
R. A. Madeira	Baixo		91 348		7 010		42 027		42 311		603,6		16,7		100,7
	Central		123 258		11 777		59 473		52 008		441,6		19,8		87,4
	Alto	259 440	158 186	30 970	16 366	173 133	76 892	55 337	64 928	178,7	396,7	17,9	21,3	32,0	84,4
	Sem Migrações		121 676		11 146		59 804		50 726		455,1		18,6		84,8

Fonte: INE

AS TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS NUMA REGIÃO DE BAIXA DENSIDADE: **ALENTEJO**



“Região Alentejo”

1 de outubro de 2024

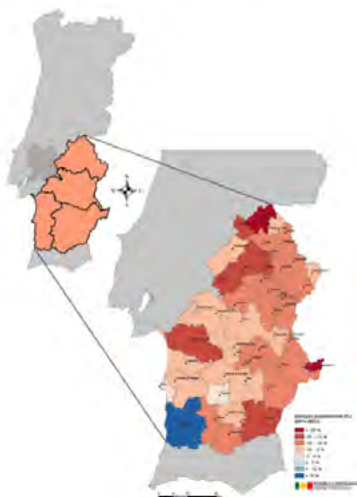
• Estrutura da Apresentação:

- População Censos 2011 e 2021
- População Estrangeira no Alentejo
- Considerações Finais

População Censos 2011 e 2021

Censos 2011 e 2021

Fonte: INE



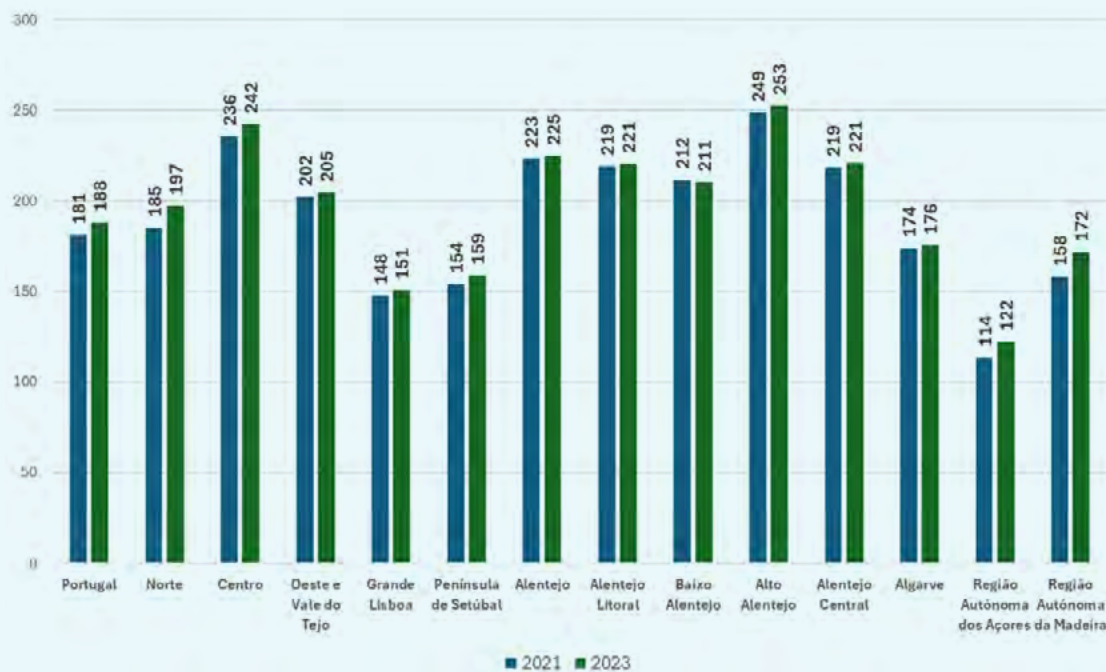
População residente 2021 vs. 2011 e variação populacional por NUTS II
Fonte: INE



População residente 2021 vs. 2011 e variação populacional por NUTS III
Fonte: INE

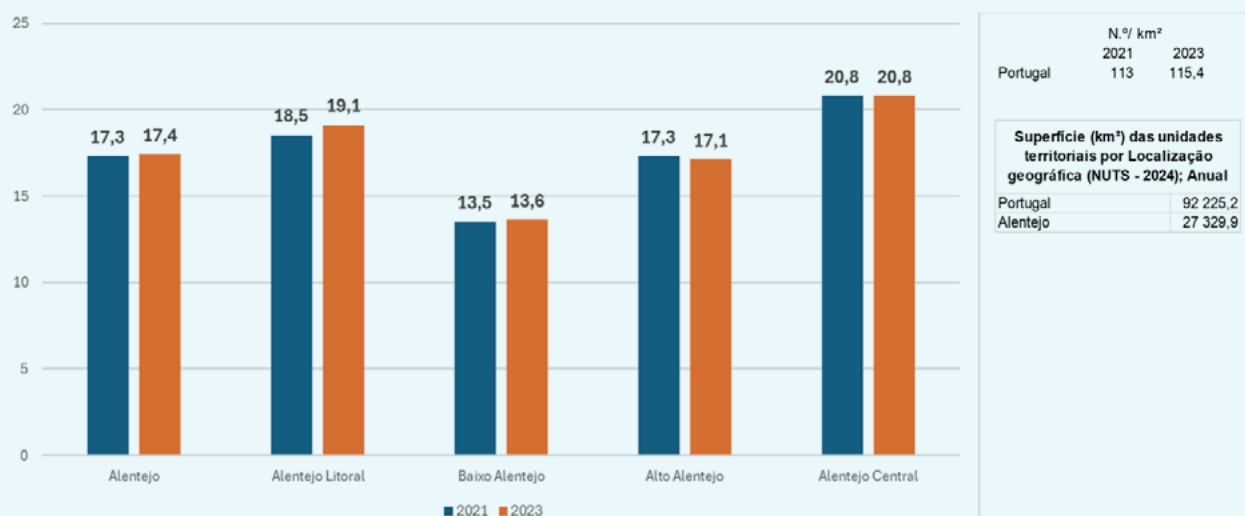


Índice de envelhecimento por local de residência (NUTS - 2024)



Fonte: INE

Densidade populacional (N°/Km²) por local de residência (NUTS - 2024)

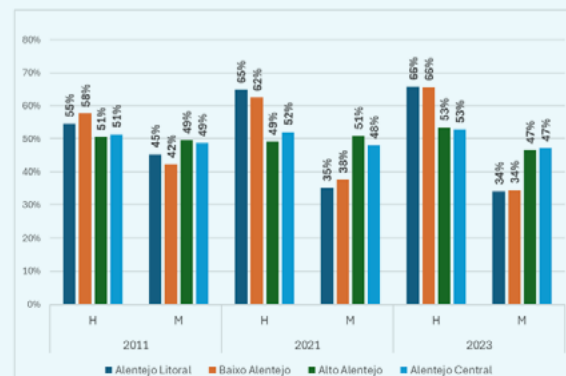
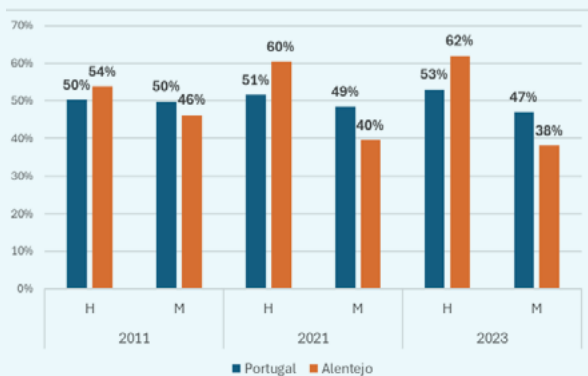


Fonte: INE

População Estrangeira no Alentejo

População estrangeira que solicitou estatuto de residente por sexo

	(N)								
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
	2011			2021			2023		
Portugal	434 708	218 170	216 538	698 536	359 727	338 809	1 044 238	553 801	490 437
Alentejo	17 342	9 327	8 015	27 426	16 580	10 846	37 808	23 423	14 385
Alentejo Litoral	6 386	3 487	2 899	14 622	9 482	5 140	19 370	12 751	6 619
Baixo Alentejo	3 804	2 194	1 610	5 026	3 135	1 891	7 136	4 681	2 455
Alto Alentejo	3 077	1 554	1 523	2 881	1 416	1 465	3 937	2 103	1 834
Alentejo Central	4 075	2 092	1 983	4 897	2 547	2 350	7 365	3 888	3 477



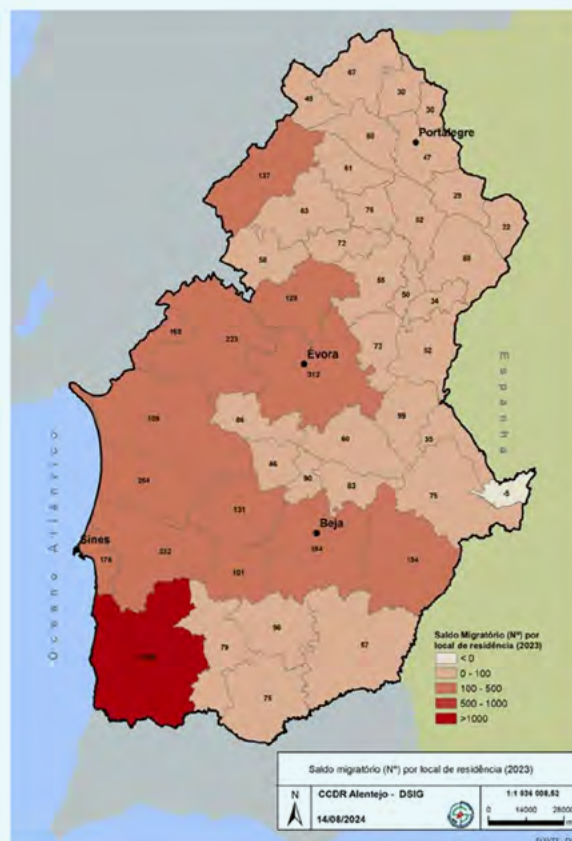
Fonte: INE

Os 3 concelhos do Alentejo que receberam mais e menos população estrangeira em 2011 e 2021

População estrangeira com estatuto legal de residente		Concelhos	TOTAL	União Europeia 27 (a partir de 2020)	Extra UE - 27 Estados-Membros (a partir de 2020)
2021	3 concelhos que receberam mais população estrangeira	Odemira	10 927	2311	8 616
		Évora	2 282	425	1 857
		Beja	1 808	277	1 531
	3 concelhos que receberam menos população estrangeira	Monforte	36	14	22
		Barrancos	18	11	7
		Gavião	18	4	14
2011	3 concelhos que receberam mais população estrangeira	Odemira	3 160	1847	1 313
		Évora	1 913	329	1 584
		Sines	1 269	350	919
	3 concelhos que receberam menos população estrangeira	Mourão	25	17	8
		Gavião	22	8	14
		Barrancos	8	7	1

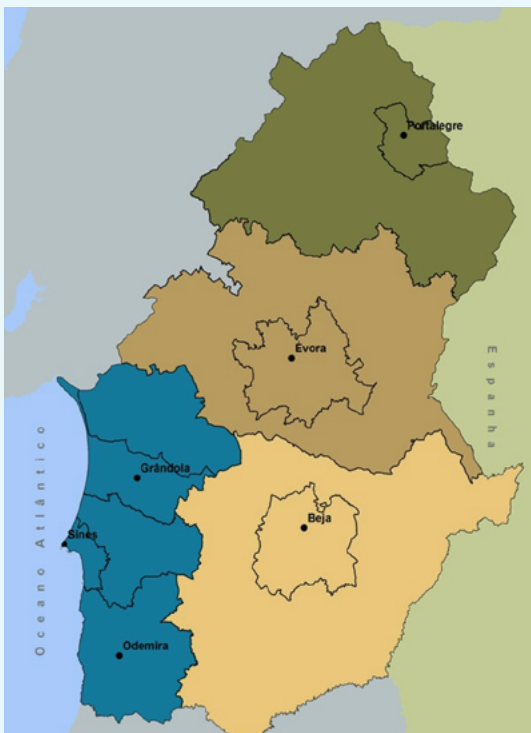
Saldo Migratório em 2023

Fonte: INE



Residentes estrangeiros por local de origem nos concelhos:

- Portalegre
- Évora
- Grândola
- Beja
- Odemira



População estrangeira com estatuto legal de residente (N.º)	2011			2021			2023		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Portalegre	598	300	298	619	300	319	1 057	580	477
Évora	1 913	971	942	2 282	1 147	1 135	3 684	1 878	1 806
Grândola	563	298	265	765	389	376	1 312	696	616
Beja	1 203	649	554	1 808	1 107	701	2 960	1 992	968
Odemira	3 160	1 732	1 428	10 927	7 505	3 422	13 843	9 577	4 266

Residentes estrangeiros em Portalegre por país de origem em 2021



Residentes Estrangeiros em Portalegre por País de Origem 2021 e 2011

Fonte: SEF

	2021			2011		
	%	49	51	%	51	49
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Alto Alentejo	2 881	1 416	1 465	3 077	1 554	1 523
Portalegre	619	300	319	598	300	298
Brasil	154	62	92	168	59	109
Bulgária	72	41	31	149	80	69
Cabo Verde	46	16	30	58	36	22
China	41	20	21	35	18	17
Reino Unido	41	19	22	24	11	13
Roménia	21	10	11	24	13	11
Angola	20	9	11	19	12	7
Espanha	20	11	9	16	10	6
Ucrânia	18	6	12	16	15	1
Índia	17	17	0	14	10	4
Alemanha	14	9	5	13	6	7
Países Baixos	13	7	6	7	2	5
Cuba	12	4	8	7	5	2
Itália	10	7	3	5	3	2
Estados Unidos da América	9	3	6	5	1	4
Guiné Bissau	9	2	7	5	1	4
Geórgia	7	6	1	4	3	1
Bélgica	6	2	4	3	1	2
França	6	2	4	3	2	1
Moldávia	6	3	3	3	2	1
Paquistão	6	6	0	3	1	2
São Tomé e Príncipe	6	4	2	2	1	1
Serra Leoa	6	2	4	2	2	0
Bielorrússia	5	4	1	2	2	0
Nigéria	5	5	0	2	0	2

Residentes estrangeiros em Évora por país de origem em 2021



Residentes Estrangeiros em Évora por País de Origem 2021 e 2011

Fonte: SEF

	%	52	48		%	51	49
2021	Total	Homens	Mulheres	2011	Total	Homens	Mulheres
Alentejo Central	4 897	2 547	2 350	Alentejo Central	4 075	2 092	1 983
Évora	2 282	1 147	1 135	Évora	1 913	971	942
Brasil	989	459	530	Brasil	781	340	441
China	128	70	58	Ucrânia	266	139	127
Ucrânia	118	53	65	Cabo Verde	125	58	67
Cabo Verde	111	62	49	China	115	65	50
Nepal	99	64	35	Roménia	70	36	34
Espanha	83	40	43	Espanha	69	49	20
Itália	79	43	36	Moldávia	63	42	21
Roménia	73	43	30	Alemanha	41	23	18
Angola	69	39	30	Holanda	35	24	11
Reino Unido	46	21	25	São Tomé e Príncipe	35	22	13
Alemanha	35	22	13	França	31	13	18
França	35	20	15	Angola	26	17	9
Países Baixos	35	16	19	Bulgária	24	9	15
Bulgária	33	11	22	Itália	22	17	5
Moçambique	29	13	16	Moçambique	21	9	12
Síria	26	14	12	Timor Leste	21	17	4
Marrocos	20	15	5	Rússia	18	7	11
Moldávia	19	12	7	Guiné Bissau	17	12	5
Bélgica	17	11	6	Reino Unido	13	7	6
São Tomé e Príncipe	17	7	10	Geórgia	11	10	1
Estados Unidos da América	15	6	9	Bélgica	9	3	6
Índia	15	10	5	Índia	7	6	1
Bangladesh	13	9	4	Polónia	6	1	5
Guiné Bissau	13	9	4	Venezuela	6	2	4
Equador	9	4	5	Áustria	5	2	3

Residentes estrangeiros em Grândola por país de origem em 2021

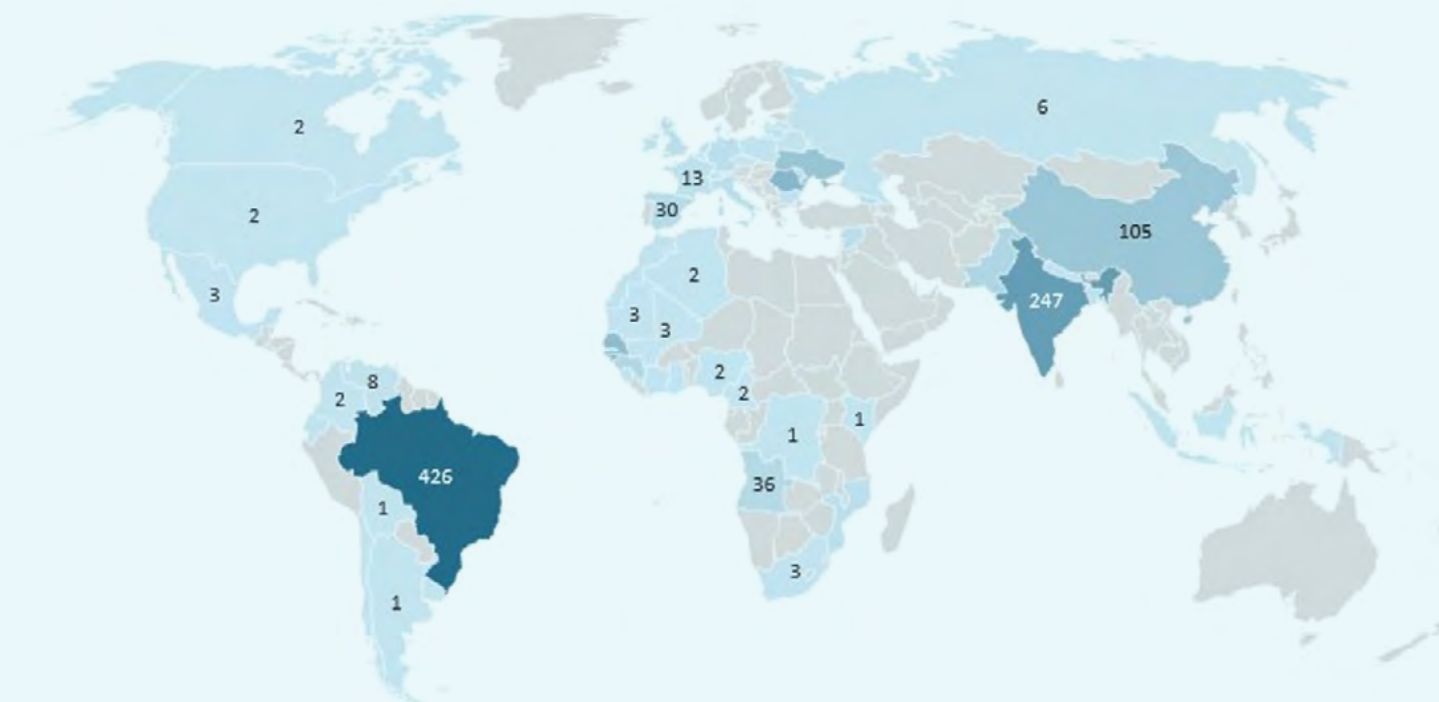


Residentes em
Grândola por
País de Origem
2021 e 2011

Fonte: SEF

	2021			2011		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Alentejo Litoral	14 622	9 482	5 140	6 386	3 487	2 899
Grândola	765	389	376	563	298	265
Brasil	282	140	142	180	88	92
Nepal	61	43	18	170	102	68
Alemanha	53	25	28	67	31	36
China	38	15	23	25	11	14
França	22	13	9	19	15	4
Bélgica	20	10	10	17	8	9
Índia	18	16	2	15	8	7
Espanha	16	7	9	8	5	3
Itália	14	11	3	8	5	3
Países Baixos	13	9	4	7	3	4
Cuba	12	6	6	7	4	3
Moçambique	8	5	3	6	5	1
Cabo Verde	7	3	4	5	3	2
Irlanda	5	3	2	4	0	4
Angola	4	1	3	3	0	3
México	3	3	0	3	2	1
Canadá	2	0	2	3	1	2
Dinamarca	2	2	0	2	1	1
Egipto	2	1	1	2	1	1
Estados Unidos da América	2	0	2	2	1	1
Israel	2	0	2	2	1	1
Marrocos	2	1	1	1	0	1
Moldávia	2	1	1	1	1	0
Noruega	2	1	1	1	0	1
Argélia	1	1	0	1	0	1
Argentina	1	0	1	1	0	1
Grécia	1	1	0	1	1	0
				1	1	0

Residentes estrangeiros em Beja por país de origem em 2021

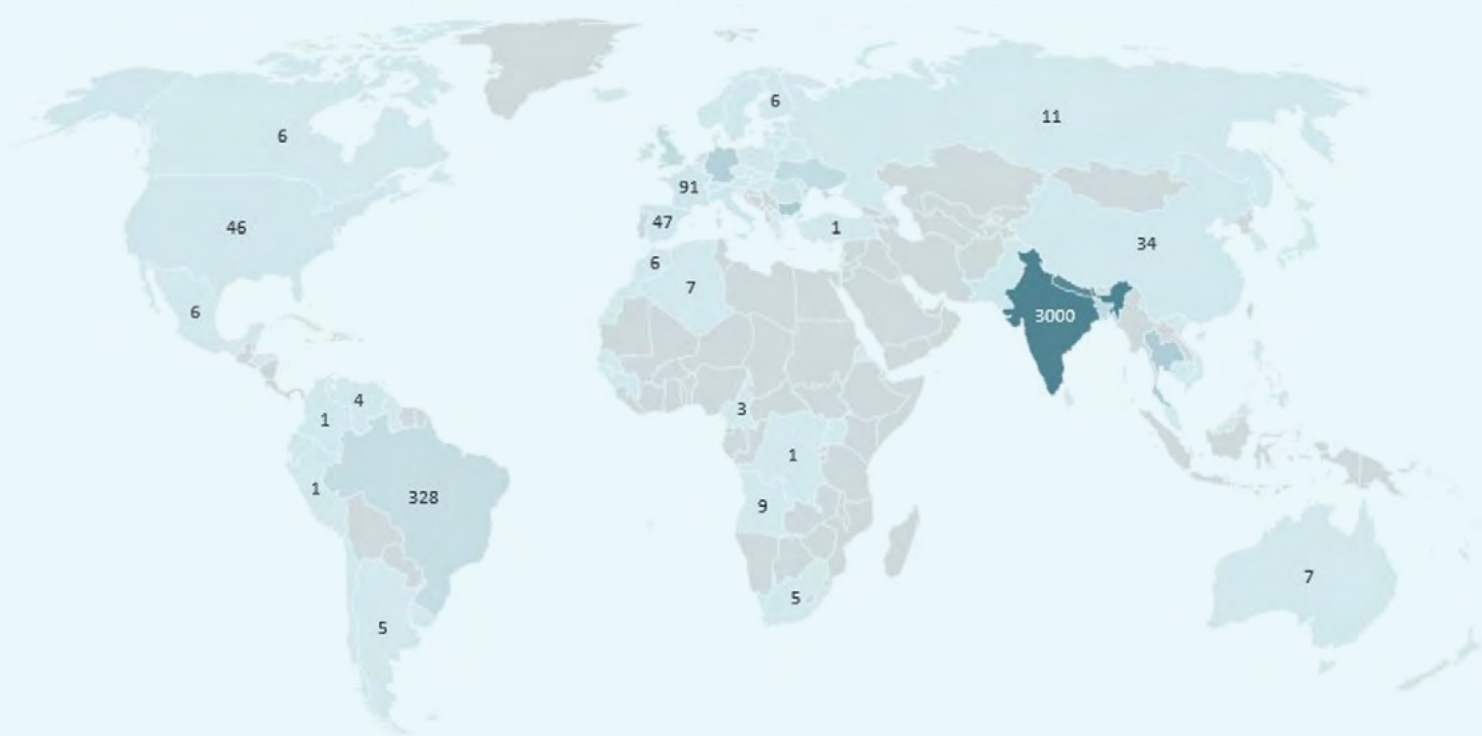


Residentes Estrangeiros em Beja por País de Origem 2021 e 2011

Fonte: SEF

2021	%			2011	%		
	Total	62 Homens	38 Mulheres		Total	58 Homens	42 Mulheres
Baixo Alentejo	5 026	3 135	1 891	Baixo Alentejo	3 804	2 194	1 610
Beja	1 808	1 107	701	Beja	1 203	649	554
Brasil	426	189	237	Brasil	406	191	215
Índia	247	212	35	Roménia	198	128	70
Roménia	156	93	63	Ucrânia	162	82	80
Senegal	135	129	6	China	87	47	40
Guiné Bissau	130	77	53	Moldávia	80	41	39
Ucrânia	112	50	62	Cabo Verde	56	33	23
China	105	56	49	Guiné Bissau	22	16	6
Paquistão	54	47	7	Espanha	21	16	5
Cabo Verde	50	20	30	Alemanha	20	16	4
Guiné	41	35	6	Geórgia	15	11	4
Angola	36	18	18	Itália	13	6	7
Moldávia	35	15	20	Angola	11	6	5
Espanha	30	17	13	França	11	4	7
Alemanha	20	9	11	Holanda	11	5	6
Gâmbia	18	17	1	Moçambique	10	5	5
Itália	18	9	9	Guiné	9	8	1
Síria	18	11	7	Rússia	8	4	4
Geórgia	16	8	8	Reino Unido	7	5	2
Moçambique	16	5	11	Dinamarca	6	3	3
Reino Unido	14	9	5	São Tomé e Príncipe	5	3	2
França	13	7	6	Colômbia	4	1	3
Países Baixos	12	4	8	Lituânia	4	1	3
Bangladesh	8	8	0	Marrocos	4	3	1
Bulgária	8	4	4	Bielorrússia	3	2	1
Nepal	8	4	4	Estados Unidos da América	3	1	2

Residentes estrangeiros em Odemira por país de origem em 2021



Residentes
Estrangeiros
em Odemira
por País de
Origem 2021 e
2011

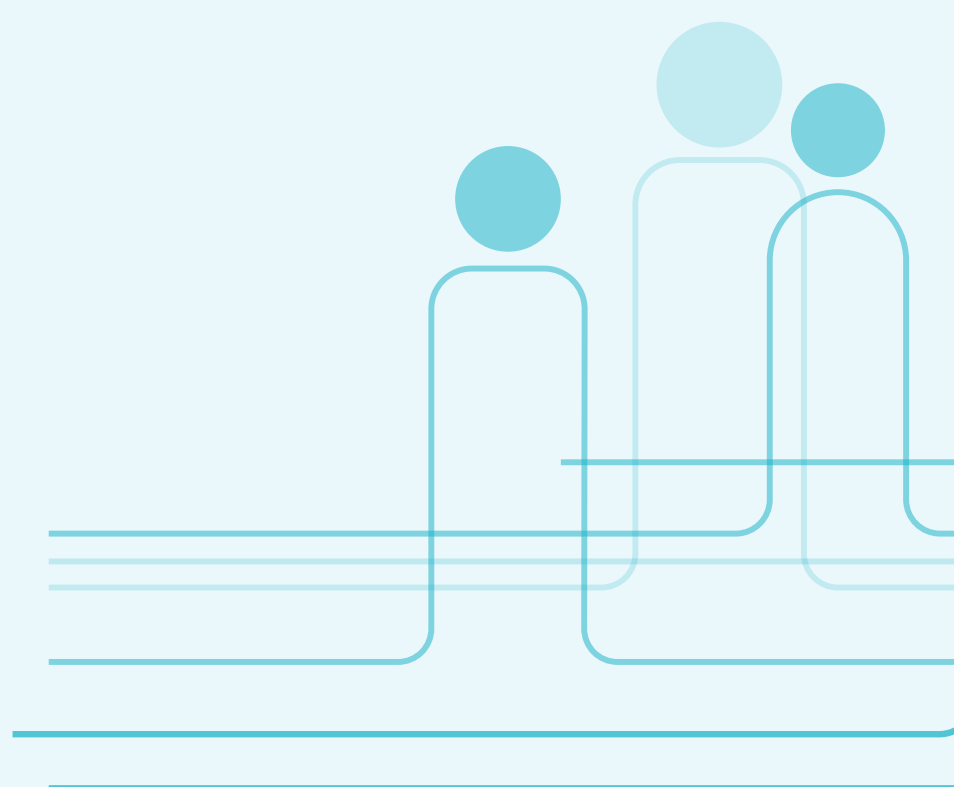
Fonte: SEF

	%	65	35		%	55	45
2021	Total	Homens	Mulheres	2011	Total	Homens	Mulheres
Alentejo Litoral	14 622	9 482	5 140	Alentejo Litoral	6 386	3 487	2 899
Odemira	10 927	7 505	3 422	Odemira	3 160	1 732	1 428
Índia	3 000	2 669	331	Bulgária	1 057	521	536
Bulgária	842	358	484	Alemanha	396	193	203
Alemanha	670	326	344	Tailândia	344	324	20
Bangladesh	504	450	54	Ucrânia	245	125	120
Brasil	328	139	189	Brasil	234	110	124
França	91	44	47	Moldávia	177	89	88
Itália	83	43	40	Roménia	125	59	66
Moldávia	82	39	43	Holanda	115	68	47
Bélgica	65	36	29	Reino Unido	90	47	43
Espanha	47	22	25	Cabo Verde	64	32	32
Estados Unidos da América	46	19	27	China	37	21	16
China	34	19	15	Eslováquia	35	21	14
Cuba	31	16	15	Suíça	24	11	13
Israel	30	17	13	Itália	19	10	9
Irlanda	28	15	13	Espanha	16	5	11
Áustria	21	7	14	Rússia	15	8	7
Cabo Verde	15	9	6	Bélgica	14	6	8
Angola	9	3	6	Polónia	13	7	6
Eritreia	8	7	1	França	11	6	5
Letónia	8	7	1	Áustria	10	3	7
Argélia	7	5	2	Marrocos	10	8	2
Austrália	7	1	6	Argélia	8	8	0
Canadá	6	2	4	Letónia	8	4	4
Finlândia	6	2	4	Cuba	7	4	3
Guiné Bissau	6	3	3	Angola	6	2	4

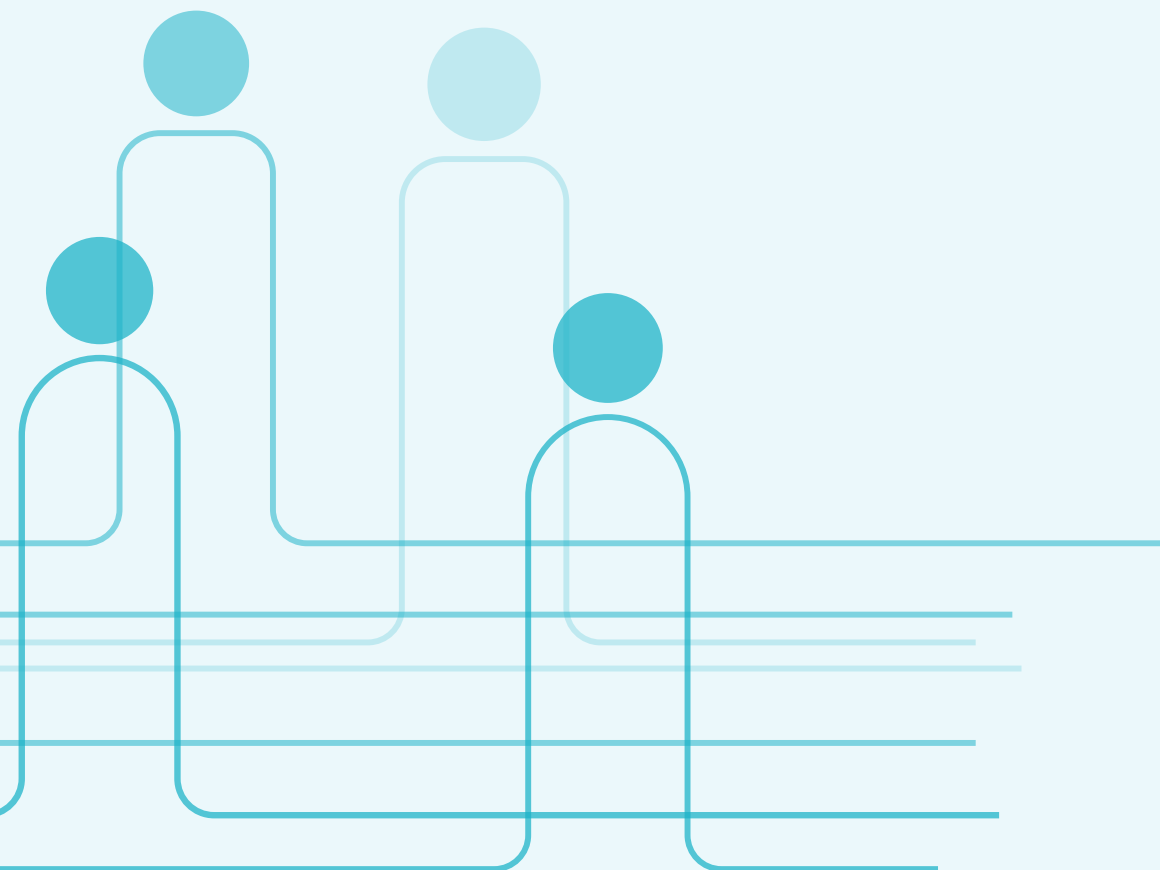


Considerações Finais

- O Alentejo, sem a população estrangeira, estaria numa situação demográfica mais preocupante;
- Os efetivos apresentados são os números oficiais que recorrem ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- Para além dos 3000 indivíduos estrangeiros registados em Odemira provenientes da Índia, são as pessoas oriundas do Brasil que têm o maior número de efeitos nos vários concelhos do Alentejo;
- Nos concelhos de Beja e Odemira há claramente uma predominância de efetivos masculinos face aos femininos;
- Esta nova realidade implica uma adaptação e novas políticas públicas que permitam o acolhimento e integração destes migrantes para que passem a ser cidadãos Portugueses e se identifiquem e sejam identificados como tal;



OS NÚMEROS DE UM MUNICÍPIO EM CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO: **CONCELHO DA MAIA**



Maia Sairir para a Vida.

EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA - DESAFIOS

01 outubro, 2024

Mafalda Sofia Roriz de Oliveira
Diretora de Departamento de Desenvolvimento Social, Desporto e Juventude

CCP
COMISSÃO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS PORTUGAL

Indicadores

00	Enquadramento Geográfico	07	Ambiente
01	População	08	População Estrangeira com estatuto legal de residente - 2012 e 2023 (N.º): • Portugal • AMP • Maia
02	Economia	09	Distinções Municipais
03	Posicionamento Financeiro	10	Projetos Smart Cities
04	Mobilidade e Transportes	11	Desafios da Evolução Demográfica
05	Educação		
06	Desporto		

Maia

Fontes de Pesquisa

- Município da Maia
- INE/ PORDATA/ IEFP/ PSP/ GNR / SNS
- REOT - Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território Maia
- Carta Social/ ECO XXI/ APA - Agência Portuguesa do Ambiente
- Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses (Ordem dos Contabilistas Certificados)
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC)
- Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP)



MAIA

Enquadramento Geográfico



- A **Maia** situa-se:
- Norte de Portugal
 - **Região** - Porto
 - **Distrito** - Porto
 - O concelho da Maia recebeu **carta de foral** em 1519

MAIA

00 Enquadramento Geográfico

- Superfície total – **83 Km2**
- **10 freguesias**
- **142 594 Habitantes**
- Cidade Sede: Cidade da Maia

O concelho da Maia beneficia de uma localização de excelência no seio da **Área Metropolitana do Porto (AMP)**, tendo como concelhos vizinhos:

- **Trofa** – a Norte
- **Santo Tirso** – a Nordeste
- **Valongo** – a Leste
- **Gondomar** - a Sudeste
- **Porto** – a Sul
- **Matosinhos** – a Sudoeste
- **Vila do Conde** – a Noroeste



MAIA

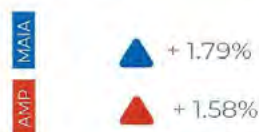
01 População



População Residente (total)

	2021	2022	2023
Maia	137 595	140 041	142 594
AMP	1 755 844	1 774 104	1 802 664

Taxa de **Crescimento** Populacional 2022-2023

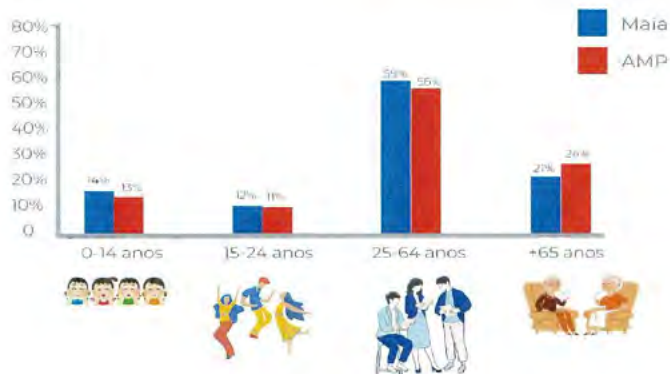


MAIA

01 População



Distribuição da população por **grupo etário 2023** | %



- 2023 - O peso das pessoas com **+ 65 anos** era no Concelho da Maia de **21%**, valor inferior ao da AMP.



- Nos outros grupos etários a **Maia** apresenta um **valor superior** ao da AMP.

MAIA

01 População



Dinâmica Populacional na AMP

N.º de Municípios	Municípios AMP	2001	2011	2021	Diferença entre 2021 e 2001 (%)	Posição na AMP
1	Arouca	24 187	22 253	21 040	-13,01	17
2	Espinho	32 738	31 914	31 440	-3,96	13
3	Gondomar	158 964	168 133	165 675	4,22	9
4	Maia	116 658	135 742	137 595	17,95	1
5	Matosinhos	161 494	176 026	174 644	8,14	6
6	Oliveira de Azeméis	68 288	68 456	66 617	-2,45	12
7	Paredes	82 111	86 615	84 972	3,48	10
8	Porto	263 013	235 882	236 003	-10,27	15
9	Póvoa de Varzim	60 999	63 625	65 111	6,74	7
10	Santa Maria da Feira	133 458	139 185	137 368	2,93	11
11	Santo Tirso	70 603	71 460	67 663	-4,16	14
12	São João da Madeira	20 101	21 860	22 789	13,37	4
13	Trofa	36 725	39 037	39 002	6,20	8
14	Vale de Cambra	23 791	22 752	21 289	-10,52	16
15	Valongo	83 315	94 114	96 649	16,00	2
16	Vila do Conde	71 741	79 893	82 081	14,41	3
17	Vila Nova de Gaia	278 396	303 457	305 906	9,88	5

MAIA

02 Economia



10 Municípios **Mais Exportadores** - 2023

Ranking	Município	Valor das Exportações (em)	
1.º	Lisboa	8 398	2.º Lugar AMP
2.º	Palmela	3 754	
3.º	Vila Nova de Famalicão	2 766	4.º Lugar Norte
4.º	Oeiras	2 100	
5.º	Setúbal	1 935	8.º Lugar Nacional
6.º	Braga	1 904	
7.º	Vila Nova de Gaia	1 848	
8.º	Maia	1 815	
9.º	Sintra	1 810	
10.º	Sta Mª da Feira	1 545	

MAIA

02 Economia



10 Municípios com mais **poder de compra** da AMP - 2021

Ranking	Município	Indicador per Capita (Ipc)	
1.º	Porto	147,63	108,68 Maia
2.º	Matosinhos	118,06	
3.º	S. J. Madeira	116,73	103,27 AMP
4.º	Maia	108,68	
5.º	Vila Nova de Gaia	100,98	100,63 Portugal Continental
6.º	Espinho	95,89	
7.º	Póvoa de Varzim	94,48	
8.º	Vila do Conde	93,59	
9.º	Trofa	93,07	
10.º	Valongo	92,74	

MAIA

02 Economia



EMPRESAS | MAIA

Empresas constituídas

2022	2023
552	672

O **dinamismo económico** reflete-se também na **taxa de crescimento** das empresas constituídas, sendo um fator importante para a **atração de investimentos e oportunidades de emprego**.

Taxa de Crescimento

22%

03 Posicionamento Financeiro



Ranking Global dos municípios de grande dimensão

Município	Posição 2022	Posição 2021	Varição
Sintra	1	1	=
Santa Maria da Feira	2	2	=
Amadora	3	8	↑
Maia	4	3	↓
Vila Franca de Xira	5	10	↑
Cascais	6	5	↓
Porto	7	4	↓
Leiria	8	7	↓
Almada	9	6	↓
Oeiras	10	12	↑

MAIA

03 Posicionamento Financeiro



Ranking Global dos **municípios** do **Distrito do Porto** com melhor pontuação global

Município	Posição 2022	Posição 2021	Varição
Maia	1	1	=
Porto	2	2	=
Santo Tirso	3	3	=

MAIA

04 Mobilidade e Transportes



Infraestruturas | 2023



Decisivos para a conectividade e desenvolvimento económico.

MAIA

05 Educação



Número de **Estabelecimentos de Educação** 2023/24



M111

05 Educação



Número de **Alunos** nos **Estabelecimentos de Educação** 2023/24



M111

05 Educação



Taxa de sobrevivência 2023/24



% de alunos a completar o ensino primário



% de alunos a completar o ensino secundário

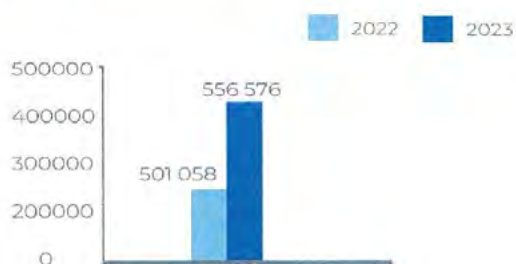
A taxa de sobrevivência é elevada, com a maioria dos alunos a concluir o ensino primário e secundário, o que reflete o empenho nas políticas educativas municipais.

MAIA

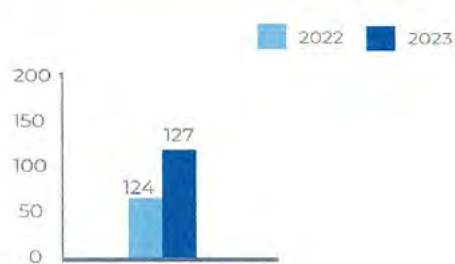
06 Desporto



N.º de Praticantes nas Instalações Desportivas Municipais



N.º de Eventos Desportivos



O município da Maia promove fortemente a prática desportiva, com diversas instalações e eventos desportivos de relevo. O n.º de praticantes nas instalações desportivas municipais tem vindo a crescer, o que contribui para estilos de vida mais saudáveis entre os munícipes.

MAIA

07 Ambiente



	2020	2021
Percentagem de Área do Concelho Coberta por Floresta	19,60%	19,60%
Áreas Verdes Públicas (m2)	1 637 294	1 640 219
Capitação de espaços verdes (m2/hab)	11,78	12,15
N.º de Parques Infantis	77	80
N.º de Ginásios ao Ar Livre	24	24
N.º de Equipamentos de Educação Ambiental	2	2

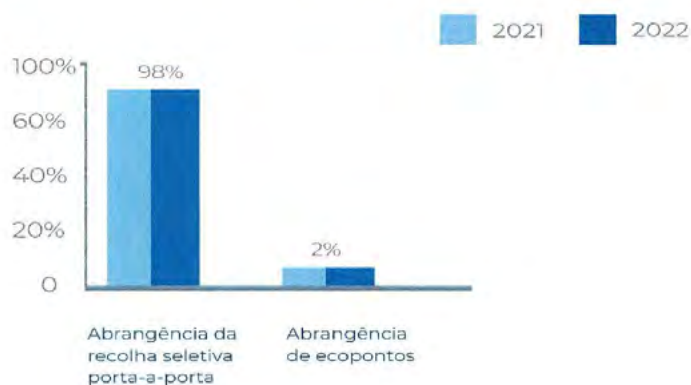
- No concelho da Maia a **percentagem de área coberta por floresta** é de praticamente **20%**.
- Tem vindo a **umentar as áreas verdes publicas** e conseqüentemente a **capitação de espaços verdes** por habitantes.
- O concelho dispõe de **80 parques infantis** e **24 ginásios ao ar livre**.

MAIA

07 Ambiente



Recolha Seletiva de Resíduos (% da População)

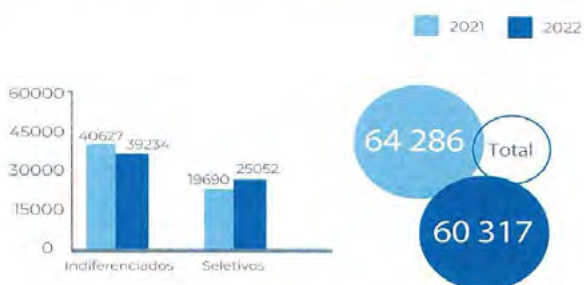


MAIA

07 Ambiente



Produção de Resíduos (toneladas)



A produção de resíduos sólidos urbanos **indiferenciados**, tem vindo a **diminuir** uma vez que, se verifica um **aumento** da produção de resíduos sólidos **seletivos**.

- A Maia tem feito progressos significativos na gestão ambiental, destacando-se na **recolha seletiva** de resíduos e na implementação de **sistemas de reciclagem** porta a porta e **ecopontos**.
- A sustentabilidade ambiental é uma prioridade para o concelho.

MAIA

08



População Estrangeira com estatuto legal de residente - 2012 e 2023 (N.º): • Portugal

População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente em Portugal - 2012 e 2023 (N.º)



- Em 2023, a nível nacional observou-se um acréscimo da população estrangeira residente de **33,6%** face ao **2022**, perfazendo um total de 1 044 238 cidadãos estrangeiros titulares de autorização de residência.
- A **taxa de crescimento** deste indicador foi de **151,86%**, entre **2012 e 2023**.

MAIA

08

População Estrangeira com estatuto legal de residente - 2012 e 2023 (N.º):

• AMP



População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente na AMP - 2012 e 2023 (N.º)



área metropolitana do porto



08

População Estrangeira com estatuto legal de residente:

• AMP (2014 - 2023)



área metropolitana do porto

	Variação da População Estrangeira (2014 a 2023)	Proporção da população estrangeira no total da população residente
Arouca	149%	1,19%
Espinho	137%	3,00%
Gondomar	277%	3,25%
9.º Maia	233%	4,43%
Matosinhos	204%	5,75%
Oliveira de Azeméis	176%	2,99%
1.º Paredes	463%	2,13%
3.º Porto	375%	14,33%
2.º Póvoa de Varzim	451%	6,60%
Santa Maria da Feira	130%	2,12%
Santo Tirso	193%	1,67%
5.º São João da Madeira	303%	8,70%
Trofa	189%	4,03%
Vale de Cambra	178%	3,90%
Valongo	277%	2,91%
Vila do Conde	239%	4,80%
4.º Vila Nova de Gaia	326%	5,62%

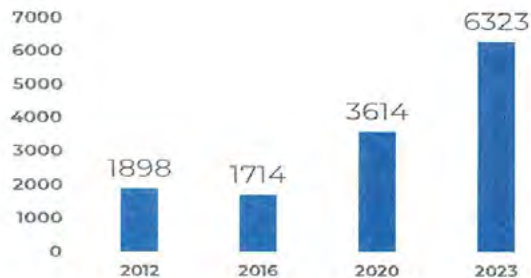




08 População Estrangeira com estatuto legal de residente - 2012 e 2023 (N.º): • Maia

População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente na **Maia**, entre 2012 e 2023 (N.º)

MAIA



MAIA



08 População Estrangeira com estatuto legal de residente: • Maia

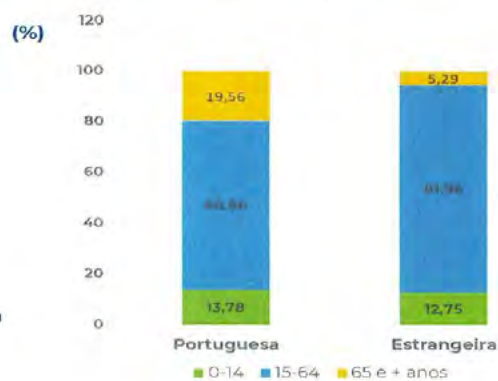
• **Perfil etário** da população estrangeira e portuguesa a residir na Maia, 2021(%)

- **maior** proporção de pessoas em **idade ativa** – 15-64 anos e
- **menor** proporção de adultos de **idades mais avançadas** – 65 ou mais anos.



- Os dados dos Censos de 2021 apontam uma ligeira **predominância feminina** - **52,53%**

Perfil etário da População com nacionalidade estrangeira e portuguesa a residir na Maia, 2021(%)

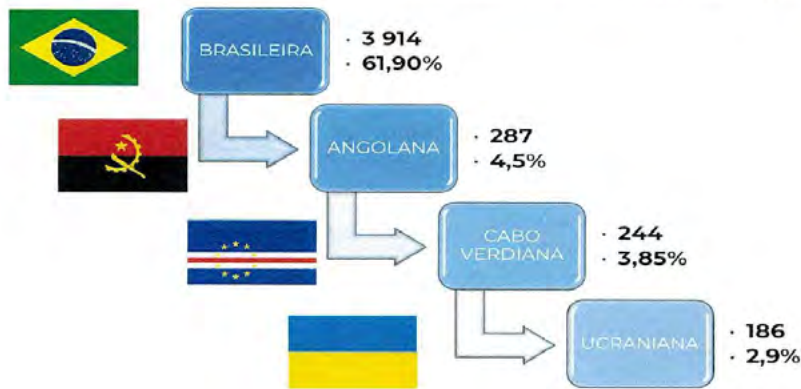


MAIA

08 População Estrangeira com estatuto legal de residente: • Maia



Principais nacionalidades da população estrangeira a residir - 2023



09 Distinções Municipais



Certificação Integral ISO 9001



signatário do Pacto de Aduaras para o Clima e Energia



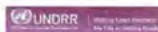
Certificação ISO 14001 no Departamento de Sustentabilidade Territorial



Selo de Qualidade e regular da água para consumo humano



Projeto ECO-ESCOLA



Making Cities Resilient
Contribute of Commitment to Disaster Resilience



Programa Eco-Escolas



Selo de Município Amigo da Juventude



Associação Internacional das Cidades Filhas Adotas



Participação na Semana Europeia da Mobilidade



Concurso Nacional "Direitos da Criança em Cidadania e Igualdade"
Prémio 1.º lugar em categoria de intervenção social com o projeto "Intervenção Social Semear" desenvolvido pela Associação Amigos das Pessoas Idosas de Maia em parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes (APAD) e a Associação de Pais e Amigos das Crianças com Deficiência (APACD).



Membro da Rede Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas (Organização Mundial de Saúde)



Intervenção Social Semear
2.º Prémio no Programa de Reconhecimento de Intervenção Social Semear 2022



10 Projetos Smart Cities



BaZe - Balanço Zero (Living Lab Maia)



SPARCS - Sustainable energy Positive & zero cARbon Communities



OMEGA-X - Orchestrating an interoperable sovereign federated Multi-vector Energy data space built on open standards and ready for GAIA-X



EHHUR - Eyes, Hearts, Hands, Urban Revolution

MAIA

11 Desafios da Evolução Demográfica



11 Desafios da Evolução Demográfica



◦ Dificuldades de acesso à legalização, quer provocadas pelo excesso de burocracia, quer pelo aumento exponencial de pedidos.

◦ N.º elevado de pessoas que se encontram a residir no País numa situação ilegal e irregular;

• Dificuldades linguísticas, constituem barreiras sociais, culturais, de acesso ao trabalho, à educação, à saúde, ao arrendamento, etc.



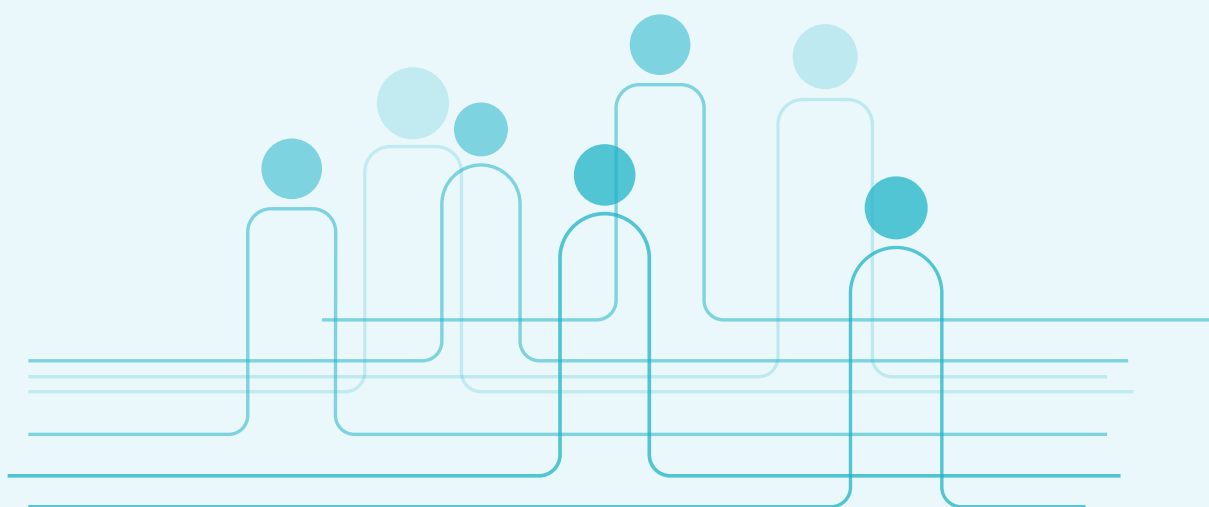
11 Desafios da Evolução Demográfica

PLANO ESTRATÉGICO MAIA 2028



CASOS DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS

- **FUNDÃO**
- **PORTO**
- **MAFRA**



CÂMARA MUNICIPAL DO FUNDÃO

Fundão, Terra de Acolhimento

*Creio que foi o sorriso,
O sorriso foi quem abriu a porta
Eugénio de Andrade*

O início

O concelho do Fundão situa-se num território de baixa densidade populacional. Ano após ano, assistimos a um despovoamento crescente, resultante de um saldo natural negativo e da emigração continuada de jovens. O crescimento constante das populações migrantes alterou o panorama migratório em Portugal. O país deixou de ser uma nação de emigrantes para se tornar um território de migração. Este fenómeno origina uma oportunidade única para os territórios do interior, mais afetados pelo "inverno demográfico".

Assim, o Município do Fundão definiu a atração, a fixação e a integração de migrantes como a solução a curto e médio prazo, ao mesmo tempo que assumiu de forma clara e categórica uma vertente humanista através do acolhimento de todos aqueles que nos procuram, seja na perspetiva de conseguir trabalho e melhorar as suas condições de vida, seja na de investir na sua formação, no aproveitar da qualidade de vida que uma região como a nossa oferece e, claro, seja na certeza de encontrar no Fundão um porto seguro para todos aqueles que são vítimas de qualquer tipo de perseguição ou discriminação. Com esta prioridade em mente, foi estabelecido um conjunto de políticas e de projetos com o objetivo de atrair e acolher cidadãos estrangeiros, tornando-os "novos locais" e entendendo que a mobilidade humana entre territórios e fronteiras é parte intrínseca de qualquer sociedade.

Como referido, o início do novo milénio alterou o panorama migratório em Portugal. A emigração transfigura-se em imigração, com um crescimento continuado da população migrante, com origens e motivações diversificadas, fenómeno que tem consequências sociais, assim como implica novos e diversos desafios de integração – políticos, sociais, habitação, educação e direito. Perante esta nova realidade, assume-se como fundamental que os decisores políticos sejam capazes de antecipar e enfrentar estes desafios e criar um conjunto de ferramentas e respostas para que toda a sociedade seja capaz de usufruir da potencialidade criada por este fenómeno. Para os territórios mais fustigados pelo despovoamento, as migrações são uma oportunidade única no combate ao despovoamento e à estagnação, possibilitando alternativas sustentáveis e dinâmicas a municípios cada vez mais envelhecidos.

Fundão, inovar e acolher

Apesar dos sucessivos apelos por parte das suas populações e dos seus representantes políticos locais, as medidas implementadas a nível nacional não têm logrado inverter – ou sequer estancar – o progressivo despovoamento. Decorrente deste panorama, afigura-se difícil captar investimento para uma região onde escasseia mão-de-obra – da mais tradicional à mais qualificada. Na tentativa de contrariar este estado de coisas, o Município do Fundão definiu como seu objetivo nos últimos anos consolidar-se enquanto "*Terra de Acolhimento*". Desde abril de 2016 que o concelho do Fundão iniciou um ambicioso projeto para o acolhimento de migrantes – oriundos da União Europeia e de países terceiros – e de requerentes de asilo/refugiados.

A estratégia inicial estabeleceu-se com a afirmação do Município no setor da inovação por meio da captação e acolhimento de empresas e trabalhadores da área das novas tecnologias. Fê-lo com um sistema de incentivos que possibilitou a fixação de 17 empresas, mas também de trabalhadores estrangeiros. Sendo praticamente impossível competir com os salários oferecidos na generalidade do mercado europeu, o Município optou por se diferenciar por meio da proximidade e do acompanhamento oferecidos, mais concretamente no apoio à procura de casa e inscrição das crianças nas escolas do concelho. Como resultado, foram acolhidos mais de 1000 cidadãos estrangeiros altamente qualificados, com mais de 40 nacionalidades representadas. Em algumas alturas, o Município chegou a acolher um engenheiro informático por dia, sendo que 85% era de origem extracomunitária.

O Centro para as Migrações do Fundão

A acrescentar à política de atratividade e inovação, o Município desenvolveu uma Política de Acolhimento. A criação do Centro para as Migrações, sediado num antigo seminário católico revelou-se uma peça fundamental para o desenvolvimento desta política. A intenção inicial do Município foi garantir a habitação segura e condigna para os migrantes que, na altura, se começavam a deslocar para a região da Cova da Beira: os trabalhadores sazonais, maioritariamente vindos do Leste Europeu ou do subcontinente indiano, contratados por empresas locais para realizar trabalhos agrícolas, e os estudantes internacionais vindos de países de língua oficial portuguesa em África (Angola, Cabo Verde, Moçambique e Guiné-Bissau), para ingressarem em cursos nas instituições de ensino profissional e universitário da região.

Em 2018, o Centro cria o Projeto "*Casa F*" e passa a acolher e a integrar pessoas refugiadas, resgatadas de barcos humanitários e recolocadas em Portugal através do Mecanismo de Recolocação da União Europeia.

Também em 2018, e em parceria com o Alto Comissariado para as Migrações (ACM), o Município instala, no Centro para as Migrações, o Gabinete para a Inclusão e Diversi-

dade Cultural (GID), gerido por uma equipa técnica permanente e multidisciplinar que trabalha o acolhimento, a integração e a autonomização com o apoio de psicólogos, assistentes sociais, animadores socioculturais, tradutores e mediadores interculturais, juristas e técnicos especializados. O Centro tem ao dispor de todos uma loja de vestuário, uma mercearia e uma farmácia solidárias, uma sala de convívio e uma sala de brincar para atividades das crianças, assim como um refeitório com fornecimento de refeições (pequeno-almoço, almoço, lanche e jantar) e uma lavandaria de acesso comum. Diariamente, os cidadãos são acompanhados de forma individualizada nas questões de saúde, educação, trabalho, documentação, habitação e aprendizagem da língua portuguesa. Para que isso ocorra de forma contínua e equilibrada, desenvolvemos uma metodologia faseada em três momentos:

Acolhimento – Chegada dos beneficiários ao Centro para as Migrações; passando o propósito principal por assegurar alojamento, alimentação e fornecimento de outros bens fundamentais. É realizado um *check up* médico e feito o respetivo encaminhamento e acompanhamento para as respostas especializadas na área da saúde. O foco passa por assegurar a estabilidade emocional do beneficiário, fomentar relações positivas com os outros cidadãos do Centro e a compreensão das regras de funcionamento e normas societais;

Inclusão – Assegurado o bem-estar e a segurança do beneficiário, é iniciado o segundo momento. Este tem como objetivo capacitar o cidadão com diversas ferramentas como a língua, formação profissional, equivalências escolares e iniciar o processo de procura ativa de emprego, mas também promover atividades culturais e de lazer;

Autonomização – Quando os cidadãos já dispõem das ferramentas necessárias, capacidade financeira e estabilidade, é iniciada a última fase. Aqui, o objetivo é a vida autónoma, promovendo o assumir de responsabilidades financeiras, profissionais e culturais/lazer. A equipa técnica do Centro para as Migrações e o beneficiário estabelecem Planos de Vida para preparar esta última fase. A equipa apoia ainda na procura e mudança de habitação, realizando um acompanhamento semanal a todos os alojamentos para avaliar o processo de autonomização.

O acompanhamento individualizado e centrado no crescimento do cidadão permite que todo o processo de integração seja realizado com mais segurança e maior probabilidade de sucesso. O Centro para as Migrações já acompanhou mais de 850 cidadãos de 33 nacionalidades de entre os três perfis de acolhimento – requerentes de asilo/refugiados; estudantes internacionais; trabalhadores temporários.

O Mote: *Terra de Acolhimento*

O Município do Fundão está comprometido e empenhado em atrair e acolher cidadãos de outras nacionalidades. Tem por expectativa e por objetivo conseguir atrair, fixar e integrar cerca de oito mil migrantes nos próximos dez anos, seja nas áreas mais tradi-

cionais, seja nas áreas tecnológicas. Queremos que venham com as suas famílias e que se tornem nossos vizinhos. Queremos partilhar tradições, experiências e criatividade. Ambicionamos transformar-nos numa região multicultural e fazer com que os bons exemplos se disseminem pelas regiões vizinhas. Entendemos que as boas políticas e as boas práticas começam da base para o topo.

Para além da estratégia estabelecida no Centro para as Migrações, foram dinamizadas um conjunto de políticas e projetos para promover a integração plena de migrantes oriundos de países que não pertencem à União Europeia – os chamados “Nacionais de Países Terceiros” (NPT) – na sociedade Fundanense através de parcerias e redes locais e regionais que promovam e apoiem as relações sociais, laborais, culturais e afetivas entre aqueles que chegam e aqueles que acolhem; e ainda a contínua mobilização da consciência coletiva da sociedade fundanense – ela própria já composta por locais e “novos locais” – para os temas da diversidade, do diálogo entre culturas, da solidariedade e da cooperação.

Com o intuito de fomentar a integração da comunidade migrante, foi adaptada a metodologia de acompanhamento individual do Centro para as Migrações, incluindo três eixos estratégicos que incluem diferentes áreas de intervenção:

Acolhimento – Assegurar redes e contactos de proximidade com (e entre) as comunidades migrantes para melhor compreender as suas realidades e fornecer respostas ajustadas no momento da chegada e durante os primeiros tempos no novo território;

Integração – Capacitar a população migrante de forma a poder cumprir os seus deveres e usufruir de todas as suas potencialidades e direitos;

Vida Comunitária – Integrar as comunidades migrantes através de ofertas culturais que promovam a diversidade cultural; apoiar iniciativas culturais criadas e dinamizadas pelas comunidades migrantes; apoiar a divulgação de eventos; potenciar a prática de uma cidadania ativa através da criação de associações migrantes e da divulgação de informação e eventos de cidadania ativa.

Os serviços, planos e projetos que operacionalizam as políticas locais para as migrações no Município do Fundão orientam-se segundo dois pilares temáticos – o económico e o social – que se complementam e que podem ser resumidos da seguinte forma:

a) Políticas e serviços locais para as migrações (vertente económica) – Centro de Negócios/Gabinete de Apoio às Empresas; Bolsa de Casas; Incubadora; Cowork e Fab Lab; Plano Estratégico para a Inovação do Município do Fundão; e Projeto de Atração e Integração de NPT no Fundão; projeto Fundão ACOLHE – Centro de Capacitação para NPT;

b) Políticas e serviços locais para as migrações (vertente social) – CLAIM; Ação Social; Gabinete de Inserção Profissional – GIP; MIXin2 – Plano Municipal para as Migrações do

Fundão; Peci Fundão - Plano Estratégico para a Coesão e Integração; Fundão MEDEIA; Centro para as Migrações do Fundão; Centro para as Migrações Sobre Rodas; Fundão Acolhe - Centro de Capacitação para NPT; Academia + Integração; Loja AIMA; e sítio <https://fundaoacolhe.pt/>

Nas escolas do concelho, a representatividade migrante é cada vez mais significativa (já a rondar os 20%). O sucesso escolar e a inclusão dos novos alunos são uma temática fundamental nas políticas de integração fomentadas pelo Município. Para tal, foi potenciado o projeto "Bem-Vindos", que junta alunos nacionais e alunos migrantes no acolhimento de novos alunos, bem como no apoio ao estudo e desenvolvimento de atividades que promovam a integração. Um dos maiores sucessos deste projeto foi a criação de uma equipa de Cricket e a sua inclusão no desporto escolar.

O conhecimento alargado da comunidade migrante somado ao crescimento da cidade impôs novos desafios à autarquia, que colocou na primeira linha das estratégias municipais as seguintes temáticas de ação direta e focalizada:

Habitação - disponibilização de uma bolsa de casas, permitindo o acesso à habitação condigna e a rendas acessíveis;

Formação - criação de um Centro de Capacitação para Nacionais de Países Terceiros através do Projeto Fundão ACOLHE, formando os novos locais para o reforço da oferta de mão-de-obra qualificada, essencial para o tecido empresarial de toda uma região;

Autonomização - acompanhamento individualizado com estratégias e ferramentas de capacitação em autonomia financeira, social, educacional e habitacional que garantem uma integração plena dos novos locais;

Língua portuguesa - estabelecimento de parcerias com escolas formativas para aprendizagem do Português Língua de Acolhimento, facilitando a integração social e laboral.

Como resultado destas políticas e estratégias, a comunidade migrante no Fundão triplicou no espaço de cinco anos. O Fundão assumiu o estatuto de *Município Amigo dos Migrantes e da Diversidade* e, em 2020, foi distinguido com o *Prémio Município do Ano*, pelo trabalho de acolhimento e integração de migrantes desenvolvido no Centro para as Migrações do Município do Fundão. Em 2023, o Fundão foi distinguido com o *Prémio de Capital Europeia da Inclusão e da Diversidade 2023*, atribuído pela Comissão Europeia e que reconhece as cidades e as regiões pelo seu trabalho na promoção da inclusão e na luta contra a discriminação. Já em 2024, também a *Fundação Manuel António da Mota* reconheceu o projeto da autarquia fundanense, salientando o trabalho desenvolvido na integração de migrantes e refugiados, assim como na valorização do interior e da coesão territorial.

O futuro

O que acontece e o que se faz a nível local tem peso na eficácia da integração e inclusão dos migrantes e refugiados na comunidade. As cidades podem funcionar como incubadoras de inovação e de boas práticas, como espaço privilegiado para projetos-piloto. O local para onde os refugiados se mudam e a forma como são incluídos nas comunidades de acolhimento dependem da visão, colaboração e compromisso dos autarcas, municípios e grupos locais. A inclusão de requerentes de asilo, refugiados e migrantes deve assumir-se como uma prioridade fundamental para os autarcas, autoridades municipais e entidades da sociedade civil local. Embora as políticas nacionais definam um amplo enquadramento político, são as autoridades locais que se defrontam com a desafiadora e exigente tarefa de as traduzir em ação e de encontrar soluções práticas. O acolhimento e a integração são uma responsabilidade partilhada. Os municípios, o setor privado e as organizações locais são agentes cruciais para uma integração eficaz e determinantes na tomada de decisões futuras sobre estas questões.

A realidade mudou de forma repentina e os atores locais e as autoridades municipais sentem necessidade de adaptar os seus serviços e práticas à situação específica e às necessidades de proteção dos requerentes de asilo, refugiados e migrantes, de todos aqueles que agora chegam, por este ou aquele motivo.

Com esse objetivo em mente, elaborámos um *Pacto Autárquico para as Migrações*, apresentado em Genebra, no final de 2023, no segundo *Fórum Global sobre Refugiados*, uma organização da Agência da ONU para os Refugiados (ACNUR), sendo o único município português convidado. Em linha com os principais documentos nacionais e internacionais relativos aos direitos humanos e com o Plano Nacional de Implementação do *Pacto Global das Migrações*, o *Pacto Autárquico para as Migrações* pretende assumir-se como documento de referência para municípios portugueses e espanhóis no que respeita à partilha de boas-práticas e ao compromisso de bem acolher.

Sabendo que bem acolher começa na capacitação dos que têm essa missão, embarcámos, em parceria com o ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e a UBI – Universidade da Beira Interior, no enorme desafio de dar corpo à *Academia + Integração (A+I)*, um conceito inovador que assenta numa formação prática e humana – em contexto real – para qualificar e apoiar os funcionários da Administração Pública que contactam com migrantes, refugiados e requerentes de asilo. Entendemos que o perfil da imigração em Portugal tem sofrido profundas alterações nos últimos anos, os contextos e as origens são cada vez mais diversificados, facto que obriga a uma maior complexidade administrativa, a alterações de competências e a novas responsabilidades administrativas do Estado. Aproveitando a experiência das três entidades, quisemos fazer da *A+I* uma abordagem revolucionária que visa transformar funcionários da administração pública em agentes de mudança, capacitando-os para criar soluções eficientes e criativas no atendimento a imigrantes. Esta é uma iniciativa que coloca os funcionários no centro

da formulação de políticas públicas, promovendo uma colaboração interinstitucional que rompe os silos tradicionais, otimizando os recursos existentes e aumentando a eficiência dos serviços. A A+I propõe-se transformar o panorama do apoio aos imigrantes em Portugal, promovendo a eficiência administrativa, a integração social e a inovação na implementação de políticas públicas. Foram realizadas duas edições em 2024 (Junho e Setembro), mobilizando cerca de 100 funcionários da Administração Pública. Estão agendadas mais quatro edições a decorrer em 2025 e 2026, integradas agora numa candidatura ao Portugal Inovação Social 2030.

Sabemos bem para onde queremos ir. Para onde estamos a ir. Não temos dúvidas quanto à necessidade de darmos continuidade ao modelo de desenvolvimento adotado, de há uns anos a esta parte, com a reiterada aposta na atração e fixação de pessoas e no desenvolvimento de soluções sustentáveis, integradas e participadas, capazes de dar resposta aos novos desafios sociais com que nos deparamos.

O nosso concelho é um lugar de destino e de passagem. Aqui se cruzaram milenares modos de vida. Aqui se continuam a cruzar. Não é de agora isto de sermos uma *terra de acolhimento*. Está na nossa génese. É uma realidade histórica inerente à nossa identidade, construída com e pelas diferenças. Não temos dúvidas quanto ao dever e à vontade de acolher todos esses que chegam de paragens mais ou menos longínquas. Que nos escolhem. Ainda muito está por fazer, mas estamos a trabalhar para isso. Estamos no bom caminho.

Já não estranhámos estes novos fundanenses. Eles estão aí, caminham ao nosso lado na rua, sentam-se na esplanada e deliciam-se com o pastel de cereja — que já é o seu pastel de cereja —, partilham connosco a sua gastronomia, dinamizam o comércio e frequentam as mesmas escolas. Aprendem a nossa língua e nós vamos arranhando alguma coisa da deles. Quando passam, já não nos voltamos para ver. Estão inseridos. Entranhados. Já fazem parte da nossa comunidade, deste "NÓS" que vai crescendo e que nos enche de orgulho. Vem a propósito o haiku do poeta japonês Kobayashi Issa:

*À sombra das cerejeiras em flor
ninguém
é estrangeiro.*

Paulo Fernandes

Presidente da Câmara Municipal do Fundão



Contributos para Grupo de Trabalho Demografia do Observatório Serviços, Competitividade Urbana e Coesão Territorial

Relativamente aos contributos solicitados pelo Grupo de Trabalho da Demografia do Observatório Serviços, Competitividade Urbana e Coesão Territorial e às políticas e ações já implementadas pelo Município do Porto e concentrando nas duas temáticas de âmbito nacional nomeadamente, na Integração de Imigrantes (medidas ou experiências relevantes) e no Envelhecimento e Qualidade de Vida (associado a novos serviços) apresentamos alguns exemplos do trabalho já desenvolvido pelo Município do Porto.

1. Projeto Equipa de Mediadores Municipais e Interculturais

O Município do Porto submeteu uma candidatura ao investimento no eixo "Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto" do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, aprovando o Projeto Equipa de Mediadores Municipais e Interculturais, com início em maio de 2023 e término a 31 de dezembro de 2025.

O **Projeto Equipa de Mediadores Municipais e Interculturais da cidade do Porto** assenta numa parceria estratégica e multiterritorial, coordenada pelo Município do Porto e estabelecida com quatro entidades dos territórios de intervenção, designadamente o **Espaço T - Associação para Apoio à Integração Social e Comunitária; a Associação de Solidariedade e Ação Social de Ramalde; a Associação Ludotecas do Porto e a JRS - Portugal - Serviço Jesuíta aos Refugiados.**

Desenvolve um conjunto de atividades que têm uma abrangência multidimensional, com incidência na educação, na cultura, na participação cívica, na saúde, na habitação e na empregabilidade, assim como disponibiliza um Serviço de Mediação Municipal e Intercultural em funcionamento no Gabinete de Município. O princípio agregador da intervenção do projeto é a interculturalidade - a aceitação e integração da diferença, procurando, através da mediação entendimentos entre as comunidades e os serviços, desbloqueios comunicacionais, desconstrução preconceitos e estereótipos e o empoderamento das comunidades.

Os Principais Eixos de Intervenção:

- **SMMI - Serviço de Mediação Municipal e Intercultural** - visa promover a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da população migrante e cigana, através da capacitação para o exercício de uma cidadania ativa e convivência intercultural saudável. A sua intervenção (processos de mediação informal e formal, que inclui atendi-

mentos, encaminhamentos, acompanhamentos a serviços) abrange todo o território municipal, numa lógica de itinerância nos territórios prioritários e em permanência no Gabinete do Município;

- Programa de Capacitação para Agentes Comunitários - Ações de capacitação em temas nucleares, recorrendo a metodologias de educação formal ou não formal, dando a conhecer práticas culturais, legislação, estratégias de atuação, recursos disponíveis, no sentido de aumentar a compreensão intercultural, acomodar estratégias de acolhimento da diversidade e otimizar a eficácia das intervenções;

- Programa de Ativação de Competências Cívicas e Interculturais - Implementação de oficinas e/ou sessões para a desconstrução da discriminação cultural e de género, incentivo à participação cívica, atividades culturais, desportivas, de lazer e pedagógicas. Dinamização de ações de sensibilização e de capacitação, ao nível da saúde, educação cívica e educação;

- Percurso de Ativação para a Qualificação e Empregabilidade - Ativação de percursos pré-formativos e de integração no mercado de trabalho e ações interculturais de aproximação ao contexto escolar;

O princípio agregador da intervenção do projeto é a interculturalidade - a aceitação e integração da diferença, procurando, através da mediação entendimentos entre as comunidades e os serviços, desbloqueios comunicacionais, desconstrução preconceitos e estereótipos e o empoderamento das comunidades.

2. Projeto Porto_4_All - Integração Profissional de Migrantes

O Município do Porto criou o projeto Porto_4_All - Integração Profissional de Migrantes, com o objetivo de apoiar a integração dos migrantes no mercado de trabalho. O projeto visa informar e sensibilizar os técnicos de entidades/instituições da Rede Social do Porto que apoiam a população migrante, bem como empresas e recrutadores que empregam e recrutam a população migrante. Para além disso, o projeto Porto_4_All pretende capacitar as pessoas migrantes sobre o mercado de trabalho português, desenvolvendo as suas competências de empregabilidade.

Podem participar neste projeto as pessoas migrantes que cumpram os seguintes requisitos:

- Desempregado(a) / Trabalhadores independentes;
- Residente na cidade do Porto (fator preferencial);
- Permanência regular em Portugal (comprovada);
- Compreensão da língua portuguesa ou inglesa (requisito obrigatório);
- Motivação e disponibilidade para participar na totalidade do programa de capacitação.

Programa de capacitação (2 dias):

- Apresentação do projeto Porto_4_All;
- Direitos e deveres do trabalhador migrante em Portugal;
- Intervenção da AIMA - Agência para a Integração, Migrações e Asilo, ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho e IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional;
- Mesa-redonda "O que valorizam as empresas portuguesas na hora de contratar?"
- Participação de entidades externas;
- Procura ativa de emprego;
- Como tirar o maior partido do *networking* com empresas.

Este programa de capacitação termina com um evento de recrutamento e *networking*, no formato *Speed Interviews*, nas quais as pessoas migrantes se podem apresentar individualmente às empresas e recrutadores presentes. O projeto é desenvolvido pelo Município do Porto, em parceria com o IEFP, a AIMA, a ACT e o Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS Portugal).

3. Envelhecimento e Qualidade de Vida

Sobre o envelhecimento e qualidade de vida e no que diz respeito à cidade do Porto, mais de 25% da população residente (60.210) tem uma idade superior a 65 anos e mais de 38 mil pessoas com 65 e mais anos vivem sozinhas, o que representa mais de 50% da população sénior (Censos, 2021). O envelhecimento crescente da população coloca desafios cada vez mais complexos, aos quais a cidade tem de saber responder.

A Rede Mundial de Cidades Amigas das Pessoas Idosas é uma iniciativa da Organização Mundial de Saúde (OMS) e visa responder ao rápido envelhecimento da população, através do desenvolvimento de um ambiente urbano (físico e relacional) que permita às pessoas idosas uma participação efetiva na vida da cidade, independentemente da sua idade. O convite de adesão foi alargado a todas as cidades do mundo e, em 2010, o Município do Porto aderiu à Rede Mundial de Cidades Amigas das Pessoas Idosas. Esta adesão envolveu o estabelecimento de uma base de avaliação diagnóstica, o desenvolvimento de um Plano de Ação a três anos e a identificação de indicadores de monitorização do progresso deste Plano de Ação.

O Plano de Ação "Porto Cidade Amiga das Pessoas Idosas " 2023-2025, desenvolvido com base nas principais conclusões do relatório do 2.º Fórum Global da Organização Mundial de Saúde sobre Inovação para Populações Envelhecidas, contou com a colaboração de dezenas de organizações da cidade que se dedicam ao trabalho com as pessoas idosas, assim como de várias unidades orgânicas do Município do Porto. O objetivo foi desenvolver projetos para combater o isolamento e promover a proteção social, assim como capacitar os idosos para serem protagonistas de vidas ativas e de um envelhecimento saudável.

Algumas ações que foram notícia durante este ano refletem por um lado a preocupação com o envelhecimento e a qualidade de vida e por outro o reconhecimento da importância e qualidade do mesmo trabalho. Em julho 2025 - Município promove capacitação para combater o idadismo e incentivar o envelhecimento digno. Em junho 2025 - Município recebe Galardão de Excelência Autárquica no Envelhecimento na Categoria Ouro. Em maio 2025 - Cidade Amiga das Pessoas Idosas apresenta guia para prevenção de acidentes e quedas. Em abril 2025 - Futuro da aprendizagem ao longo da vida foi tema do Encontro das Universidades Seniores. E em março 2025 - Município distinguido com a Bandeira de Mérito Social.

Ainda enquadrado no Plano de Ação Porto Cidade Amiga das Pessoas Idosas foi lançada uma **Série Documental** apresentando os diferentes projetos e iniciativas inovadoras que o constituem. O objetivo é dar a conhecer projetos que impactam o ecossistema da população idosa. Foram lançados e estão disponíveis online oito episódios: - "Quem Sou eu?" -

4. Rede Social do Porto - Migrantes

No plano de ação da Rede Social do Porto há objetivos especificamente definidos para o acolhimento e integração das pessoas migrantes fruto da necessidade de estabelecer medidas devidamente articuladas entre serviços e que contribuam diretamente para essa boa integração.

REDE SOCIAL DO PORTO Plano de Ação 2024/2025																			
PESSOAS MIGRANTES	OBJETIVO GERAL OG 4. Promover o acolhimento e a integração das pessoas migrantes OE 2. Definir uma estratégia concertada para a articulação das respostas e serviços para a população migrante <i>Meta: Dinamizar 1 reunião para a concertação das respostas e serviços para a população migrante</i>																		
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>AÇÃO</th> <th>ENTIDADE (S) PROMOTOR (AS) PARCEIROS</th> <th>PERÍODO DE EXECUÇÃO</th> <th>INDICADOR (ES) / META (S)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Dinamizar um espaço de debate e reflexão para a concertação das respostas e serviços para a população migrante</td> <td>CMP/DMCS/DMIS</td> <td>2024/2025</td> <td>N.º de reuniões realizadas (2) N.º de parceiros envolvidos (10)</td> </tr> </tbody> </table>	AÇÃO	ENTIDADE (S) PROMOTOR (AS) PARCEIROS	PERÍODO DE EXECUÇÃO	INDICADOR (ES) / META (S)	Dinamizar um espaço de debate e reflexão para a concertação das respostas e serviços para a população migrante	CMP/DMCS/DMIS	2024/2025	N.º de reuniões realizadas (2) N.º de parceiros envolvidos (10)										
AÇÃO	ENTIDADE (S) PROMOTOR (AS) PARCEIROS	PERÍODO DE EXECUÇÃO	INDICADOR (ES) / META (S)																
Dinamizar um espaço de debate e reflexão para a concertação das respostas e serviços para a população migrante	CMP/DMCS/DMIS	2024/2025	N.º de reuniões realizadas (2) N.º de parceiros envolvidos (10)																
PESSOAS MIGRANTES	OBJETIVO GERAL OG 4. Promover o acolhimento e a integração das pessoas migrantes OE 3. Mapear e caracterizar as comunidades/associações migrantes <i>Meta: 1 mapeamento produzido</i>																		
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>AÇÃO</th> <th>ENTIDADE (S) PROMOTOR (AS) PARCEIROS</th> <th>PERÍODO DE EXECUÇÃO</th> <th>INDICADOR (ES) / META (S)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Levantamento das associações de migrantes</td> <td>CMP/DMCS/DMIS</td> <td>2024/2025</td> <td>N.º de documentos produzidos (1)</td> </tr> <tr> <td>Carta das religiões - Identificação dos locais de culto e serviços de apoio social associados</td> <td>CMP/DMCS/DMIS</td> <td>2024/2025</td> <td>N.º de locais identificados (100)</td> </tr> <tr> <td>Realização de um diagnóstico local participativo e qualitativo sobre a integração de pessoas imigrantes no território de Ramalde</td> <td>Fundação Aga Khan Portugal</td> <td>2024/2025</td> <td>N.º de diagnósticos e recomendações produzidas (1 diagnóstico e 1 relatório)</td> </tr> </tbody> </table>	AÇÃO	ENTIDADE (S) PROMOTOR (AS) PARCEIROS	PERÍODO DE EXECUÇÃO	INDICADOR (ES) / META (S)	Levantamento das associações de migrantes	CMP/DMCS/DMIS	2024/2025	N.º de documentos produzidos (1)	Carta das religiões - Identificação dos locais de culto e serviços de apoio social associados	CMP/DMCS/DMIS	2024/2025	N.º de locais identificados (100)	Realização de um diagnóstico local participativo e qualitativo sobre a integração de pessoas imigrantes no território de Ramalde	Fundação Aga Khan Portugal	2024/2025	N.º de diagnósticos e recomendações produzidas (1 diagnóstico e 1 relatório)		
	AÇÃO	ENTIDADE (S) PROMOTOR (AS) PARCEIROS	PERÍODO DE EXECUÇÃO	INDICADOR (ES) / META (S)															
	Levantamento das associações de migrantes	CMP/DMCS/DMIS	2024/2025	N.º de documentos produzidos (1)															
Carta das religiões - Identificação dos locais de culto e serviços de apoio social associados	CMP/DMCS/DMIS	2024/2025	N.º de locais identificados (100)																
Realização de um diagnóstico local participativo e qualitativo sobre a integração de pessoas imigrantes no território de Ramalde	Fundação Aga Khan Portugal	2024/2025	N.º de diagnósticos e recomendações produzidas (1 diagnóstico e 1 relatório)																

5. Formação - Capacitação em Mediação Intercultural, no âmbito do projeto dos Mediadores Municipais e Interculturais

O projeto tem como principal objetivo reforçar a proximidade entre os serviços públicos e as comunidades migrantes e ciganas, promovendo o diálogo intercultural, a igualdade de oportunidades e a participação ativa na vida da cidade.

A mediação intercultural é um instrumento essencial para a coesão social e para o fortalecimento do diálogo entre culturas. Estes mediadores são verdadeiras pontes de confiança entre as instituições e as comunidades e um passo decisivo no fortalecimento de competências em áreas como a comunicação intercultural, a gestão de conflitos, a mediação comunitária e a promoção da cidadania inclusiva.

A Capacitação em Mediação Intercultural integra a estratégia do Município do Porto para a integração, diversidade e inclusão, reconhecendo o papel fundamental dos mediadores na melhoria do acesso a direitos e serviços, e na promoção do respeito mútuo entre todos os cidadãos.

Este é um caminho que o Município do Porto tem percorrido em conjunto com a comunidade e a Rede Social, nomeadamente com as instituições públicas e privadas, as IPSS-Instituições Particulares de Solidariedade Social, os empreendedores, os centros de investigação académica, as empresas e, claro, as pessoas idosas.

Ficha Técnica

Diretor Municipal de Desenvolvimento Urbano

José Duarte

Diretora do Departamento Municipal de Planeamento Urbano

Susana Bettencourt

Chefe da Divisão Municipal de Planeamento e Ordenamento do Território

Rita Lopes

Equipa técnica

Beatriz Martins

Direção Municipal de Desenvolvimento Urbano
Departamento Municipal de Planeamento Urbano
Divisão Municipal de Planeamento e Ordenamento do Território
dmpot@cm-porto.pt





Câmara Municipal de Mafra

No âmbito dos contributos solicitados pelo Grupo de Trabalho da Demografia do Observatório Serviços, Competitividade Urbana e Coesão Territorial, o Município de Mafra apresenta um conjunto de políticas, programas e ações estruturadas que constituem boas práticas no domínio da coesão social, territorial e demográfica, com impacto na inclusão social, no envelhecimento ativo, na fixação da população e na melhoria da qualidade de vida.

Com uma abordagem integrada o Município de Mafra submeteu uma candidatura ao investimento no eixo "Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa" do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, aprovando **Operação Integrada Local da Freguesia do Milharado**". Esta operação assenta numa abordagem integrada, orientada para a atuação simultânea sobre múltiplos fatores de exclusão social que se potenciam entre si, com enfoque preventivo e prospetivo, mitigando riscos sociais presentes e futuros. A intervenção visa o desenvolvimento local, a redução de disparidades territoriais, a capacitação das pessoas e a melhoria do acesso a bens e serviços essenciais, contribuindo para a quebra de ciclos de pobreza e exclusão social.

Destas áreas estratégicas, destacam-se:

- **O Gabinete multidisciplinar para atendimentos especializados na área da saúde:** constituído por técnicos com formação superior em diferentes áreas, designadamente psicologia, fisioterapia, nutrição, terapia da fala, orientação e mobilidade para pessoas com deficiência visual e prescrição de exercício físico.

- **A Equipa Social Multidisciplinar de proximidade:** constituída por técnicos da área social, que visa o acompanhamento de proximidade a pessoas em situação de vulnerabilidade social. Trata-se de um projeto que visa a reinserção social destas pessoas, disponibilizando à comunidade um conjunto multidisciplinar de respostas efetivas no combate à precariedade e à exclusão social, que fomentam a participação social e a cidadania ativa. Esta equipa permite reforçar a sinalização e encaminhamento de situações de emergência, bem como reforçar a articulação interinstitucional entre várias entidades, visando respostas mais céleres e adaptadas a cada caso.

- **O projeto Jovens Monitores:** que assenta na constituição de grupos de jovens voluntários que frequentam o ensino secundário ou superior (jovens monitores) para realização de sessões de apoio ao estudo a alunos do primeiro ciclo, residentes na Freguesia do Milharado. Este projeto tem como objetivos promover a melhoria do desempenho escolar dos alunos com maiores dificuldades de aprendizagem, promovendo uma cultura de participação, interajuda e de voluntariado junto dos jovens.

- **Atelier de costura artística, etnografia e multicultural:** Consiste em workshops de costura criativa dirigidos a pessoas em situação de vulnerabilidade social. Visa, através de uma abordagem ligada à sustentabilidade e à economia circular, a promoção de competências transversais para a promoção do empreendedorismo e empregabilidade.

Sábados Ativos (atividades físicas em família)

Aulas de educação física, realizadas aos sábados de manhã, no Parque Urbano da Póvoa da Galega, destinadas às famílias. Tem como objetivo incentivar a prática de desporto em família, através de experiências partilhadas, promovendo, além da atividade física, o fortalecimento de laços de confiança e proximidade entre os vários membros da família.

No âmbito do Envelhecimento ativo, o município de Mafra, em 2019, implementou-se a resposta **Serviço Municipal de Teleassistência**, que se mantém, a par de outras iniciativas em curso. Este serviço visa promover a permanência dos idosos na residência em segurança, pelo maior período de tempo possível, adiando a eventual institucionalização e proporcionando a possibilidade de contato e resposta em situação de urgência, 24 horas por dia, 7 dias por semana, bem como o apoio na solidão a todos aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade ou dependência (física e/ou emocional).

O Município de Mafra dispõe, desde 10 de setembro de 2024, de um **Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal**. O espaço funciona no Edifício Municipal Boavista, em Mafra, mediante agendamento prévio.

Neste espaço poderá encontrar informação sobre diversas áreas, nomeadamente: Estatuto do Cuidador Informal; Regime Jurídico do Maior Acompanhado; Ações de capacitação para Cuidadores Informais; Como requerer produtos de Apoio; Apoios Municipais noutras vertentes.

O Município de Mafra está a implementar, em parceria com o IPAV - Instituto Padre António Vieira, um **programa de apoio aos Cuidadores Informais**, que contempla várias vertentes, nomeadamente: Capacitação dos cuidadores informais através de ações de formação e capacitação; Criação de estratégias de Capacitação Assíncrona para Cuidadores Informais; Aconselhamento e apoio na fase final da vida da pessoa cuidada e no luto; Trabalho com os parceiros da Rede Social e com as Freguesias.

No âmbito do **Mafr'A Cuidar - Programa de Apoio aos Cuidadores Informais** o Município de Mafra foi distinguido, pelo segundo ano consecutivo, com o Selo de Mérito pela Rede de Autarquias que Cuidam dos Cuidadores Informais (RACCI), promovida pelo Movimento Cuidar dos Cuidadores Informais, que reconhece as autarquias detentoras das melhores práticas de apoio aos cuidadores informais e à pessoa cuidada.

Entre 2011 e 2021, o concelho de Mafra registou um aumento populacional de 12,8% (um ritmo de crescimento superior ao observado na AML e o segundo concelho com maior crescimento a nível nacional), atingindo mais de 86 mil residentes.

No âmbito da Habitação, o Município de Mafra tem em curso a **Estratégia Local de Habitação**, a qual preconiza, até 2026, o investimento na aquisição, construção e reabilitação de casas por todo o Concelho de Mafra, para arrendamento em vários regimes.

Na presente data, estão em curso, dois concursos por classificação para 155 fogos habitacionais. 105 fogos para regime de arrendamento apoiado e 50 para regime de arrendamento de renda reduzida

No atual contexto das sociedades modernas, o voluntariado assume cada vez mais um papel preponderante, criando capital humano e social, reforçando a inclusão social e promovendo a solidariedade entre gerações. Concetualmente, o voluntariado consiste no "conjunto de ações de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas".

O Município de Mafra celebrou, em 2019, um protocolo com a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), a quem compete a gestão do voluntariado a nível nacional, com o objetivo de implementar o **Banco Local de Voluntariado do Concelho de Mafra (BLVCM)**, preconizando apoiar os cidadãos na ocupação dos seus tempos livres através da realização de atividades socialmente profícuas, adaptadas à sua disponibilidade e características de vida.

Neste sentido, e pelo terceiro ano consecutivo, o Município de Mafra foi distinguido com o **Galardão Autarquia Voluntária 2025**, onde vimos reconhecidas as práticas, dinâmicas e instrumentos criados e desenvolvidos no município, em prol da promoção da prática do Voluntariado.

A nível local, e também, no âmbito das candidaturas PRR, o Município de Mafra tem implementada, desde 1 de março de 2025, a equipa **Radar Social**, no âmbito da candidatura ao programa de Investimento RE-C03-i01.m03 – Radar Social – Criação de equipas para projeto piloto, no contexto dos fundos europeus atribuídos a Portugal através do seu Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

O Radar Social tem como objetivo a identificação de pessoas, famílias e grupos em situações de vulnerabilidade social e/ou em risco de pobreza e exclusão, em articulação com as entidades da Rede Social do concelho.

O Município de Mafra dispõe ainda, de outros apoios sociais, devidamente regulamentados, como a participação total ou parcial da Componente de Apoio à Família (serviço de refeições, prolongamento de horários, e atividades nas interrupções letivas, para crianças de pré-escolar e escola básica); participação total ou parcial na mensalidade de frequência desportiva; atribuição de géneros alimentares sob a forma de voucher; programa Arrendar (apoio pecuniário ao arrendamento); Atribuição de Tarifa Social e Tarifa Famílias Numerosas de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos; Apoio à fixação de Médicos de Família; atribuição do Cartão Abem – Rede solidária do Medicamento, e atribuição de Cartão Família.

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO NO DESENVOLVIMENTO DE REGIÕES DE BAIXA DENSIDADE

Universidade da Beira Interior (UBI) e Regiões Circulares

No plano regional, a Universidade da Beira Interior (UBI) é uma poderosa alavanca de iniciativas de economia circular, que visam impulsionar o desenvolvimento regional sustentável através da ativação de diferentes tipos de proximidade entre atores locais, a saber: geográfica, relacional e institucional.

Ainda ao nível regional, as empresas e organizações encontraram vantagens logísticas, que possibilitam a reutilização de subprodutos industriais e a criação de sinergias que estimulam o crescimento local. As práticas de cooperação circular incluem trocas de resíduos transformados em matérias-primas, projetos de simbiose industrial, redes de partilha e *upcycling* (ou seja, reciclagem criativa), laboratórios colaborativos e estratégias de envolvimento dos cidadãos.

A economia circular é apresentada como uma estratégia crucial para a sustentabilidade empresarial e regional, que vai muito além da simples redução de resíduos e do aumento da eficiência na utilização de recursos. Ao promover práticas circulares, tais como reutilização, reciclagem e partilha de materiais, a UBI contribui não só para reforçar os benefícios ambientais, como também para fortalecer redes socioeconómicas locais, estimular a inovação e aumentar a resiliência económica, ao nível regional.

O papel da UBI na exploração da proximidade geográfica entre *stakeholders* revela-se por via da facilitação da troca de recursos, materiais e ideias, promovendo o surgimento de soluções inovadoras e uma resposta rápida a desafios locais.

Já no que respeita à proximidade relacional, a confiança construída por intermédio da UBI, através de interações frequentes, é um catalisador essencial para a cooperação e a aprendizagem coletiva. As relações estáveis entre empresas, associações e autoridades locais aumentam a capacidade de resolver problemas conjuntos, partilhar experiências e alinhar objetivos para o desenvolvimento regional sustentável. A proximidade relacional promove ainda a criação de comunidades comprometidas e uma cultura de colaboração duradoura.

No plano da proximidade institucional cabe destacar que, as regulações, as normas, as iniciativas colaborativas e os valores partilhados entre a UBI e o ecossistema de atores, são fundamentais para consolidar as iniciativas e práticas circulares. A adoção de referências institucionais comuns permite alinhar ações, criar políticas e estratégias voltadas para a sustentabilidade, e incentivar a participação de diferentes atores da sociedade. A governança sólida da UBI pode ainda facilitar o acesso a incentivos e recursos públicos, assim como o desenvolvimento de projetos abrangentes, ao nível regional e suprarregional.

As regiões circulares proporcionam a redução de custos logísticos e ambientais, o fortalecimento de relações de confiança entre empresas e comunidade, a criação de estruturas permanentes de governança (isto é, associações e redes) e o desenvolvimento de uma narrativa regional em torno da sustentabilidade.

Neste sentido, recomenda-se a criação de organismos locais de governança com o envolvimento participativo da UBI, e o incentivo à partilha de conhecimento e recursos, como vias preferenciais para se atingir a sustentabilidade no longo prazo.

Assim sendo, a economia circular, se estiver fundada em mecanismos de proximidade, pode reconfigurar o desenvolvimento regional sustentável, promovendo integração, resiliência e bem-estar coletivo, por intermédio da cocriação e da partilha de valor.

Em termos regionais, no plano das oportunidades identificadas, por explorar, cabe destacar que a Serra da Estrela é uma referência na geografia portuguesa e da Beira Interior, assumindo uma natureza diferenciadora na continuidade do planalto montanhoso da meseta ibérica, que urge reposicionar e valorizar através de políticas públicas orientadas para a biodiversidade e a circularidade.

Na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2022, de 27 de setembro, que aprovou medidas em consequência dos danos causados pelos incêndios florestais no Parque Natural da Serra da Estrela, ao tempo, o Governo decidiu dinamizar um Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela (PRPNSE), cujos domínios temáticos são: 1. Pessoas, Inovação Social, Demografia e Habitação; 2. Economia, Competitividade e Internacionalização; 3. Ambiente, Proteção Civil, Florestas, Agricultura e Ordenamento; e 4. Cultura, Turismo e Marketing Territorial.

No que respeita às Pessoas, Inovação Social, Demografia e Habitação, é necessário lançar um programa que vise a educação executiva na fileira produtiva do queijo, sob a temática de: Economia Circular e Marketing do Queijo. Existe falta de qualificação e desconhecimento das práticas de circularidade aplicáveis a esta fileira. Este cenário consubstancia um problema de capital humano, de capital relacional, mas também de capital organizacional, que tolhe a competitividade dos produtores de um dos melhores Queijos do Mundo.

Relativamente à Economia, Competitividade e Internacionalização, é crítico promover a competitividade, o empreendedorismo e o crescimento económico sustentável. Tal deve ser garantido através da capacitação do tecido empresarial do território, apostando em investigação e desenvolvimento tecnológico.

É imprescindível aumentar a aposta em marketing, a internacionalização e a promoção dos ativos intangíveis do território, assentes nas tradições, nos usos, nos costumes e no empreendedorismo artesão, mas com vocação de exportação de pequenas gamas, com valor acrescentado e elevado reconhecimento da imagem de marca associada.

No território da Serra da Estrela, abordar a competitividade, ignorando a necessidade básica de promover a reflorestação e a biodiversidade enquanto ativos económicos deste parque natural, no sentido de travar a erosão, lidar melhor com as alterações climáticas e proporcionar o rejuvenescimento das atividades produtivas, é um erro persistente que poderá ser descontinuado. A iniciativa dos voluntários é fundamental, mas não é suficiente, sendo necessário operacionalizar programas de mecenato e de investimento socialmente responsável, com emissão de obrigações verdes e sociais, ou plataformas de *crowdfunding* amigas do ambiente, da biodiversidade, da recuperação dos solos e da reflorestação.

Seguindo uma lógica baseada no produto, por comparação com as iniciativas bem-sucedidas dos produtos endógenos produzidos e exportados por Espanha, França e Itália, considera-se fundamental encetar iniciativas públicas e privadas que promovam a criação de um Programa Certificado de Produção e Consumo do Leite de Montanha. No turismo sustentável, há que fazer mais e melhor para defender e valorizar a atividade ancestral ligada ao pastoreio e ao negócio de gado, por intermédio da criação de Rotas Multissetoriais dos Pastores, com certificação e selo de qualidade.

Todas estas atividades merecem ser enquadradas numa lógica mais abrangente e estratégica de valorização da denominação de origem protegida, é com essa motivação que se entende haver uma oportunidade a explorar para se investir na organização da DOP *Summit*, no sentido de proporcionar visibilidade aos produtos DOP e reforçar a capacidade exportadora dos produtores e empreendedores artesãos.

No domínio do Ambiente, Proteção Civil, Florestas, Agricultura e Ordenamento, é fundamental empreender atividades inovadoras de planeamento e ordenamento para aumentar a resiliência do território. Aqui sublinha-se a necessidade de questionar se não seria diferente ter um Parque Nacional da Serra da Estrela? E a inércia face à complexidade das questões relacionadas com o ordenamento e a gestão dos baldios é para manter? Pois, sendo uma tarefa difícil, não será impossível se forem pensadas contrapartidas e compensações económicas, que podem estar associadas a novas formas de organização cooperativa da produção, bancos de terras e comunidades de energia.

Atravessar a Serra da Estrela, faz-nos pensar e refletir sobre o que nos trouxe até aqui. Fruto dessa reflexão, considera-se imprescindível aumentar a biodiversidade e o restauro ecológico, promovendo e mantendo o mosaico agro-silvo-pastoril sustentável. O capital relacional deste território que entrou em declínio perdeu capacidade de influência e de determinação. Não se trata de uma dimensão menor, cujo decréscimo concorre negativamente para a sustentabilidade do território e das pessoas. O valor das pessoas é proporcional ao valor das suas relações, por isso urge encontrar novas formas de promoção e inovação do capital relacional para combater a desvitalização do território.

A proteção dos ativos animais e o aumento do seu stock residente, devem ser prioridades a ter em linha de conta na valorização dos recursos endógenos, por exemplo, através do aumento do número de caprinos e ovinos autóctones acompanhando toda a fileira de subprodutos (leite, queijo, etc.).

Para viabilizar a exploração das prioridades identificadas, tem-se como necessária a criação de Zonas de Biodiversidade e Preservação de Raças Autóctones para Pastoralidade e Mitigação das Alterações Climáticas.

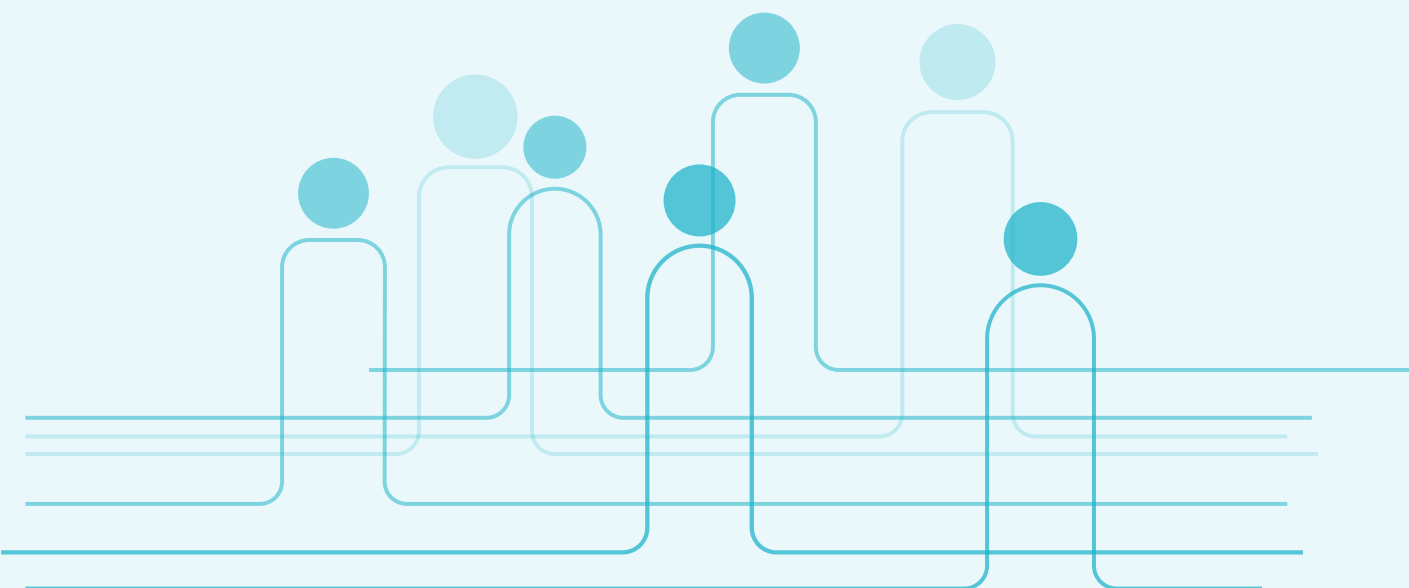
No domínio da Cultura, Turismo e Marketing Territorial, a Serra da Estrela deve ser posicionada como o primeiro destino de natureza, saúde e bem-estar. Duas iniciativas altamente diferenciadoras que podem ser promovidas, tendo as instituições de ensino superior, os municípios empreendedores e os empreendedores artesãos como motores de propulsão, são: uma Rede de Ecomuseus de Turismo Industrial (lã, burel e outros processos e/ou produtos artesanais); e uma Rede de Unidades de Turismo Sustentável: Abrigos em Territórios de Montanha, que permita refuncionalizar o património das Matas Nacionais.

Nos Territórios de Montanha devem ser criados laboratórios vivos de circularidade e biodiversidade. Neste sentido, é necessário inovar e valorizar a cadeia de valor destes territórios, considerando três atividades principais. A primeira atividade, integrando uma abordagem circular e soluções baseadas na natureza, é a valorização dos ativos tangíveis e intangíveis, por intermédio de certificação, biodiversidade, pastorícia, reflorestação, qualidade e sanidade das produções. A segunda atividade abrange a educação, a formação profissional e a gestão de nov@s pastor@s. A terceira é a do Marketing do Lugar, que através da participação e dinamização de feiras internacionais, lojas próprias, restaurantes baseados nos lugares, eventos com visibilidade internacional com foco na saúde, bem-estar e espiritualidade, devem apontar para novas lógicas de exploração de oportunidades baseadas nos produtos e nas marcas de produtos, tais como o queijo, o cabrito, o borrego, o burel, o mel, o vinho, as plantas aromáticas, as ervas medicinais e o cardo.

Para terminar, e porque se entende que não ficaria completa a tentativa de pensar a UBI e as regiões circulares, sob uma lente de políticas públicas de circularidade e biodiversidade, sem propor uma agenda de investimentos públicos e privados, aventa-se um conjunto ambicioso de projetos e iniciativas sustentáveis tendentes ao investimento produtivo e circular, que aqui se deixa para as gerações vindouras concretizarem, mas sem muitas demoras ou bloqueios intrarregionais ou pessoais. Para eventual consideração por parte do leitor e dos decisores políticos, propõem-se os seguintes investimentos infraestruturais: (I) Rede de interconexão de telecomunicações (para eliminar as Zonas Brancas); (II) Corredor Verde na Serra da Estrela; (III) Mini hídricas e manutenção dos cursos de água; (IV) Reflorestação e biodiversidade dos ecossistemas naturais e ambientais da Serra da Estrela; (V) Áreas Integradas de Gestão de Paisagem; (VI) Construção de Barragens e de nova fase do Regadio da Cova da Beira; (VII) Redes de Unidades de Turismo Sustentável; (VIII) Redes de Vias de Observação de Paisagem e das Espécies Vegetais e Animais; (IX) Centro de Alto Rendimento Desportivo ligado à água, com valências de treino e recuperação em altitude; e (X) Centro Europeu de Investigação & Desenvolvimento, com foco na Inteligência Artificial e Alterações Climáticas.

Por um território circular e equilibrado, com um futuro sustentável!

João Leitão, Vice-Reitor da UBI



AS MEDIDAS ESTRUTURAIS DECORRENTES DA DINÂMICA DOS FLUXOS DE IMIGRAÇÃO

GT DEMOGRAFIA DO OBSERVATORIO SERVIÇOS, COMPETITIVIDADE URBANA E COESAO TERRITORIAL

TEXTO - "O PROBLEMA DA DEMOGRAFIA: COMO ENFRENTÁ-LO?"

(Contributo de José Félix Ribeiro para a discussão)

CONTRIBUTO: IMIGRAÇÃO - EDUCAÇÃO - CIDADES MÉDIAS

O presente contributo pretende apenas apelar para a reflexão e estudo, para potenciais mudanças estruturais na sociedade portuguesa decorrentes da dinâmica explosiva da imigração. Essas mudanças poderão contribuir para o impulso de desenvolvimento de cidades médias.

1. Na fase inicial do estudo sobre a temática da Imigração(1), procurou-se contribuir para o mapeamento desta dinâmica procurando compreender quem eram, de onde vinham e como se distribuíam pelo país, bem como as motivações(2) subjacentes à atractividade de Portugal, que está expressa na diversidade das origens dessas comunidades. Nessa abordagem de mapeamento, em que se seleccionaram comunidades - Brasil, Ucrânia, Índia, EUA, França, para as quais estava disponível informação substantiva e credível, ficou evidenciado:

Primeiro: diferentes perfis de imigração, "firmado" por motivações diferentes mas em que fica claro a existência de "factores"/motivações comuns nos diferentes perfis. Nesta lógica, ficaram identificados três perfis: 1º) A imigração pela motivação da "sobrevivência", que se constitui como principal padrão da imigração (procura trabalho, fuga da agressão - ambiental, política, guerra...); 2º) A imigração pela motivação da "qualidade de vida em segurança", que tem por base grande diversidade de motivações - empreendedorismo/negócios, "experiências" de vida (factores endógenos dos lugares), incentivos políticos/fiscais/económicos (incentivos à imigração, custo de vida nas suas diferentes vertentes); 3º) Uma nova classe imigratória. Os Estudantes (qualidade de ensino, mobilidade), designadamente os que se encontram no patamar dos estudos universitários. Nestes três "perfis" que designámos como - "Sobrevivência" - "Qualidade de Vida em Segurança" - "Estudante", os factores comuns de motivação "focam-se" na - Segurança - Mobilidade(3) - Educação.

Segundo: Na fase de mapeamento e segundo os dados estatísticos (SEF 2022) a diversidade e volumetria das comunidades já apontava(4) para:1°) BRASIL 202 829 (34%); 2°) PAÍSES EUROPEUS (R.U, França; Alemanha, Itália, Países Baixos, Espanha)141 448 (23%); 3°) PALOP (Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau e S. Tomé e Príncipe) 95 146 (16%); 4°) INDOSTÃO (Índia, Nepal, Bangladesh, Paquistão) 79 014 (12%); 5°)LESTE EUROPEU (Roménia, Ucrânia, Moldova) 60 633 (10%); 6°)CHINA 22 214 (4%); e por último (7°) com percentagem idêntica surge do continente americano a Venezuela 5 932 e os EUA 6 341 com 1% cada.

Quanto à distribuição geográfica no país destas comunidades(5) constatava-se: a) Os maiores valores de Residentes Estrangeiros se localiza nos Distritos do Litoral pela seguinte ordem : Lisboa (325 319); Faro (109 640) os dois distritos que se destacam no conjunto, seguidos pelos distritos de Setúbal (77 182); Porto (66434); Leiria (30 713); Braga (28 127); Aveiro (23 696); Santarém (20 807); Coimbra(19 818)Viana do Castelo (9187); b)Com a exceção de Beja (17 813) os valores de residentes estrangeiros nos distritos do interior são mais reduzidos , ficando abaixo dos 10 mil; c)Em termos de % da população dos respetivos distritos os maiores valores são registados a Norte do País: Bragança (23%); Viana do Castelo (22,4%); Porto(19, 8%); Aveiro(16,2%Braga(19,1%); Castelo Branco (20, 1%) e Aveiro (16,2%) na região Centro, também se encontram entre os distritos com maior ocupação de residentes estrangeiros.

2. Nesta sequência e atendendo ao facto de que à data da elaboração do documento de estatísticas, formalmente o SEF referia que em 2022 o total de estrangeiros com autorização legal de residência em Portugal totalizava 781 915 indivíduos (Fonte: SEF/RIFA 2022), já rectificado no actual relatório da AIMA para 992 837, a realidade à data de 31 de Dezembro de 2024 refere que se trata de um total de estrangeiros com autorização legal de residência de 1 543 697.

Esta volumetria, tem projectado mudanças estruturais, ainda pouco ou mesmo nada estudadas pelo que é mais uma vez, com o objectivo de contribuir para o mapeamento de questões que estão e vão acelerar mudanças estruturais se considera oportuno "olhar" para alguns dados da evolução em curso no âmbito da:

- **EDUCAÇÃO**, motivação transversal a todas as comunidades, já que esta imigração que vem no ciclo de vida activa, independentemente do seu perfil, considera o modelo do sector público da educação português favorável e factor determinante na decisão de imigração, o que significa que o sistema desde o infantil até ao secundário se está a preparar. Mas não só, o ensino privado nacional começa a alterar o seu modelo de ensino face à aceleração do investimento privado externo (imigração) na compra/construção de colégios para satisfazer as necessidades de uma classe média de imigrantes de diversas nacionalidades, mas também de uma classe média alta portuguesa que está a assistir pela primeira vez ao *up grading* do ensino secundário com modelos de ensino internacional – o que praticamente não existia no país. Os colégios ao nível do secundário e internacionais estavam praticamente ao serviço do pessoal das embaixadas e dos quadros de empresas internacionais/globais.

- **NÓMADAS DIGITAIS**, que representam um novo perfil de imigrante que por sua vez corresponde a um novo perfil de trabalhador qualificado e cujo impulso e crescimento decorre do período pandémico e das mudanças estruturais nas funções/qualificações do mercado de trabalho impostas pelas mudanças estruturais a nível tecnológico – digitais e IA. Que impacto terão no mercado de trabalho nacional e nas externalidades (positivas e negativas) resultantes do seu perfil poderão trazer, julga-se que será relevante estudar no futuro, num contexto próprio.
- **DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA IMIGRAÇÃO** apesar da concentração nos grandes centros urbanos e em regiões que têm uma relação directa com as actividades laborais ou regiões que intrinsecamente atraem a imigração ao longo de décadas – caso do Algarve, os dados estatísticos começam a apontar para a disseminação para regiões do país que poderão fomentar o renascimento ou um novo vigor para cidades de media dimensão. Também aqui apenas se pretende aflorar esta questão que num futuro poderá constituir um projecto específico para as potencialidades que a imigração está a promover em certas regiões despovoadas.

3. EDUCAÇÃO

Com base em fontes várias procedeu-se a um levantamento sucinto sobre a volumetria dos **alunos estrangeiros em Portugal que frequentam o ensino básico e secundário públicos**, sendo claro o seu crescimento nos últimos anos: Assim e em síntese:

1º) No final de 2024 estavam inscritos 140 mil alunos na escola pública correspondendo a mais de 187 nacionalidades; 2º) No ano lectivo de 2018/2019 eram apenas 53 mil representando nesse ano 5,3% do total de alunos matriculados, mas no ano lectivo de 2023/2024 (179 534) já representavam 13,9% do total de alunos e em 2024/2025 o número de alunos aumentou em mais 20 mil (básico e secundário); 3º) Mais de 50% dos alunos estrangeiros são de nacionalidade brasileira (52%) e 72% são CPLP; 4º) No período entre 2018/2019 e 2023/2024 o maior crescimento de alunos estrangeiros está distribuído pelas comunidades do Brasil, Angola, São Tomé e Príncipe, Índia, Venezuela, Paquistão, Bangladesh, Colômbia, Argentina e Rússia; 4º) No período referido a média de alunos estrangeiros nas escolas (por nacionalidade) correspondia em 2018/2019 a 11 nacionalidades tendo subido esta média para 19 nacionalidades, sendo que – em Lisboa... em cinco dos AE e ENA da capital têm distribuídos pelas suas salas de aulas estudantes de mais de 40 nacionalidades; 5) O Ministério implementou uma política de – integração e sucesso dos alunos migrantes a partir de 2024 com mediadores linguísticos e culturais (272). O objectivo é que cada mediador tenha à sua responsabilidade 20 alunos, especificamente dirigidos aos alunos migrantes de países terceiros (não – CPLP) estando esta despesa calculada para um montante de 9,5 milhões de euros. Esta medida visa colmatar também a taxa de insucesso verificada entre os alunos migrantes que no ano de 2021/2022 correspondeu a cerca de 40%; 6º) As regiões com maior concentração de alunos migrantes do 1º e 3º ciclos do ensino básico é a Grande Lisboa, AMPorto e o Algarve. Em resumo, parece que a “explosão” de

imigração estudantil que frequenta a escola pública está a encontrar suporte político na perspectiva da sua integração o que constitui uma fonte mitigadora no contexto familiar, pese embora o peso dos custos públicos com esta tarefa.

Acresce que a política de integração "mediadores cultura" (e sua qualidade) também serão relevantes no contexto das escolas das cidades médias e assim fortes impulsionadoras para fixação de residência de imigração em caso de desenvolvimento de actividades na região.

Mas no âmbito da oferta privada está a explodir uma oferta de escolas básicas e secundárias privadas internacionais, que parece vir reconfigurar e desafiar o modelo de ensino, já que a oferta não está só dirigida para a imigração mas também para a classe média alta portuguesa. No texto de mapeamento das motivações das comunidades imigrantes, referido no ponto 1 houve oportunidade de referir que a comunidade imigrante francesa em Portugal com particular expressão residencial em diversos negócios na freguesia de Campo de Ourique, no contexto cosmopolita de residentes europeus (italianos, ingleses, americanos) e onde se situa o Liceu Francês Charles Lepierre, num enquadramento geográfico privilegiado de acesso às vias rápidas, impulsionou, face à escassez de oferta dos colégios privados com currículo internacional e com aumento da procura acelerada, três mães francesas a abrir em 2017 a escola **REDBRIDGE** (Campo de Ourique) com 450 alunos matriculados (2022/2023) no pré escolar e ensino básico, representando 36 nacionalidades e que proporciona uma secção de educação bilingue Ffrancês/inglês e outra português/inglês.

Nesta data, são grupos internacionais de educação (mas também ligados ao imobiliário) que se instalaram no país nos últimos 5 anos, compraram edifícios abandonados (ou escolas privadas nacionais) em locais estratégicos ou construíram de raiz escolas com modelo de ensino próprio (o perfil britânico é o mais comum) estão instalados no país ao abrigo de Vistos Gold e de outros mecanismos para investimento privilegiado e parecem vir a reconfigurar o modelo educacional português ao nível do secundário, um pouco a semelhança do caminho que as universidades percorreram para se internacionalizar. Só que ao nível do ensino obrigatório (básico /secundário) as aprovações curriculares não só têm de obter o veredicto do ME, bem como outros mecanismos impostos pela legislação nacional ao nível de infraestruturas. Em síntese, aponte-se alguma informação sobre estes grupos e sua dinâmica:

1 - INSPIRED EDUCATION – O grupo anglo- libanês foi fundado por Nadim M Nsouli em 2013. Tem 120 escolas nos diversos continentes e mais de 50 na Europa. Em Portugal tem o PaRK International School (2018) com campus em Alfragide, Cascais, Praça de Espanha e Restelo, Tem o Peter's International School em Palmela (2019), o Colégio de Vila Moura e Loulé (2024) e abriu em 2025 o King's College School em Cascais onde foram investidos 75 milhões de euros. No próximo ano abrirá o primeiro edifício pensado de raiz para o ensino secundário internacional do país.

2 - THE SCHOOLS TRUST – E uma organização de beneficência registada no Reino

Unido que teve 14 escolas na Ásia Europa e América do sul e abriu em 2019 o British School of Lisbon, Em 2024 abriu um segundo campus no Restelo (instalações do Bele-nenses um pouco acima do estádio).

3 - TESIS - As suas origens - "The American School in Switzerland"(TASIS) estão na Suíça, fundada por Crist Fleming em Lugano em 1956. No presente, para além desta escola e de escolas no Reino Unido e em Porto Rico, abriu na Beloura (no antigo CC Sintra) a TESIS Portugal quarto campus do grupo em 2020.

4 - DUKES EDUCATION - É uma rede de escolas criada por Aatif Hassan no Reino Unido em 2015. O grupo tem escolas em vários países (Croácia, Chéquia; Grécia, Irlanda, Polónia, Roménia, Espanha e Suíça) e investiu em Portugal em 2021 pela primeira vez através do Grupo Martinhal (imobiliário). Em 2022 abriu o United Lisbon International School, o International Sharing School em Oeiras em 2023, o Colégio Júlio Dinis no Porto em 2023 e o Colégio Luso Internacional de Braga em 2025.

5- FORFAR EDUCATION - É um grupo escolar britânico fundado em 2026 por John Forsyth. Tem escolas e infantários no Reino Unido, Espanha e Andorra. Comprou o Colégio do Vale na Charneca da Caparica em 2024 e comprou o campus de Torres Vedras em 2025 que está a ser alvo de melhorias nos espaços ao ar livre e que são de aprendizagem, já que o modelo a seguir é o do colégio Forest School, sendo que pretende-se que seja implementado o Cambridge A Levels e a opção de diploma duplo.

6 - ARTEMIS EDUCATION - O grupo foi criado por Niall Brennan em 2019, mas existe um histórico familiar nesta área de actividade que fundou no Qatar o Park House English School nos anos 80 do século passado. Existem escolas em Doh, no médio Oriente e irá abrir em Espanha, Itália e Áustria. Em Lisboa abriu o The Lisbon (Lisboa) em 2025 onde foram investidos 75 milhões de euros sendo que a expansão está em curso para Cascais/Oeiras e Algarve.

Esta dinâmica de investimento e concorrencial continua em aceleração e em 2026 deverá ser inaugurado o campus da Sierra Canyon America International School Portugal ,em Alcochete (modelo de escola sem fins lucrativos) a primeira filial deste grupo americano de Los Angeles fundado em 1978. Será financiada pela Sierra Education Development Fund. Não obstante, neste caso o avanço desta empresa e respectivo colégio ainda estão em fase embrionária. Não obstante o figurino do empreendimento é a abertura de uma escola de tipologia americana que vai receber alunos desde o pré escolar até ao 12º ano com abertura para a continuação do ensino superior nos EUA. Nesta lógica o grupo Canyon estabeleceu uma parceria de capital de risco com a Canaan Global Holdings. Esta empresa de capital de risco está registada em Cascais e a sua actividade concentra-se na operação de projectos imobiliários e de turismo em Portugal e Espanha bem como em outros países europeus. A pretensão desta iniciativa do Grupo Canyon e fazer concorrência a escola Carlucci American International School of Lisbon em Sintra.

Por último, está previsto em 2027/2028 a abertura do Brighton College Lisbon ainda com local a confirmar mas o grupo que tem colégios na Europa na Tailândia e nos Emirados Árabes Unidos, estabeleceu uma parceria com o Inteleggo Education simultaneamente com outro projecto que vai ser implementado em Madrid e em Roma. Após esta apresentação parece legítimo questionar onde irá ficar a escola pública portuguesa? Já começam a emergir escolas no ensino privado particular com programas de ensino internacionais, com IB (International Baccalaureat) bilingue como o Colégio João Paulo II em Braga. Teremos alunos no "modelo internacional de escola privada" no litoral e Algarve e da "escola pública tradicional" nas cidades do interior? Que cidades médias terão capacidade para escalar e atraírem também escolas que oferecem opções de duplos currículos que promovam a mobilidade social e o aumento de competências? E as escolas técnico- profissionais? E o ensino superior (politécnicos) não estará também em risco? Ou será um desafio a enfrentar para fixar os estudantes saídos destas escolas com currículos adaptados a uma realidade global ?

Mais uma vez parece oportuno invocar alguns dados apurados no documento 2 do mapeamento e invocado no ponto 1 deste texto. Nessa altura apurou-se que o aumento do número de estudantes que escolheram Portugal para iniciar, complementar ou concluir os seus estudos de ensino superior tinha aumentado para o dobro considerando que no ano 2012/2013 se tinham registado 31000 e em finais de 2022 registavam-se 69 965 alunos, sendo que as nacionalidades representadas no período entre 2006-2008 era ocupada pelas nacionalidades angolana seguida da cabo verdiana e que desde 2011 o Brasil passou a ocupar o primeiro lugar nunca mais tendo deixado o topo da tabela. Nesse ano e por ordem decrescente situou-se a Guiné Bissau, Cabo Verde, Angola Espanha França Itália Alemanha Moçambique e China. A proporção de estudantes estrangeiros continuou a aumentar até 2022/2023 onde representou cerca de 13% dos alunos.

Em 2024, segundo dados da PORDATA(7) os estudantes estrangeiros eram 77 471 tendo diminuído em relação ao ano de 2023 (-0,8%) mas o percurso evolutivo não deixou de crescer. Afigura-se pois oportuno compreender em que graus os estudantes estrangeiros tem apostado e reportando-me aos dados evolutivos desta fonte, no período entre 2008-2024 fica claro que o mestrado (1,1%) e também mestrado integrado (0,6%) são os graus em que os alunos estrangeiros apostam, já que se constata por reporte a 2023 algum esbatimento ao nível do doutoramento, licenciatura (-1,4%) e acima de tudo dos cursos técnicos superiores profissionais que registam um decréscimo de (-5,6%) tornando-se irrelevantes.

Quanto às nacionalidades, a brasileira como se referiu mantém-se no topo, sendo seguida pelos europeus RU e Itália bem como Cabo Verdiana, Indiana e Romena.

4. NÓMADAS DIGITAIS

Os estudos sobre nómadas digitais apontam para a importância de entender o seu perfil e as suas necessidades bem como o impacto social e económico que representam para os locais onde se fixam (residem). Esta noção de "nómada" já se reporta a projectos de "fixação" geográfica que ofereçam os factores que correspondam ao perfil do elemento dessa comunidade. E digo comunidade porque criam comunidades fortes como por exemplo o projecto específico Digital Nomads Madeira Islands que procura atrair e integrar estes profissionais, que desde 2021 dispõe de mais de 3500 participantes, criando programas cuja tendência aponta para um crescimento contínuo, com potencial para transformar a dinâmica económica e social de áreas rurais e cidades de todo o mundo.

Em 2021 a estimativa de nómadas digitais em Portugal apontava para cerca de 100 mil e entender o seu perfil significa em primeiro lugar perceber o que fazem. O nómada digital corresponde às profissões do novo paradigma económico de desenvolvimento que não necessitam de concretização física, tais como sejam: 1º) Tecnologia da Informação (programador, criador de software, apps, sites), webdesigner, analista de dados (ajuda as empresas a tomar decisões informadas; 2º) Marketing digital e criação de conteúdos (redactor/escritor – produz textos para blogs, artigos e-books), gestor de redes sociais, designer gráfico (cria logo marcas, peças de marketing), fotógrafo/videomaker (produz e edita fotos e vídeos para clientes) youtuber (Influencer cria e partilha conteúdo on line para o público); 3º) Serviços e consultoria (tradutor, consultor negócios, finanças, coaching, marketing), professor de idiomas on line (através de plataformas) terapeuta (consultas remotas); 4º) Negócios de e-commerce (empresário digital (cria e gere negócios on line e commerce ou infoprodutos; marketing de filiais (produtos de terceiros on line) investidor (opera em bolsa de valores ou em fundos de investimento).

Face às actividades que desenvolvem os factores de atracção/motivação são: A qualidade de vida e segurança (em que mais uma vez Portugal é atractivo) a qualidade da infraestrutura (Portugal possui boa conectividade de internet e uma rede crescente de espaço de co working e de hubs digitais) localização estratégica (a localização e Portugal permite fácil acesso a outras cidades europeias de voos de baixo custo) comunidades (existem comunidades de nómadas digitais como a Lisbon Digital Nomads Slack que facilitam a integração e o net working).

Em Portugal, os nómadas digitais dispõe de legislação (Lei nº 18/22 de 25 Ag) que regula a quem se destina, como funciona os requisitos, rendimento mínimo, validade e renovação. Não obstante, no quadro actual de alterações legislativas no domínio da imigração é possível que haja lugar a ajustamentos, atendendo a que se trata de mão de obra qualificada, tão pretendida no presente quadro político e por outro lado, se tratam de "comunidades nómadas... digitais" (... período de residência longo .. mas não definitivo).

Mas o que parece oportuno relevar é que papel podem desempenhar os nómadas digitais. De facto os que optam pela fixação urbana e em Portugal – Lisboa, Porto e Algarve é que dispõem de maior concentração de nómadas digitais, o que muitas vezes é apontado no caso da fixação de residência em zonas históricas terem provocado externalidades negativas na economia local (preços de habitação, alimentação, restauração..) em virtude de os seus rendimentos e poder de compra serem muito mais avultados do que os autóctones e mesmo os outros imigrantes com inferiores níveis de qualificação.

No caso das opções de fixação rural estudar as oportunidades que potenciem novas dinâmicas nos locais e onde a integração entre "vivências" pode "puxar" pela dinâmica de locais ao redor de cidades de média dimensão e que potencie a coesão. Também esta dinâmica ao estar ancorada em pessoas no início da vida activa levanta desafios para a gestão da oferta de serviços para várias gerações como eixo fundamental de coesão social. Existem exemplos em Portugal que poderão ser analisados na perspectiva de replicação e incentivo para promover "a escala" de qualidade e dimensão económica e social de cidades médias. Com objectivos comuns – atrair e dinamizar económica e socialmente locais, mas em regiões com características bem distintas (urbano versus rural) evidencie-se dois exemplos:

1 - Como é que a Madeira atrai Nómadas Digitais

https://www.google.com/search?q=O+que+faz+a+madeira+para+atrair+os+nomas+das+digitais&oq=O+que+faz+a+madeira+para+atrair+os+nomadas+digitais&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOTIHCAE_QIRifBdlBCjE2MjE1ajBqMTWoAgiwAgHxBRHaoC-5jCdq5&sourceid=chrome&ie=UTF-8

A Madeira tem uma estratégia de atração desenhada pela iniciativa Digital Nomads Madeira e definida no projecto estratégico do Governo Regional e da Start up Madeira, para atrair trabalhadores remotos para a ilha, oferecendo condições para se tornarem a sua segunda casa por períodos entre um e seis meses . A iniciativa Digital Nómadas Madeira combina as qualidades naturais da ilha (beleza, clima, actividades ao ar livre) com infra estruturas de alta tecnologia – a ilha beneficia de uma estação de cabo submarino com cabos ópticos internacionais que garantem excelente qualidade, custo e largura de banda para a internet como o Gateway fornecido pela Marconi Direct (MID) sem restrições. A criação de espaços de trabalho complementa a estratégia, tendo sido criada um espaço oficial em Ponta do Sol – a Digital Nomad Village espaço de co-working para o teletrabalho que inclui áreas exteriores para vídeo chamadas, com uma rede de internet segura e estável para suportar múltiplas pessoas a trabalhar em simultâneo. Esta lógica garante a conciliação da vida profissional – pessoal com altos níveis de qualidade de vida e contacto directo com as comunidades locais num processo de integração/inclusão natural de culturas.

2 - Como é que "Nómadas Digitais criam aldeia tecnológica no Alentejo"

https://expresso.pt/economia/economia_imobiliario/2025-06-26-nomadas-digitais-criam-aldeia-tecnologica-no-alentejo-354f740a

Em Santiago do Cacém (em Abela) está a crescer um projecto arrojado de "repovoamento" assente numa dinâmica de desenvolvimento específica e não comum em Portugal construída por e para nómadas digitais. Trata-se de uma aldeia tecnológica que desafia os modelos tradicionais de habitação, de propriedade e de sustentabilidade conduzida pela TDF (Traditional Dream Factory) fundada por um coletivo de mais de 60 nómadas digitais, empreendedores e regeneradores de todo o mundo. A maioria é proveniente de países da Europa Central, como a Alemanha, a Suíça ou a França, embora muitos tenham uma forte ligação pessoal a Portugal. A TDF é pioneira num modelo de coabitação regenerativa, que promove relações harmoniosas entre pessoas, natureza e gerações futuras. O projeto, que já acolheu mais de 3000 visitantes, ambiciona tornar-se uma comunidade permanente para 300 residentes até 2026, contribuindo para o repovoamento e revitalização económica da região. O espaço ocupado (antiga fábrica de processamento de carne de aves, construída em 1972) pertence a uma associação do tipo land trust (uma espécie de fundo de investimento para propriedades rústicas), sem fins lucrativos, que trabalha para conservar terras para vários fins, como a proteção de habitats naturais, a qualidade da água, vistas panorâmicas ou terras agrícolas. Para o efeito, adquirem terrenos ou servidões de conservação ou gerem terrenos e servidões existentes. Os fundos de terras colaboram frequentemente com proprietários de terras, comunidades e outros parceiros para atingir os seus objetivos de conservação. Já os cidadãos têm o direito de utilizar as instalações e o dever de cuidar da terra.

O projeto é atualmente liderado por Samuel Delesque e Luna Mangan, com uma equipa de 10 pessoas distribuídas por quatro áreas: cuidar da terra (agroflorestação, reflorestação, horta e exploração de cogumelos), construção (carpintaria e bioconstrução), acolhimento e criação de conteúdos. Por detrás do projeto está um grupo de mais de 60 membros, em contínuo crescimento, incluindo engenheiros, permacultores, arquitetos e criativos, liderados pelo fundador e empreendedor tecnológico Samuel Delesque.

Embora a construção ainda esteja em curso, a TDF já alcançou vários marcos: a equipa plantou mais de 4000 árvores, construiu áreas de retenção de água e está atualmente a desenvolver pomares, uma horta, uma quinta de cogumelos e outros lagos para apoiar a retenção de água numa região muito seca. Já se encontra em funcionamento um espaço de coworking, com internet de alta velocidade, além de espaços de criação e um programa de eventos e workshops. "Todas as infraestruturas essenciais já estão a funcionar", explica Delesque. E acrescenta que "é um local onde se pode trabalhar remotamente, partilhar conhecimento e fazer parte de algo maior, algo enraizado em valores importantes". O modelo baseado na Web3, a terceira geração da internet que assenta na tecnologia blockchain, propõe uma gestão comunitária inovadora sobre dados e interações online.

Desta forma, o projeto opera o seu próprio token (uma espécie de criptomoeda, indexada ao ethereum, cuja cotação atual ronda os 2083,72 euros) de utilidade, \$TDF, criado na blockchain Celo. O token é usado para financiar o desenvolvimento e a manutenção da aldeia, enquanto protege a terra como um bem comum regenerativo. O token está diretamente ligado ao uso da terra no mundo real, à infraestrutura física e aos KPIs ecológicos, métricas usadas para medir o desempenho ambiental de uma empresa ou organização.

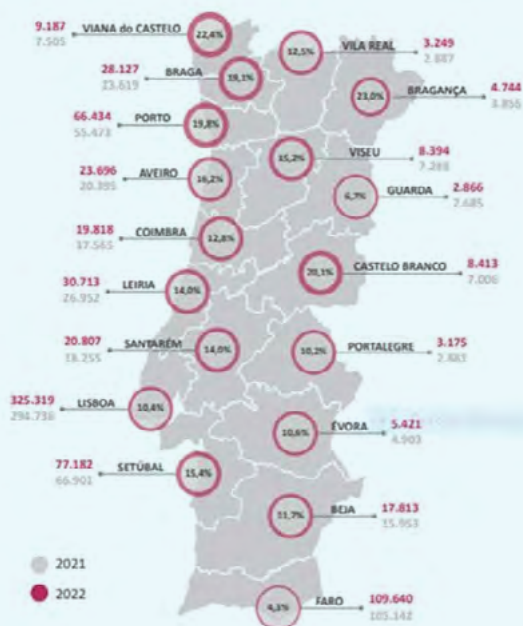
Em resumo, o perfil "nómadas digitais" é uma realidade que pode criar oportunidades de dinâmica económica, de repovoamento e promoção de cidades intermédias assentes em pilares de novos modelos de crescimento e desenvolvimento económico e social, mas para isso ser possível e cumprir os objectivos é necessário identificar e compreender o perfil dos nómadas digitais e assim sendo, uma reflexão aprofundada sobre esta matéria eventualmente poderá ser oportuna.

A este propósito acrescento, como nota que os "nómadas digitais" são objecto de profundo interesse para investidores e no caso que adiante se refere para investidores imigrantes residentes em Portugal que impulsionam negócios para os "nómadas digitais" e outros free lancers. Este exemplo vinca o desafio da oportunidade de "atração" deste perfil quando bem enquadrado.

É o caso de Gur Goth, CEO e fundador do Grupo Vlancer, (<https://eco.sapo.pt/2023/09/07/estrangeiro-investe-um-milhao-no-barreiro-para-apoiar-nomadas-digitais>) que gere a partir do Barreiro uma plataforma digital para apoiar freelancers e nómadas digitais na gestão do negócio e emprego. O empresário quer ter 12.000 freelancers registados na plataforma portuguesa e espera um retorno de 15 milhões de euros no próximo ano. Tem como objectivo ter mais espaços no Norte e Centro do país. Lá fora, a empresa já arrecadou, no Reino Unido, o prémio de startup de 2022 e o de melhor software para "freelancers" de 2023. A plataforma VlancerPT é o palco de negócios para freelancers e nómadas digitais em Portugal, que disponibiliza toda a ajuda empresarial num único balcão — físico, web e app. Em simultâneo, esta plataforma também pretende ser uma resposta para as empresas que necessitam de apoio extra em determinados picos de trabalho ou que, estrategicamente, precisam de serviços de outsourcing, recorrendo aos profissionais que estão registados no VlancerPT. Trata-se de um - centro inteligente que gere todo o ecossistema que profissionais com este perfil nestas áreas necessitam, desde seguros, orientação com a faturação, reuniões entre profissionais de diferentes áreas, bancos, aulas de português e outras ajudas, resume Gur Goth.

5 - DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA IMIGRAÇÃO

O objectivo deste ponto é chamar a atenção (de modo superficial) para o facto de que a distribuição geográfica da imigração se tem vindo a alterar. A concentração



Fonte: SEF
in, doc 1 - estatísticas - contributo para
mapeamento

RELATÓRIO DE MIGRAÇÕES E ASILO 2024/AIMA

nos distritos e regiões "mais atractivas" – Lisboa, eixo Porto/Braga, Algarve, Setúbal é real, mas outros distritos e regiões do país e designadamente do interior estão em franca ascensão quanto ao seu povoamento, designadamente na perspectiva potencial de maior desenvolvimento de cidades médias.

Os distritos de Santarém e Portalegre são exemplos disso , mas os gráficos abaixo, julga-se, fornecem uma imagem mais clara.

O impulso demográfico absoluto nos distritos do interior no Mapa de Migrações de 2024 por comparação ao publicado em 2023 ainda pelo SEF é visível e em alguns casos mais que duplicou, mesmo em distritos onde a imigração era insignificante relativamente a população autóctone. Comparando, Santarém mais que duplicou na volumetria de residentes imigrantes (20 807/2022 – 50 329/2024) por oposição a Faro, que registava em 2022 109 640 e cresceu em volume apenas mais 57 681.

Em resumo, os fluxos migratórios têm vindo a estender-se para as regiões do interior, e os estudos detalhados que têm vindo a ser desenvolvidos com base nos dados do INE, mencionam que: – O fluxo migratório recente em Portugal tem sido quase generalizado, com apenas 11 concelhos com mais emigração do que imigração entre 2018 e 2023, de acordo com uma análise detalhada do PÁGINA UM aos dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística (INE).



<https://paginaum.pt/2024/10/03/em-17-municipios-mais-de-um-em-cada-10-residentes-veio-do-estrangeiro-nos-ultimos-seis-anos>

E há outros aspectos sociológicos bastante relevantes: apesar das grandes cidades receberem mais imigrantes, a dinâmica migratória é muitíssimo mais intensa em determinados concelhos rurais, particularmente nas áreas agrícolas dos distritos de Lisboa, Santarém e Leiria, para além do muito "badalado" município de Odemira". Com efeito, no somatório dos fluxos migratórios entre 2018 e 2023, apenas 11 concelhos, entre 308, apresentaram mais saída do que entradas, a saber: Castelo de Paiva (-2 pessoas), Vila Franca do Campo (-24), Arouca (-52), Barrancos (-53), Portalegre (-76), Cinfães (-91), Resende (-101), Peso da Régua (-118), Baião (-216) e Felgueiras (-770).

Em resumo:

a) O forte fluxo imigratório dos últimos anos para além da concentração nas "regiões atractivas chave", tem vindo a disseminar-se por todo o território designadamente pelas zonas despovoadas rurais e/ou de cidades intermédias que foram perdendo vigor populacional. Ou seja, pode dizer-se que os próprios fluxos de imigração têm vindo a "redescobrir" a atractividade das regiões/locais, não só pelo factor trabalho, mas por outros factores menos visíveis (ou estudados). Os 11 locais acima referidos como sendo fontes de emigração e não de imigração parecem evidenciar esse desígnio - de que não é só o factor trabalho que conta no "estabelecimento humano";

b) A disseminação por todo o território da imigração ao levantar desafios de integração em zonas rurais de "cultura" tradicional também faz emergir oportunidades a volta de "cinturas" de zonas urbanas ainda frágeis mas que tenham potencialidades para evoluir para cidades intermédias com um "novo desígnio" de desenvolvimento.

NOTAS:

(1) "Pesquisando motivações/Fundamentos subjacentes à decisão de imigração. Os factos por detrás dos dados estatísticos (Doc 2 - COMUNIDADES) e Estatísticas - contributo para mapeamento (Doc 1) (Jan 2024, CCP/Observatório, ALMEIDA, Manuela; FELIX RIBEIRO; J.M.).

(2) A palavra Motivação aqui não é usada exactamente na perspectiva legal isto é segundo os conceitos usados na Lei de Estrangeiros, em que por exemplo usam o factor "Agrupamento familiar" como uma motivação.

(3) A questão da "Mobilidade", é um tema de estudo desenvolvido pelos estudiosos, cujo objectivo é compreender Portugal e o seu papel quanto a atractividade/diversidade de origens das comunidades que provêm de todos os continentes designadamente longínquos - países terceiros - e que aparentemente não têm relação histórica sustentada que motive ou explique essa atracção. Os estudiosos, como Pedro Gois, têm vindo a expressar-se em diferentes textos sobre a extrema diversidade de origens de imigrantes em Portugal, com alguma perplexidade, mas também a DIVERSIDADE nas suas múltiplas vertentes tem vindo a ser analisada por outros investigadores como Lucinda Fonseca do IGOT (geógrafa) e Jorge Malheiros (também geógrafo). Assim sendo, parece existir entre os estudiosos e investigadores, uma ideia, aparentemente comumente aceite, de que a fundamentação para a DIVERSIDADE(?) e a ATRATIVIDADE(?) de Portugal se explica pelo facto de (GOIS)-Portugal ser uma "placa giratória" de migrações devido à sua posição geográfica e histórica, assim como à sua legislação relativamente humanitária. O país atrai imigrantes enquanto muitos portugueses emigram para outros países europeus, criando um fluxo migratório complexo".

(4) in, ESTATISTICAS - CONTRIBUTO PARA O MAPEAMENTO (Doc 1), FELIX RIBEIRO, JM; ALMEIDA, Manuela

(5) in, ESTATISTICAS - CONTRIBUTO PARA O MAPEAMENTO (Doc 1), FELIX RIBEIRO, JM; ALMEIDA, Manuela

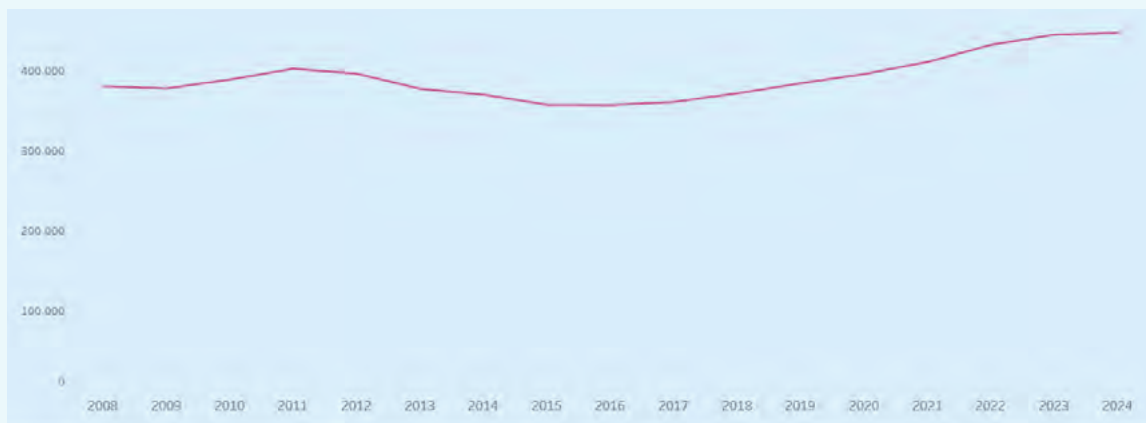
(6) Fontes: DGEEC., <https://www.dn.pt/sociedade/140-mil-187-nacionalidades-estrangeiros-sao-quase-14-dos-alunos-do-basico-e-secundario>, <https://sol.sapo.pt/2024/06/08/ha-escolas-com-alunos-de-mais-de-50-nacionalidades/>; Revista Visao nº 1704,

(7) <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/educacao/ensino-superior/alunos-inscritos-no-ensino-superior-por-nacionalidade>



Alunos inscritos no ensino superior por nacionalidade, subsistema de ensino e ciclo de estudos Quantos estudantes frequentam a **licenciatura, o mestrado ou o doutoramento** em instituições de ensino superior públicas ou privadas em Portugal, portugueses ou estrangeiros

TOTAL 2024 - 448235 variação de 0,5% em relação a 2023



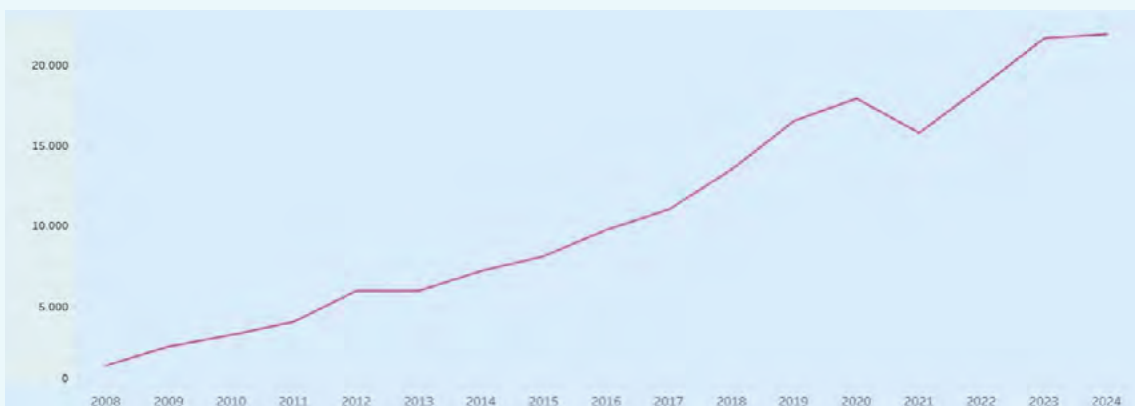
2024 estrangeiros 77 471 -0,8% em relação a 2023



2024 estrangeiros doutoramento 8447 - 0,4% em relação a 2023



2024 estrangeiros mestrado 21865 1,1%



Manuela Almeida
JMFelix Ribeiro
Outubro2025

GT DEMOGRAFIA DO OBSERVATORIO SERVIÇOS, COMPETITIVIDADE URBANA E COESAO TERRITORIAL

TEXTO - "O PROBLEMA DA DEMOGRAFIA: COMO ENFRENTÁ-LO?"

(Contributo de José Félix Ribeiro para a discussão)

CONTRIBUTO: IMIGRAÇÃO - ATRACTIVIDADE - MERCADO DE TRABALHO

1. A imigração sendo reconhecida pelos estudiosos como um fenómeno recente em Portugal - início do Séc. XXI, tem vindo a tornar-se nos últimos anos um "protagonista" da interacção política-económica e social, podendo dizer-se que desde o início do século Portugal é "redescoberto" e entra num período de "mediatização" global, assente na Internet/redes sociais/plataformas de avaliação global. Este processo acentuou a "atractividade natural" do país, ao longo dos séculos, para além do que determina o ciclo económico ascendente dos últimos anos. Os estudos multidisciplinares da Imigração evidenciam que para além do factor de procura de trabalho, as características identitárias de países e/ou regiões, configuram-se como factores atractores ou repulsores desses países/regiões. Portugal evidencia ser uma região atractiva pela diversidade⁽¹⁾ de imigrantes com origem em todas as regiões do globo - Europa, Asia, África, América e Oceânia.

2. De um ponto de vista demográfico, económico e social, os estudos sobre a Imigração têm-se multiplicado, não parecendo ser linear a relação directa do seu contributo para a inversão do ciclo de envelhecimento da população, mas: 1) O contributo indirecto para o rejuvenescimento da sociedade (contribuição para o ciclo de nascimentos); 2) O contributo relevante para o desempenho de diversos sectores económicos em processo de esvaziamento de mão de obra (agricultura, construção, pescas, turismo, serviços de bem estar, apoio a idosos e crianças); 3) A emergência de novas actividades e serviços (estética, restauração, mobilidade, take way media), demonstram a "essencialidade" e a contribuição para o rejuvenescimento de uma dinâmica económica e social que ainda está no seu início quanto ao impacto na "reconfiguração" de locais e regiões do país.

A estes factos acrescem de um ponto de vista imediato, o contributo no pagamento de impostos e para a Segurança Social. Nesta ultima vertente as projecções de longo prazo (2070) e os cenários desenhados demonstram o prejuízo de -0,7% no Sistema de pensões, em relação ao PIB, a partir de 2040, se a diminuição em 1/3 da imigração se concretizar a partir do presente. Ao invés, num cenário em que a entrada de imigran-

tes seja superior em 1/3 ao actualmente previsto o saldo do sistema de pensões ficaria sempre muito próximo do equilíbrio, mesmo a partir de 2040. Em resumo, atendendo a que nesta data o numero de imigrantes e de cerca de 1,5 milhões(2) a diminuição em 1/3 anual representaria uma perda de 500 mil no período em consideração e um prejuízo de facto na sustentabilidade do sistema e assim sendo, o "balanceamento"/trade off, entre o incremento da dinâmica económica-social-demográfica, constituir-se-á como um desafio permanente no presente e no futuro, a par da complexidade do desafio de integração da diversidade de imigrantes designadamente oriundos de países terceiros.

3. Por outro lado, a atractividade de Portugal tem sido despoletada por "focos" de atracção, menos comuns (oportunidades de emprego e melhores salários) na sequência da "mediatização" global tais como sejam as sociais (qualidade de vida, segurança, educação) e políticas (estabilidade, ausência de conflitos), juntamente com factores como estudo, reagrupamento familiar e "novas experiências". Estes "factores de atracção" contrastam com os "factores de repulsão" que levam as pessoas a deixar os seus países de origem, como crises económicas, "sensação/percepção de insegurança", guerra ou pobreza.

Em resumo: O posicionamento global de Portugal na esfera da qualidade do seu ensino designadamente o superior (publico e privado) e perspectivas de vida e de trabalho na investigação, daí decorrentes, bem como os "incentivos" ao Investimento(3) despoletaram um perfil de imigrante diferente quanto à questão das qualificações, ambição de "afirmação" (negócios) mas também de usufruição de serviços (seniores).

4. A complexidade desta dinâmica imigratória esteve sujeita a um quadro regulatório que vigorou entre 2015-2024 caracterizado por: 1) Política flexível adaptada às necessidades do mercado de trabalho e sociedade; 2) Reconhecimento da contribuição dos imigrantes para a economia e sociedade portuguesa, na vertente mercado de trabalho e diversidade cultural; 3) Foi promovida uma estrutura de integração com apoios vários ao nível de programas de ensino da língua portuguesa, acesso ao mercado de trabalho e apoio social; 4) Comprometimento no combate ao racismo e xenofobia promovendo iniciativas de inclusão e de igualdade para todos; 5) Foram implementadas mudanças legislativas e na arquitectura político/institucional e de gestão da imigração - Extinção do SEF, sua desagregação e dispersão de competências por várias entidades. Criação da AIMA.

Neste quadro, a avaliação da volumetria da imigração, a gestão de processos de autorização de residência de entre outros, a fiabilidade de dados e o impacto da imigração, proporcionado pelo mecanismo da "manifestação de interesse" que permitia a entrada como turista e este voluntariamente solicitava posteriormente, o pedido de autorização de residência, foram considerados os motores de descontrolo do sistema que terá originado a quadruplicação de imigrantes em território nacional no período entre 2017-2024 (484 506 - 1 543 697).

No presente, no quadro de uma nova política de regulação da imigração, ainda em curso, esta caracteriza-se pelo endurecimento das regras, focando-se no controlo da entrada e no fim da regularização para quem estava como turista (manifestação de interesse). As principais mudanças incluem a necessidade de um visto prévio para entrar no

país, restrições ao reagrupamento familiar e um aumento de tempo da residência legal exigido para a obtenção de nacionalidade(4) – “Ser português não é uma mera formalidade ou conveniência, é uma honra e responsabilidade. Para trabalhar em Portugal não é preciso ser português, mas para ser português é preciso muito mais que trabalhar em Portugal” referiu o 1º ministro (<https://cnnportugal.iol.pt/lei-da-nacionalidade/oe2026/orcamento-com-margem-muito-curta-e-o-que-e-ser-portugues-montenegro-quis-falar-ao-pais-depois-de-duas-aprovacoes/20251028/690138bfd34e58bc67976b2e>).

Em resumo, de um ponto de vista do quadro legislativo (ainda em curso) a política de controlo e endurecimento das entradas (suporte digital e biométrico) e permanência da Imigração designadamente de países terceiros (CPLP inclusive) estará suportada por: 1) Uma nova “Lei de estrangeiros”- Lei nº 61/2025, de 22 de Outubro ; 2) Por uma lei de obtenção da nacionalidade, ainda por promulgar; 3) A nova Lei do retorno e afastamento de estrangeiros a publicar em breve e que pretende vir a completar o sistema regulatório e a definir a política migratória do actual governo.

5. Por último, e constituindo-se como parte integrante do quadro regulatório da nova política de imigração, foi firmado entre o Governo e os parceiros sociais um protocolo designado por VIA VERDE DA IMIGRAÇÃO que se caracteriza por ser uma ferramenta que visa facilitar a entrada e integração de trabalhadores estrangeiros em Portugal, ao mesmo tempo que promove a adaptação e integração dos novos residentes, A adesão supõe que as empresas garantam: 1) Contrato de trabalho válido; 2) Alojamento adequado e digno; 3) Plano de formação profissional; 4) Plano de aprendizagem da língua portuguesa; 5) Seguro de saúde e viagem.

6. No novo quadro político afigura-se ser tido como relevante:

- 1º) Entradas para o mercado de trabalho as necessárias;
- 2º) O mais qualificados possível;
- 3º) Formação como competência técnica e cultural (língua).

Na perspectiva dos estudiosos em matéria da imigração a capacidade de os poderes políticos implementarem instrumentos que promovam a integração entre autóctones e imigrantes, combatam desigualdades e estimulem a estabilidade são considerados meios relevantes para estabilizar o mercado de trabalho e promover a coesão social. Assim sendo, afigura-se como oportuno que a CCP contribua para as medidas de política promovendo a implementação de um Projecto ou mais projectos, em parceria com entidades suas Associadas fornecedoras de mão de obra imigrante, com o objectivo de:

- 1 - Proceder a identificação (perfil) de necessidades das empresas nos próximos anos;
- 2 - Identificar e avaliar mudanças nas qualificações no contexto da IA que permitiriam posteriormente contribuir para a reformulação de políticas de formação;
- 3 - Contribuir para diminuir a “fricção” no mercado de trabalho promovendo estudos para a implementação de:

3.1 - Manual de "boas praticas" que vise o combate a discriminação, o esbatimento de diferenças salariais (autóctones/imigrantes), o reconhecimento de competências trazidas e adquiridas, o estímulo à formação de novas competências;

3.2 - Medidas de combate ao trabalho precário nos sectores, promovendo soluções de auto emprego, mobilidade entre sectores e/ou contrato colectivo, designadamente nos que "destabilizem" a oferta de emprego estável (sector serviços a seniores).

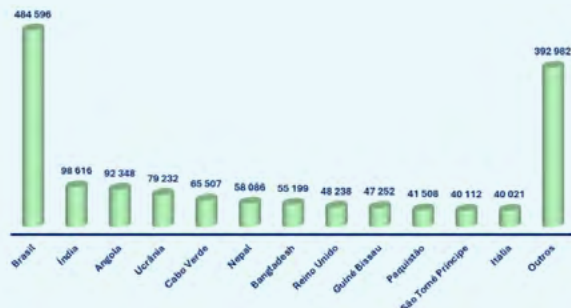


O grafismo apenas tem como objectivo mostrar possibilidades de parcerias para criar "massa critica" na formulação de projectos, que possam dar resposta aos objectivos formulados e que naturalmente deverão ser "trabalhados" com maior envergadura.

NOTAS:

(1) FONTE: AIMA - Relatório de Migrações e Asilo2024

Nacionalidades mais representativas da população estrangeira residente



Estrangeiros Residentes por Continente



(2) FONTE: AIMA - Relatório de Migrações e Asilo2024

A 31 de Dezembro de 2024, Portugal registava 1.543.697 cidadãos estrangeiros a residir em território nacional. Este número quase quadruplica o total de 421.802 cidadãos estrangeiros registado no final de 2017.



(3) <https://aima.gov.pt/pt/viver/autorizacao-de-residencia-para-investimento-art-90-o-a>

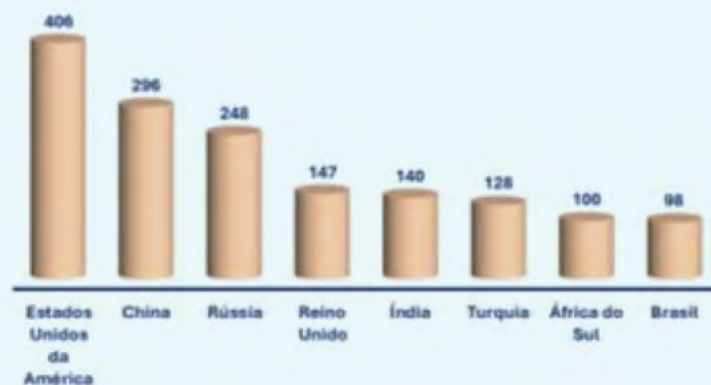
Autorização de Residência para Investimento - Art. 90.º-A

O regime de Autorização de Residência para Investimento (ARI), em vigor desde o dia 8 de outubro de 2012, permite que Nacionais de Países Terceiros possam obter uma autorização de residência temporária para atividade de investimento com a dispensa de visto de residência para entrar em Portugal. A pessoa beneficiária de ARI tem a possibilidade de: 1) Entrar em Portugal com dispensa de visto de residência; 2) Residir e trabalhar em Portugal, devendo, no mínimo, permanecer em Portugal por um período não inferior a 7 dias no primeiro ano e não inferior a 14 dias nos anos subsequentes; 3) Circular pelo Espaço Schengen, sem necessidade de visto; 4) Beneficiar de reagrupamento familiar; 5) Solicitar a concessão de Autorização de Residência Permanente nos termos da Lei de Estrangeiros (Lei n.º 23/2007, de 4 julho, na sua atual redação); 6) Solicitar a aquisição da nacionalidade portuguesa, por naturalização, cumprindo os demais requisitos exigidos na Lei da Nacionalidade (Lei n.º 37/81, de 3 outubro, na sua atual redação).

(4) Em síntese:

A Lei 61/2025, de 22 de outubro, altera a lei de estrangeiros em Portugal, **extinguindo a "manifestação de interesse"** e introduzindo o **"visto para procura de trabalho qualificado"**. A nova lei estabelece que os estrangeiros devem obter um visto válido no seu país de origem antes de entrar em Portugal para solicitar a residência, além de rever as regras do reagrupamento familiar e os prazos para decisões da AIMA.

Autorizações de residência para investimento Nacionalidades mais representativas



Entrada no país: A entrada em Portugal com visto de turista para, posteriormente, solicitar autorização de residência deixou de ser possível para a maioria dos casos. É necessário ter um visto válido (trabalho, estudo, etc.) antes de viajar; **Reagrupamento familiar:** O processo ficou mais restrito, sendo necessário comprovar dois anos de residência legal para solicitar o reagrupamento familiar. Há exceções para filhos menores, pessoas com deficiência e cônjuges com filhos em comum, que podem pedir a reunificação mais cedo; **Vistos para procura de trabalho:** O visto para procurar trabalho agora é restrito a profissionais de "elevadas qualificações"; **Cidadania:** Está em discussão um projeto que aumentaria o tempo mínimo de residência legal para obter a nacionalidade portuguesa. Para cidadãos da CPLP, o tempo passaria de 5 para 7 anos, e para outros estrangeiros, de 5 para 10 anos; **Nacionalidade por filiação:** A concessão automática da nacionalidade para filhos de imigrantes nascidos em Portugal será alterada, exigindo que o imigrante prove pelo menos 3 anos de residência legal antes do nascimento do filho para poder solicitar a cidadania; **Regulamentação de irregularidade:** O governo português também pretende criar uma lei para tratar da situação de quem entra ilegalmente no país e garantir o seu retorno para o país de origem.

Por último, apenas uma nota quanto a questão do reagrupamento familiar já que os estudiosos na matéria, designadamente a Prof^a Lucinda Fonseca refere que para além das restrições na "reunião natural" do quadro familiar o uso de expedientes administrativos conferidas pelos vistos Gold elimina totalmente a inibição ao reagrupamento familiar o que cria, ou pretende criar desincentivos ao imigrante comum que queira vir (ou tenha oportunidade) com a família trabalhar para Portugal. Em resumo, o sistema legal/administrativo confere discriminação no sentido de valorizar/priorizar "Estatuto" (-qualificação, condições financeiras, perfil social de origem)

Manuela Almeida
JMFRibeiro
Outubro

MEDIDAS DE POLÍTICA NO DOMÍNIO DA HABITAÇÃO ACESSÍVEL



**Associação Portuguesa
dos Comerciantes
de Materiais de Construção**

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública (D.R. II Série, n.º 83, 9 de abril de 1994)

APCMC

De acordo com o entendimento consensualizado na última reunião do Grupo de Trabalho, seguem os nossos contributos nas seguintes áreas:

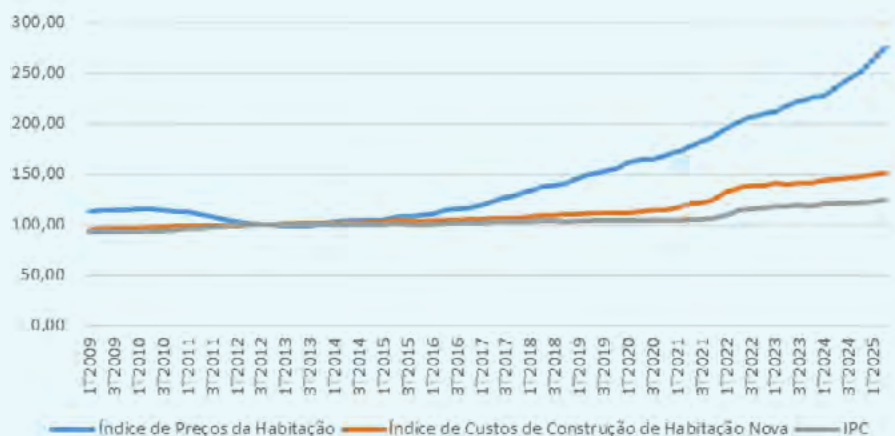
- 1 - Medidas específicas para a habitação acessível.
- 2 - Mecanismos de financiamento e incentivos para o setor.

Em documento autónomo a enviar posteriormente abordaremos a articulação destas propostas com as estratégias nacionais PRR, ENH e PortugalBIM.

1 - Medidas específicas para a habitação acessível

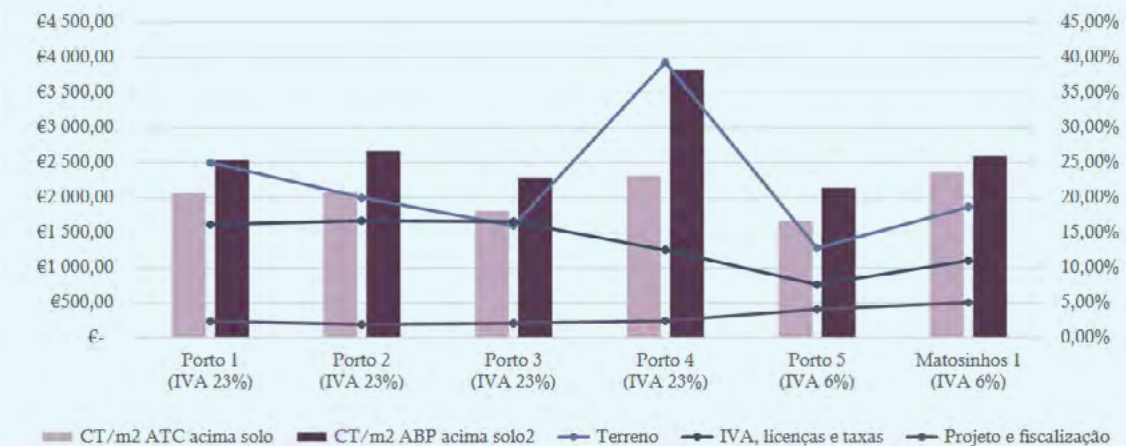
Abordar as soluções para a habitação acessível no atual contexto de mercado implica reconhecer, em primeiro lugar, que os preços atualmente praticados no mercado imobiliário não têm correspondência com os custos reais da construção de habitação onde atualmente se praticam margens muito significativas.

Evolução dos custos da construção e dos preços da habitação (Base 3º Trim 2012=100)



Em segundo lugar, deverá ter-se presente que nos custos totais de um edifício de habitação, o custo do terreno (20% a 35% e os custos com impostos e taxas camarárias (10% a 15%), são particularmente relevantes.

Peso dos custos da construção, do terreno; IVA, licenças e taxas; e projeto e fiscalização



Exemplo custos atuais promoção privada (Tese Eduarda Cancela)

Por fim, a falta de mão-de-obra e a falta de qualificações, condiciona o custo da construção (custos crescentes) e a qualidade, bem como faz dilatar o tempo de execução das obras e limita em quantidade a resposta à procura.

Há ainda outras particularidades no nosso mercado imobiliário, quer no que respeita ao financiamento, quer no que se refere ao papel destes ativos no património das famílias que, embora relevantes, deixaremos para outro plano.

Neste enquadramento, só é possível atrair investidores para o setor da habitação acessível, garantido retornos superiores aos obtidos no mercado, o que é contraditório com os objetivos propostos.

A solução teórica para responder aos desafios de custo, quantidade e rapidez de execução de obras para habitação acessível passa por uma aposta clara na industrialização do processo de construção, pela disponibilidade de terrenos públicos e pela redução de taxas e impostos.

As três condições são necessárias, mas a primeira, que é verdadeiramente decisiva, é a mais difícil de implementar e requer:

- Definição prévia dos preços finais.
- Elaboração de projetos tipo (dois ou três), escaláveis, contemplando sistemas de pré-fabricação ou mistos.

- c) Regulamentar exceções ao REGEU (sem prejuízo de cumprimento das normas de segurança e ambientais) e excepcionar os projetos do licenciamento municipal.
- d) Criação de um catálogo de soluções (produtos e sistemas) pré-aprovadas.
- e) Estabelecer um Programa de Construção a dez anos, baseado nas soluções aprovadas, com quantitativos mínimos anuais.

Como referimos, perspetivamos dificuldades de operacionalização de um Plano deste tipo, sobretudo porque esbarra com os procedimentos habituais, nomeadamente das entidades públicas que tutelam o setor, mas também porque não é usual ter um quadro de objetivos e financiamento estabelecido num período alargado de dez anos (200.000 fogos, 30 mil milhões de Euros).

Há uma outra dificuldade que advém da necessidade de admitir um período de preparação para arranque das primeiras obras (projetos e soluções) que, a correr bem, durará doze a dezoito meses e que pode atingir os dois anos...

Para concretizar este plano será necessário estabelecer como princípio a utilização de soluções padronizadas e repetitivas, desenvolver parcerias com os atores industriais (da pré-fabricação, construção modular e outros fabricantes de soluções e fornecedores de sistemas e equipamentos), ter à partida uma definição de volume/quantidades que atinja escala (para justificar os investimentos necessários e garantir efetiva redução de custos) e utilizar integralmente o BIM.

2 - Mecanismos de financiamento e incentivos para o setor

Difícilmente, num contexto em que os preços de mercado não estão alinhados com a evolução dos respetivos custos da construção da habitação, qualquer medida de política genérica desenhada para uma redução pontual de custos terá efeitos significativos sobre os preços praticados. As leis da oferta e da procura prevalecerão, sobretudo não existindo elasticidade do lado da oferta. A própria perspetiva de aumento da margem fará aumentar a procura por parte dos promotores agravando os custos com terrenos e mão-de-obra.

Efeitos semelhantes terá uma medida que facilite ou reduza o preço do crédito para aquisição de habitação.

Assim, uma medida de incentivo de carácter fiscal, como a redução do IVA nas aquisições de materiais ou das subempreitadas ou a isenção de taxas de licenciamento, só terá os efeitos desejados, na atual conjuntura, se aplicável em exclusivo a projetos de construção de habitação acessível, nos quais o preço de custo ou venda esteja previamente determinado.

A utilização de projetos tipo e a dispensa de licenciamento camarário seriam um processo que, em conjunto com a referida redução do IVA, poderiam atrair empresas de construção para, em conjunto com promotores do setor público ou social, participarem neste esforço de construção de habitação acessível.

A outra questão, a do financiamento, é de extrema importância, considerando os valores potencialmente envolvidos, na casa das dezenas de milhares de milhões de Euros. As recentes linhas de apoio negociadas com o BEI são uma gota de água...

Existem várias opções para complementar a necessidade de financiamento da construção, que dependem, naturalmente, da modalidade em que for promovida (pública ou privada) e de se destinar a venda ou arrendamento, ou a renda resolúvel.

No caso do destina ser a venda, o prazo de empréstimo é relativamente curto, apenas sendo necessário, no caso do promotor ser privado, assegurar uma garantia pública adequada, uma vez que o crédito será transformado, eventualmente, em crédito à aquisição de habitação por particular. O stock de crédito à construção nunca será, assim, muito elevado e a banca poderá facilmente participar no processo.

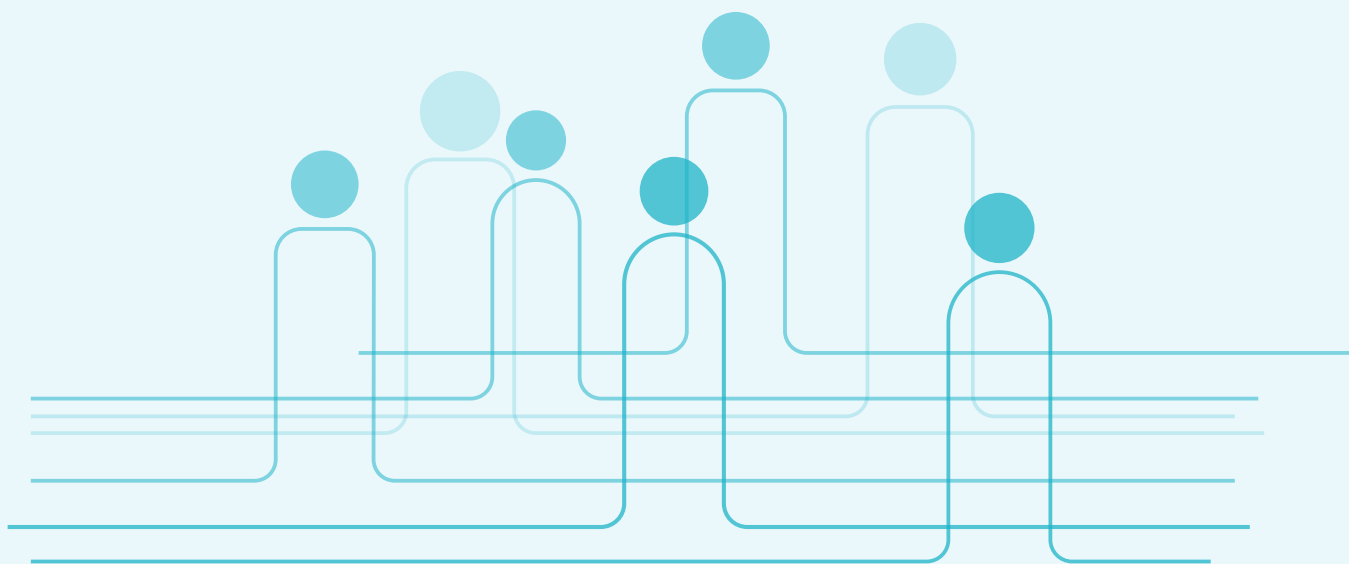
Se o promotor for público, apenas haverá que garantir a autorização para contrair os empréstimos e definir com a banca as respetivas condições.

Mas, se o destino for o arrendamento ou a venda em modelo de renda resolúvel, o crédito ir-se-á acumulando e persistirá por um período médio de 20 a 30 anos, o que terá implicações financeiras importantes para os promotores, que no caso de serem privados poderá acarretar garantias públicas adicionais relevantes e, eventualmente, um financiamento inferior a 100%, e no caso de serem públicos um nível de endividamento muito substancial, situações que pode conflitar com a disciplina financeira a que o estado está sujeito.

A necessidade de manter o preço da habitação acessível irá sempre limitar a *yield* da renda pelo que mesmo que a taxa de juro base do crédito seja relativamente baixa, não será fácil assegurar a liquidez destes ativos e, conseqüentemente, despertar o interesse de outros *players* do mercado financeiro.

Existe uma opção, já usada no passado, que consiste em mobilizar parte dos superávits da Segurança Social. O capital está garantido e a rentabilidade mínima também, mesmo que essa não seja em cada momento, porventura, a aplicação mais rentável. Mas o fim social poderá justificar alguma parcimónia nos ganhos.

PLANEAMENTO E FINANCIAMENTO DE INICIATIVAS DE MOBILIDADE A NÍVEL REGIONAL E LOCAL





Planeamento e Financiamento de iniciativas de mobilidade ao nível Regional e Local

Uma política de mobilidade para reforçar a coesão territorial do país

20/02/2026

Alexandra Nicolau | Carla Oliveira
Direção de Serviços de Estudos, Avaliação e Prospetiva

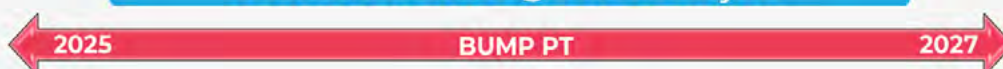
Regulamento (UE) 2024/1679 da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T)



Programa Nacional de Apoio ao Planeamento da Mobilidade Sustentável – Programa PMUS



6 áreas estratégicas de ação



Orientações Nacionais



Segunda Geração de Instrumentos de Planeamento da Mobilidade Urbana Sustentável

- Processo de transição para PMUS 2.0
- Horizontes Temporais para a elaboração de PMUS
- Decisão de elaboração de um PMUS e posterior aprovação

Processo de Elaboração de um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável

- Princípios fundamentais
- Objetivos Gerais de um PMUS
- Ferramenta ELTIS para autoavaliação de PMUS
- O ciclo de elaboração de um PMUS
- Fases da Elaboração e Implementação/Acompanhamento de um PMUS
- Estrutura e Conteúdo de um PMUS
- Programa Nacional de apoio ao Planeamento da Mobilidade Urbana Sustentável

Contributo para os Compromissos e Metas Nacionais/Europeias

Boas Práticas

Participação Pública – “Uma Prática Fundamental”

Abordagem Quantitativa

- Monitorização e Indicadores
- Dados

Lista De Verificação Final (avaliação do cumprimento de requisitos mínimos)

Anexos

- Glossário
- Exemplo de ficha de análise para indicadores

Cadernos Técnicos



Planeamento da mobilidade ao nível Regional e Local



PLANOS DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL (PMUS)

“Um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) é um **plano estratégico elaborado para satisfazer as necessidades de mobilidade das pessoas e empresas nas cidades e nos seus arredores, visando uma melhor qualidade de vida.** Ele baseia-se em políticas de planeamento já existentes e considera devidamente os princípios de integração, participação e avaliação.”

- **É estratégico**
- **É participado**
- **É inclusivo**
- **Visa soluções de transporte sustentáveis**
- Assenta na **integração de diversos modos de transporte**
- Inclui **políticas e medidas para melhorar a mobilidade urbana**

Objetivos de um PMUS

- Promover a **sustentabilidade, segurança e acessibilidade** do sistema de mobilidade
- **Integrar** os diferentes modos de transporte (multimodalidade)
- Transição para uma mobilidade **sustentável**
- Promoção de uma mobilidade **eficiente** com **emissões zero ou reduzidas**, incluindo a logística urbana
- **Reduzir** a poluição do ar e sonora
- Avaliar a **acessibilidade** dos usuários aos transportes
- **Inclusão e digitalização** do sistema de transportes

Ciclo PMUS



Temas a integrar no PMUS

(Recomendação da CE C(2023) 1524 de 8 de março, relativamente aos Programas Nacionais de Apoio ao Planeamento da Mobilidade Urbana Sustentável)

- ❑ Diversidade/inclusão no transporte
- ❑ Estacionamento
- ❑ Infraestruturas de mobilidade
- ❑ Integração multimodal
- ❑ Logística Urbana
- ❑ Mobilidade ativa e micromobilidade
- ❑ Padrões de mobilidade
- ❑ Planos de gestão da mobilidade
- ❑ Segurança Rodoviária (Visão Sinistralidade Zero)
- ❑ Sistemas de transporte inteligentes (ITS)
- ❑ Transportes públicos (incluindo transporte flexível | táxis | TVDE | Mobilidade partilhada)

Quem tem que fazer um PMUS?



☛ Municípios, Comunidades Intermunicipais, Áreas Metropolitanas e Núcleos Urbanos Funcionais.

Os núcleos urbanos funcionais, são na aceção definida pela OCDE (2012) como "uma cidade densamente povoada e os territórios envolventes com mais baixa densidade populacional a partir dos quais se realizam movimentos pendulares e cujo mercado de trabalho se encontra altamente integrado com o da cidade" (pelo menos 15% da população ativa efetua movimentos pendulares para o núcleo urbano).

➔ Número 4, do artigo 47.º, da Lei de Bases do Clima ((Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro) : *"as regiões autónomas e as autarquias locais desenvolvem, no âmbito dos seus territórios, planos de mobilidade urbana sustentável que integrem serviços de mobilidade sustentável."*

➔ Alínea b) do número 1 do Artigo 41.º do Regulamento da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T) (Regulamento UE - 2024/1679, de 13 de junho): os nós urbanos devem, até dezembro de 2027, assegurar a adoção e o acompanhamento de um plano de mobilidade urbana sustentável (PMUS).

Horizontes temporais para a elaboração dos PMUS



Promover uma calendarização faseada da elaboração dos PMUS, compatibilizando metas, prioridades e recursos, com destaque para os nós urbanos da RTE-T.

1º Horizonte Temporal até 2027

Áreas Metropolitanas: Lisboa (AML) e Porto (AMP)

Municípios com >100 mil habitantes: Almada, Amadora, Barcelos, Braga, Cascais, Coimbra, Fátima, Faro, Loulé, Lisboa, Loures, Odivelas, Guimarães, Leiria, Maia, Matosinhos, Odiveias, Oeiras, Porto, Santa Maria da Feira, Seixal, Setúbal, Sintra, Vila Franca de Xira, Vila Nova de Gaia, Viseu, Funchal

Mayor municipio por NUTS II: Évora e Ponta Delgada (Obrigação associada à rede transeuropeia de transportes - RTE-T)

2º Horizonte Temporal até 2028

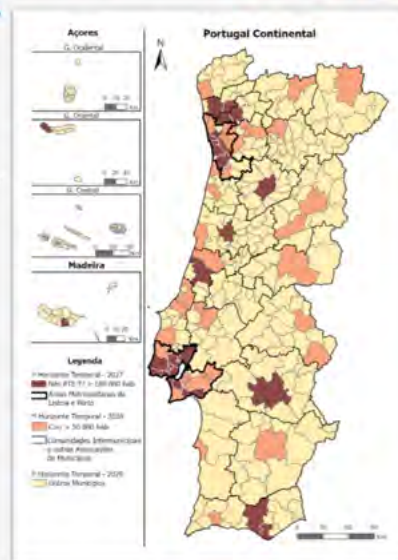
Comunidades Intermunicipais (CIM) e outras associações de municípios

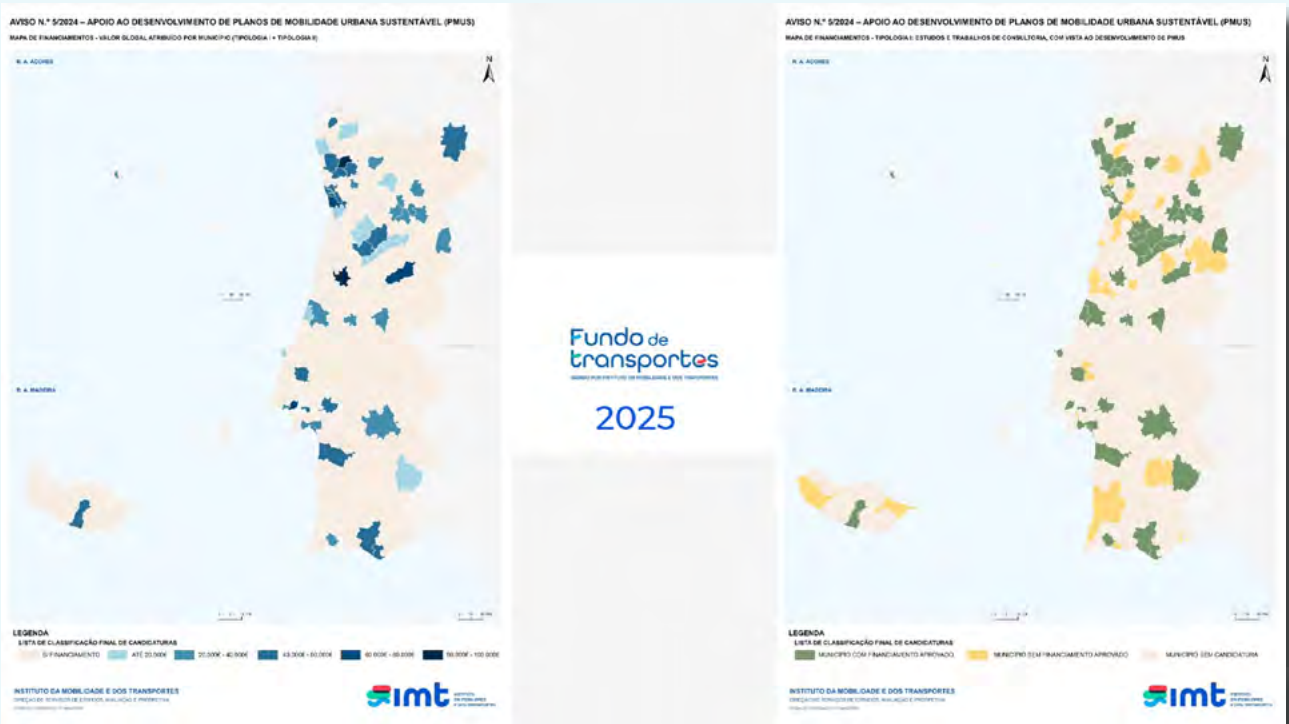
Centros Urbanos Regionais (CUR) definidos no PNPOT: Aveiro, Beja, Bragança, Caldas da Rainha, Castelo Branco, Chaves, Covilhã, Évora, Figueira da Foz, Guarda, Penafiel, Portalegre, Portimão, Santarém, Sines, Torres Vedras, Vila do Castelo, Vila Real

Municípios com >50 mil habitantes: Alcobaca, Amarante, Barcelos, Felgueiras, Mafra, Moita, Montijo, Oliveira de Azeméis, Ovar, Paços de Ferreira, Palmela, Paredes, Penafiel, Pombal, Povoia do Varzim, Santarém, Santo Tirso, Sesimbra, Valongo, Vila do Conde

3º Horizonte Temporal até 2029

Restantes municípios





FUNDO SOCIAL EM MATÉRIA DE CLIMA

Financiamento da mobilidade ao nível regional e local

Fundo Social em matéria de Clima

Regulamento (UE)2023/955 do Parlamento Europeu e do Conselho

Objetivo:

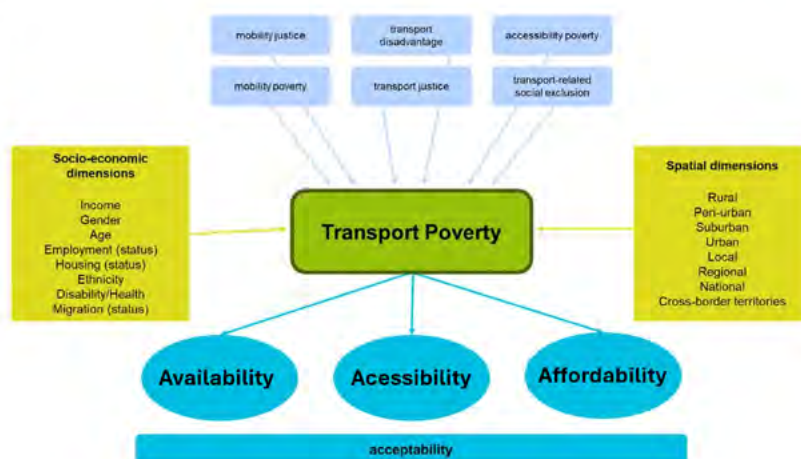
Apoiar na mitigação dos impactos sociais da inclusão dos setores dos edifícios e do transporte rodoviário no novo Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE 2)¹, nas famílias vulneráveis, nas microempresas vulneráveis e nos utilizadores vulneráveis de transportes.

¹ Diretiva 2003/87/CE, alterada pela Diretiva (UE) 2023/959



Pobreza de Mobilidade

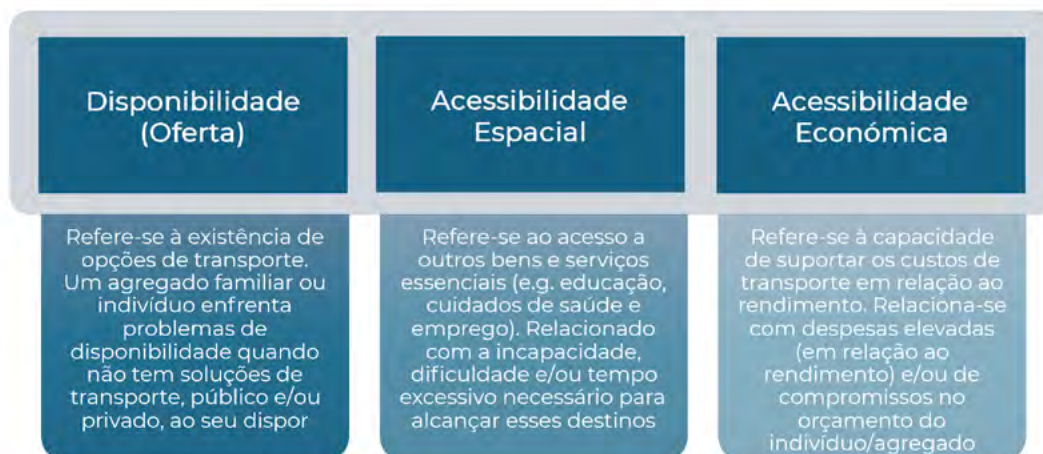
A pobreza de mobilidade constitui um desafio multidimensional que requer uma abordagem integrada e adaptada às realidades locais



Fonte: Transport Poverty | Geko-Institut, Cambridge Econometrics, University of Manchester, WiseEuropa, CSD, ecoserveis | online | 07/03/2024

Pobreza de Mobilidade

3 componentes a ter em atenção



Pobreza de Mobilidade

Regulamento (UE)2023/955 do Parlamento Europeu e do Conselho



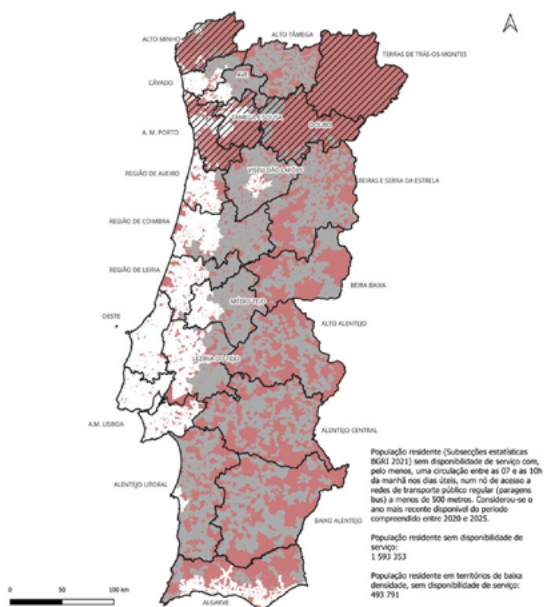
Pobreza de mobilidade

"a incapacidade ou a dificuldade dos indivíduos e das famílias em suportar os custos do transporte privado ou público, ou a falta ou a limitação de acesso ao transporte necessário para acederem a serviços e atividades socioeconómicos essenciais, tendo em conta o contexto nacional e espacial"

Utilizadores vulneráveis de transportes

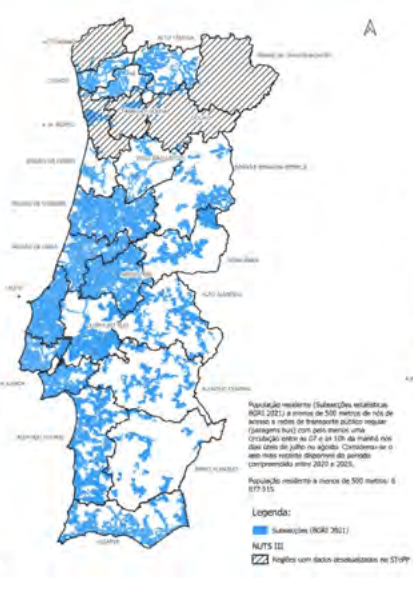
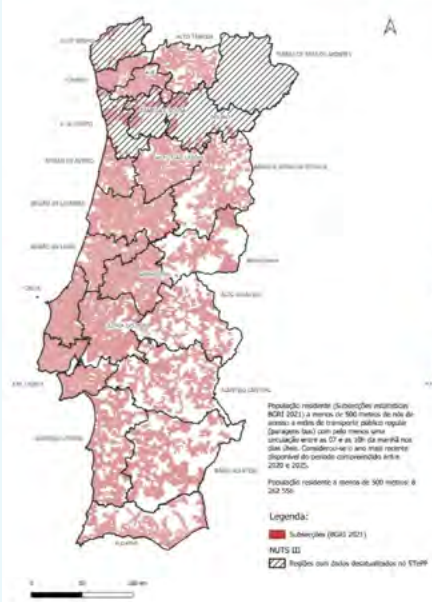
"indivíduos e famílias em situação de pobreza de mobilidade, mas também indivíduos e famílias, incluindo os de rendimentos baixos e os de rendimentos médios mais baixos, que são significativamente afetados pelo impacto nos preços decorrente da inclusão do transporte rodoviário no âmbito de aplicação da Diretiva 2003/87/CE e que não dispõem de meios para adquirir veículos com nível nulo ou baixo de emissões ou para mudar para modos de transporte sustentáveis alternativos, incluindo transportes públicos"

Oferta de Transporte Público Regular

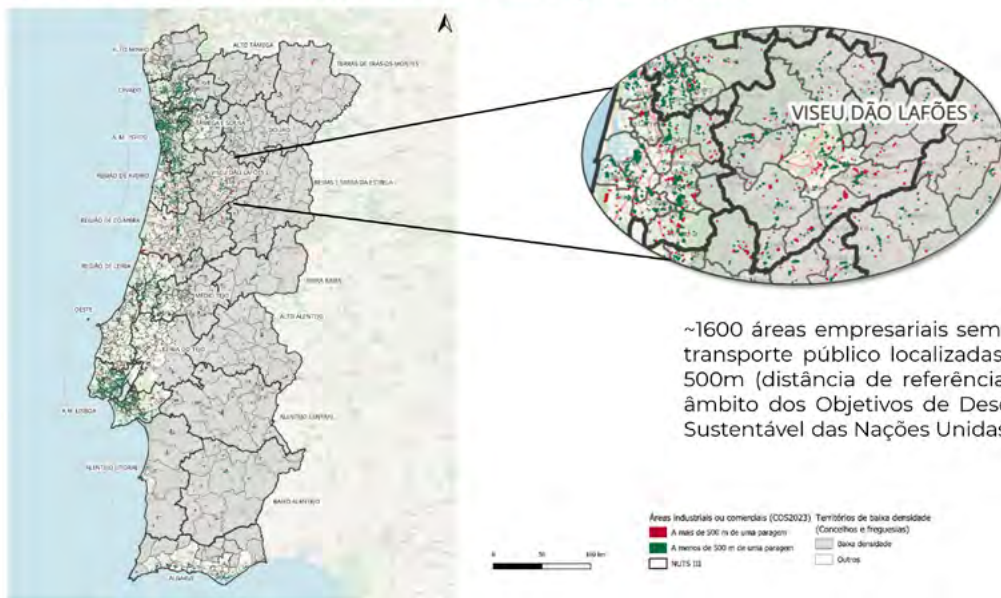


- Atendendo o contexto nacional e territorial, verifica-se que nos territórios de baixa densidade de Portugal Continental existe escassez de transporte público;
- Estima-se que existam, pelo menos, 1.593.353 utilizadores vulneráveis de transporte em Portugal Continental;
- Cerca de 30% dos utilizadores vulneráveis de transporte (493.791) residem em territórios de baixa densidade.

Oferta de Transporte Público Regular



Áreas de Acolhimento Empresarial



Plano Social para o Clima



Objetivo

- Apoiar numa transição ecológica inclusiva, justa e equitativa, mitigando os impactos económicos e sociais resultantes da introdução dos setores dos edifícios e do transporte rodoviário no regime CELE, sobre os grupos mais vulneráveis.

Grupo de Trabalho

- Grupo de Trabalho Interministerial, no qual o IMT está incluído;
- Coordenação da Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C) e Agência para o Clima (ApC).

Consulta pública

- Plano submetido a consulta pública no portal Participa.pt, entre 07 de outubro e 18 de novembro de 2025:
<https://participa.pt/pt/consulta/planosocial-para-o-clima-2026-2032>
- Sessões públicas de apresentação do Plano em Lisboa, Faro, Funchal, Ponta Delgada e no Porto.

Áreas de intervenção

- Edifícios;
- Transporte rodoviário;
- Literacia energética.

Versão final

- Em elaboração

Medidas e Investimentos

(versão Consulta Pública)



Prevista a operacionalização de 10 investimentos estruturadas em torno de 2 Componentes:



Medidas e Investimentos

(versão Consulta Pública)



Componente C2: Setor dos transportes

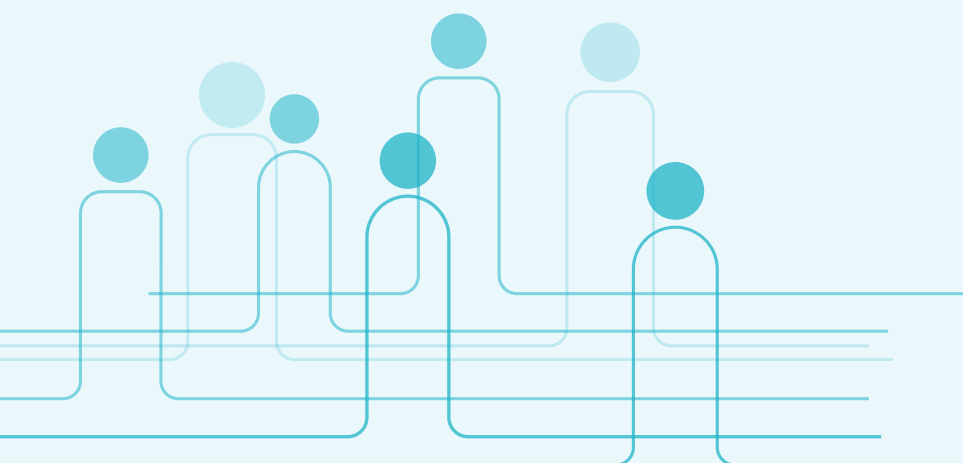
O plano centra-se num conjunto de medidas que visa servir microempresas vulneráveis e utilizadores vulneráveis de transporte e, simultaneamente, contribuir para a descarbonização deste setor, designadamente através de:

- apoio à aquisição de veículos elétricos por entidades do setor social, saúde e por microempresas;
- apoio à aquisição de autocarros de emissões nulas para reforço do transporte público;
- soluções de transporte complementar (transporte público flexível e sistemas de mobilidade partilhada) e soluções para Áreas de Acolhimento Empresarial.

Custos totais estimados:
516 M€, dos quais 387 M€
com cobertura do Fundo



	Frota + Verde Microempresas	Frota + Verde IPSS e outras entidades s/ fins lucrativos	Frota + Verde Saúde	Frota + Verde Transporte Público	+ Mobilidade com Proximidade
Descrição	Apoio à substituição de veículos a combustão por veículos elétricos de mercadorias das categorias N1 e N2 e de passageiros da categoria M1, incluindo Infraestrutura de carregamento	Apoio à aquisição de veículos elétricos de passageiros (9 lugares) e de mercadorias (2 lugares), incluindo infraestrutura de carregamento	Apoio à aquisição de veículos ligeiros elétricos, com infraestrutura de carregamento	Apoio à aquisição de veículos pesados de transporte de passageiros (M2 e M3) com emissões zero, incluindo a correspondente infraestrutura de carregamento e/ou abastecimento	Apoio à implementação de: <ul style="list-style-type: none"> • Projetos de transporte público flexível (incluindo software); • Soluções de mobilidade partilhada; • Soluções de mobilidade para AAE
Destinatários (Público-alvo)	Microempresas vulneráveis	Utentes de IPSS	Utentes de saúde que se enquadram em famílias ou utilizadores vulneráveis de transporte	Utilizadores vulneráveis de transporte em territórios de baixa densidade	Utilizadores vulneráveis de transportes em áreas/periodos com ausência de transporte público regular
Área Geográfica de Aplicação	Continente, RA Açores e RA Madeira	Continente, RA Açores e RA Madeira	Continente, RA Açores e RA Madeira	Territórios de baixa densidade no Continente e RA Açores	Continente (maioriação em territórios de baixa densidade) RA Madeira e RA Açores



Participaram no G.T. que produziu este Relatório:

I. Colaboradores/Consultores da CCP:

- José António Cortez (Coordenador e Relator do G.T.)
- Armindo Silva (Economista, Investigador)
- Clotilde Cavaco (Arquiteta)
- Isabel Francisco (Economista)
- José Félix Ribeiro (Economista, Investigador)
- Sérgio Lorga (Economista)

II. Membros do Observatório a Título Individual:

- Adriano Pimpão (Economista, Professor Universitário)
- Ana Sepulveda (Socióloga, Investigadora)
- António Manzoni (Economista, Investigador)
- Augusto Mateus (Economista, Professor Universitário, Investigador)
- David Justino (Economista/Historiador/Professor Universitário)
- Eduarda Marques da Costa (Geógrafa, Professora Universitária)
- Fernando Ribeiro Mendes (Economista, Professor Universitário)
- Herculano Cachinho (Geógrafo, Professor Universitário)
- João Ferrão (Geógrafo, Professor Universitário)
- Manuela Almeida (Investigadora)

III. Membros do Observatório em Representação Institucional:

a) Ensino Superior

- Instituto Politécnico de Bragança (Orlando Rodrigues – Reitor)
- Universidade da Beira Interior (João Carlos Leitão – Vice-Reitor)

b) Organismos da Administração Pública Central e Regional:

- Agência Portuguesa do Ambiente – APA (Regina Vilão)
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo – CCDR Alentejo (Carla Lázaro)
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro – CCDR C (Bernardo Campos)
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo – CCDR LVT (Helena Tavares e Linda Pereira)
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte – CCDR N (Alexandra Cabral)

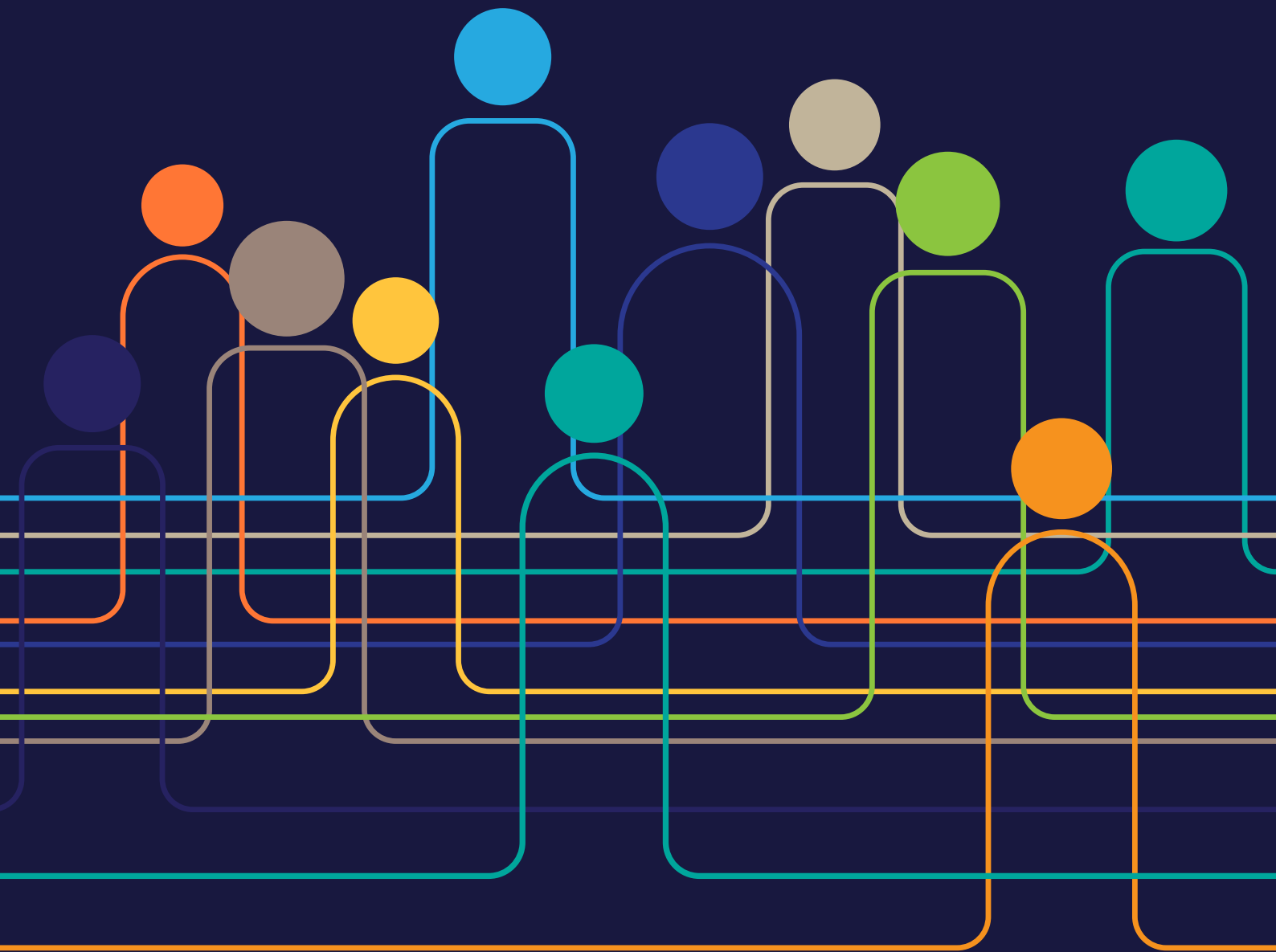
- Direcção-Geral da Economia (DGE)/DGAE (Paula Santos e Ana Isabel Saraiva)
- Direcção-Geral do Território – DGT (Nuno Esteves)
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes – IMT (Alexandra Nicolau, Carla Oliveira e Rui Velasco Martins)
- Turismo de Portugal (Florbela Baptista)

c) Câmaras Municipais:

- C. M. Águeda (Kelly Farias)
- C. M. Fundão (Paulo Fernandes)
- C. M. Guimarães (Marta Mota Prego)
- C. M. Loures (Margarida Tomás)
- C. M. Maia (Mafalda Roriz e Sofia Vinhas)
- C. M. Mafra (Diogo Casaleiro)
- C. M. Porto (Beatriz Martins)
- C. M. Trancoso (Maria João Gregório)

d) Associações Empresariais:

- Associação Comercial e Empresarial da Beira Baixa (Paula Minhós)
- Associação Comercial e Industrial e Serviços de Bragança (Anabela Anjos)
- Associação Comercial de Ponte de Sor (Ana Rita Dias)
- Associação Empresarial de Braga (Rui Marques)
- ACILIS (Lino Fernandes)
- APCMC (José de Matos)
- UACS (Carla Frade)



Cofinanciado por:



Cofinanciado pela
União Europeia

Confederação do Comércio e Serviços Portugal



CCP

CONFEDERAÇÃO
DO COMÉRCIO E SERVIÇOS
PORTUGAL